

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE Mestrado em Sociologia

POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES

Contribuição ao Estudo da Reprodução da População nas
Fronteiras Agrícolas da Amazônia.

MARIA DE FÁTIMA MARREIRO DE SOUSA

CAMPINA GRANDE -PARAÍBA

Maio - 1986

DI
314.751043)

POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES

Contribuição ao Estudo da Reprodução da População nas
Fronteiras Agrícolas da Amazônia.

[REDACTED]

MARIA DE FÁTIMA MARREIRO DE SOUSA

[REDACTED]

POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES

Contribuição ao Estudo da Reprodução da População
nas Fronteiras Agrícolas da Amazônia.

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado em Sociologia, com
área de concentração em Sociolo-
gia Rural, da Universidade Fede-
ral da Paraíba em cumprimento às
exigências para obtenção do grau
de Mestre.

[REDACTED]

Orientador: Charles Michael Beylier

CAMPINA GRANDE -PARAÍBA

Maio-1986

[REDACTED]

*Dir. 31.15.10113 (213)
54258*



S725p Sousa, Maria de Fátima Marreiro de.
População e migrações : contribuição ao estudo da reprodução da população nas fronteiras agrícolas da Amazônia / Maria de Fátima Marreiro de Sousa. - Campina Grande, 1986.
283 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1986.
"Orientação : Prof. Charles Michael Beylier".
Referências.

1. Movimento de População - Amazonas. 2. Migração - Amazonas. 3. Fronteiras Agrícolas - Amazonas. 4. Dissertação - Sociologia. I. Beylier, Charles Michael. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 314.15(043)

Dedico este trabalho aos professores
do Mestrado em Sociologia do Campus
II da Universidade Federal da Paraií
ba e em particular ao professor Sever
rino José de Lima, amigo e Co-orien-
tador, com o carinho e gratidão que
merecem.



A G R A D E C I M E N T O S

Ao meu orientador Charles Michael Beylier pelo apoio e compreensão em todos os momentos e que durante o curso de Mestrado teve a capacidade de fornecer, com seus conhecimentos, os primeiros passos para a definição do métodos que em prego neste trabalho.

Agradecimento especial ao meu co-orientador professor Severino José de Lima pelo apoio irrestrito, desde as primeiras idéias surgidas para montar esta pesquisa, auxiliando de forma abnegada em seu desenvolvimento, ajudando a superar os infundáveis equívocos. Mais ainda, pela forma generosa de transmitir seus conhecimentos, com a humildade e dedicação que caracterizam os realmente comprometidos com a ciência e, acima de tudo, com a sociedade.

Aos professores do Curso de Mestrado em Sociologia e Economia, os quais direta ou indiretamente contribuíram para a gestação deste trabalho.

A Rômulo Araújo pela importante ajuda no meu primeiro trabalho para seleção do Mestrado em Sociologia, cujas críticas serviram para superar vários equívocos e contribuindo para meu ingresso ao curso.

A Ghyslaine Duqué pela paciência e esforço em esclarecer as múltiplas contradições que envolvem a realidade da agricultura brasileira, em particular da pequena produção, presentes neste trabalho.



A Mário Giulianni, Elimar Pinheiro, Regina Novaes , Jurandir Antônio e Raimundo Santos pelo valioso desempenho e contribuição em sala-de-aula para melhor compreensão do quadro econômico, político e social do Brasil de hoje e da agricultura em particular.

A Coordenadora do Curso de Mestrado em Sociologia , Professora Josefa Salete Barbosa, pela paciência e tolerância na fase conclusiva deste trabalho, sem a qual não poderia defendê-lo por questões de tempo esgotado.

A SEPLAN-RO (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Rondônia) pelos dados fornecidos para o presente trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos Angela Tejo e Chico Tejo pelo estímulo e apoio em vários momentos. Também aos colegas Wilton Cunha, Socorro Bezerra, Ivone Barbosa, Verônica M. Batista, Dulce Cantalice, Alice Anabuki, Lúcia Gonçalves, pelo companheirismo e apoio afetivo.

Aos professores do Departamento de Ciências Básicas e Sociais do Centro de Formação de Tecnólogos do Campus IV da UFPb., pelo apoio à minha liberação parcial a fim de concluir meu curso de Mestrado.

A Joãozinho e Vera, secretários do Mestrado em Sociologia, por todas as atenções, colaborações e gentilezas dispensadas durante todo o decorrer do tempo em que estive ligada ao mestrado.

Aos trabalhadores do campo e da cidade, atores e autores, na prática, da história de lutas e coragem frente ao violento e contraditório mundo capitalista, que aqui apresento, num esforço em apenas organizar num pretenso discurso científico, aquilo que é construído com o suor e o sangue desses explorados.

À Marta Jane Ramalho Leite, Secretária da Coordenação do Curso de Cooperativismo do Campus IV - UFPb, pela ajuda substancial quando se prontificou a colaborar com a datilografia deste trabalho. Mais ainda, pelo apoio afetivo e gentilezas prestadas, deste quando passei a servir ao Curso de Cooperativismo em Bananeiras - Pb.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Abordagem Histórico - Estrutural..... 11

1.2. Ótica Conceitual e Sociológica..... 22

1.2.1. Capital, População e Migrações..... 22

1.2.2. Campesinato e Migrações..... 37

CAPÍTULO II - CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DA ACUMULAÇÃO DA CAPITAL E CONSEQUÊNCIAS SOBRE AS MIGRAÇÕES

2.1. Considerações Iniciais..... 48

2.2. Migrações e Economia Agro-Exportadora..... 55

CAPÍTULO III - MIGRAÇÕES E INDUSTRIALIZAÇÃO EMERGENTE

3.1. Considerações Iniciais..... 92

3.2. O Nordeste e as Migrações Inter-regionais..... 97

3.2.1. O Nordeste na Formação do Exército Industrial de Reserva da Industrialização Emergente..... 111

3.2.2. O Nordeste e as Migrações Para as Fronteiras Agrícolas do Centro Sul..... 115

3.2.3. Migrações Nordestinas e a Marcha para o Oeste. As "Portas Abertas" Para a Colonização da Amazônia.....	132
3.3. Nordeste, Migrações e a Formação do Exército da Batalha da Borracha.....	146
CAPÍTULO IV- MIGRAÇÕES E COLONIZAÇÃO RECENTE NA AMAZÔNIA	
4.1. Considerações Iniciais.....	161
4.2. Expansão Econômica, Agricultura e Migrações para a Amazônia.....	166
4.3. Migrações, Colonização Dirigida e Reprodução Social na Fronteira.....	176
CAPÍTULO V - MIGRAÇÕES E REPRODUÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO: o caso de Rondônia.	
5.1. À Guisa do Processo de Ocupação de Rondônia.....	195
5.2. Aspectos Gerais do Movimento Migratório de Rondônia.....	199
5.3. A Reprodução Social da População na Fronteira de Rondônia.....	216
TENDÊNCIAS A NÍVEL DE CONCLUSÃO.....	258
APÊNDICE.....	261
BIBLIOGRAFIA.....	267

A P R E S E N T A Ç Ã O

Em dezembro de 83, estimulada pelo professor Severino José de Lima, resolvi fazer essa pesquisa sobre migrações. Àquela época, para cumprir as exigências formais de conclusão do Curso de Mestrado em Sociologia, desenvolvia um trabalho sobre uma indústria de vinhos de cajú no Estado da Paraíba que ficou destinado a outro compromisso ligado ao CNPq.

Em janeiro de 84 viajei para a Amazônia e lá iniciamos juntos este trabalho, onde fizemos levantamentos de dados e seleção de material bibliográfico, realizamos discussões que, inclusive, foram gravadas, e enfim, organizamos a estrutura do trabalho para dar início ao seu desenvolvimento.

Boa parte do trabalho se estendeu até agosto de 85, onde de parte das discussões foram realizadas por cartas e telefonemas. Infelizmente, não havia apoio financeiro de qualquer instituição, o que acreditamos, tenha contribuído, entre outras coisas, para maior limitação do mesmo. No entanto, essas limitações são encaradas positivamente porque através delas, poderemos receber críticas, sugestões, onde a contribuição de outras pessoas interessadas enriquecerão o trabalho, principalmente seu caráter social: " A produção dos homens é produção social".

Posteriormente, esta reflexão foi entregue aos cuidados do Professor Charles Michel Beylier, o qual tomei como orientador oficial, não só por ele ser doutor em Sociologia e professor do Mestrado que ora concluo, mas pela capacidade profissional e pelo apoio e compreensão oferecidos.

Infelizmente, o cumprimento das exigências formais para concluir um curso de Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba me obriga a assinar este trabalho sozinho. Isso, no entanto, não impede que eu demonstre meu profundo agradecimento a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta humilde reflexão. Antes que o mero esforço em apresentar um trabalho para obtenção do grau de mestre, o interesse maior de conjugar esforços com vários companheiros para dar uma pequena contribuição para o desenvolvimento da análise crítica no campo da Sociologia.

I N T R O D U Ç Ã O

Nos últimos anos a Amazônia tem sido objeto de preocupação de economistas, sociólogos, geógrafos, historiadores e cientistas de áreas afins, não só do país, bem como de várias instituições internacionais.

É que, a partir dos anos 70, a Amazônia tem sofrido um processo acelerado de ocupação e integração ao mercado interno.

A expansão das fronteiras agrícolas do Centro-Sul a partir de 1930 penetrando no Estado de Mato Grosso e Sul de Goiás, vai se deslocando nos anos subsequentes até atingir o Sul do Pará e Norte do Mato Grosso, penetrando em Rondônia.

No entanto, essas migrações vão ser bem diferentes das migrações nordestinas para o extrativismo da borracha, ~~no fim e começo~~^{no} do século XIX e durante a segunda guerra. São migrações induzidas e ou organizadas pela intervenção do Estado na região amazônica tendo como base o Programa de Integração Nacional, que amparado pela ideologia de Segurança Nacional leva avante a empresa de ocupar e integrar a Amazônia. A indução e o incremento da ocupação são feitas através de incentivos fiscais (SUDAM) para projetos agrominerais e agro-industriais, chamados de projetos pioneiros, ou através da abertura de rodovias, hidre-elétricas e projetos de colonização. Estes projetos de colonização geralmente margeam as estradas e têm o objetivo de

assentar as chamadas populações de baixa renda para disten-
der os conflitos sociais nas áreas como as do Centro- Sul
ou do Nordeste do Brasil, promovendo a fixação produtiva do
homem à terra.

Já a partir de 1930, as secas do Nordeste e a
expansão das lavouras de exportação (a cana a partir dos
anos 50), a pressão demográfica sobre as estruturas fun-
diárias em outros recantos do Brasil, a expansão e subse-
quente "fechamento" das fronteiras agrícolas do Centro-Sul
promoveram, com ou sem intervenção do Estado, importantes
movimentos migratórios em direção à Amazônia. Tem-se pois,
3 importantes movimentos nesta direção já a partir daque-
les anos.

1-Expansão das fronteiras agrícolas para Oeste
paulista, em todas as direções, deslocando ho-
mens e capitais para o Norte do Paraná, Sul de
Mato Grosso e Sul de Goiás. O "fechamento" da
fronteira no Paraná por conseguinte abre ou en-
grossa a expansão da fronteira para as terras
do Mato Grosso e Estado de Goiás, já a par-
tir dos anos 50.

2-A construção da Belém-Brasília e da capital ,
complementando o movimento anterior e ocupando
o Estado de Goiás, se adentrando para o Norte
pelo Sul do Pará.

3. Projeto de Colonização da SUDENE no Maranhão já antecedido de fortes contingentes migratórios de estados nordestinos de maneira espontânea, que em direção à chamada Pré-Amazônia Maranhense convergirá na região de abrangência da cidade de Imperatriz com o movimento de ocupação anterior.

Após 1967, houve a reorientação dos capitais na economia brasileira comandada pelas capitais internacionais. Esse período chamado de "milagre brasileiro" presusupõe o quadro de novas bases econômicas, políticas e sociais para novas articulações e integração da Amazônia ao mercado interno, e novas alternativas de distenção de conflitos sociais gerados pelo processo de acumulação principalmente no Centro-Sul, para a região Amazônica.

A concentração dos capitais na agricultura, criou um excedente estrutural de mão-de-obra no campo, responsável pela super-urbanização, criando-se uma situação insustentável tanto na cidade como no campo.

Ante a situação, a intervenção do Estado vai ser baseada em 3 proposições principais:

- 1) aumentar a qualidade e quantidade de empregos no setor urbano, incrementando o emprego formal e informal.
- 2) aumento da qualidade e quantidade de empregos nas áreas tradicionais de agricultura, seja

através de inovações tecnológicas, de modificação na estrutura da propriedade ou implantação de programas segundo concepção de desenvolvimento rural integrado, destinados a reter fluxos migratórios, e fixá-los à terra sob melhores condições de vida e trabalho.

- 3) Criação de opção de fixação produtiva através da colonização nos espaços vazios das amplas áreas amazônicas.

A primeira proposição esbarrou no aumento do desemprego acelerado pela crise. O setor informal que já existia a margem de uma industrialização poupadora de mão-de-obra, se torna uma alternativa ao desemprego bastante distante das soluções reais.

A segunda se concentrou nos PDRI's (Programas de Desenvolvimento Rural Integrado), como o POLONORDESTE, que longe de alcançar reais soluções, fez subordinar a pequena produção onde ela existia, às redes de intermediários (capital comercial) voltados para o abastecimento urbano. Não se mexe na estrutura fundiária, e as inovações tecnológicas serão fatores de expulsão de mão-de-obra do campo e concentração da terra e do capital.

Por último a terceira será a grande investida do Estado e dos grandes empreendimentos pioneiros ávidos por mão-de-obra. A Amazônia se tornará palco de grandes confli

tos sociais a medida que a mesma estrutura agrária das chamadas áreas de agricultura tradicionais são reproduzidas na região amazônica, por vezes até mais concentrada e mais excludente.

Entretanto, na década de 70, a situação no campo vai se tornando mais grave nas chamadas áreas de agricultura tradicionais. A Amazônia tendencia ser o destino, organizado, induzido ou espontâneo de milhares de trabalhadores sem terra, camponeses arruinados, pequenos e médios proprietários e posseiros expulsos de zonas de conflitos.

De acordo com os dados do INCRA, havia no país em 1972, um total de 24 milhões de minifúndios, os quais representavam 72% de todos os imóveis cadastrados no país, mas apenas correspondia 12% da área cadastrada. Registrou-se ainda 500 mil posseiros e 500 mil parceiros e arrendatários. De acordo com o censo de 1970, calculando-se uma média de 5,2 pessoas por família, estima-se que 17,7 milhões de pessoas viviam diretamente da agricultura em pequenos lotes. Somados a estes, estavam os trabalhadores rurais que perfaziam cerca de 8 milhões de pessoas, e apenas 1,2 milhões foram cadastrados como permanentes, sendo o restante, 6,8 milhões, boias-frias. Segundo estimativas, a população dependente desses assalariados estaria em torno de 21 milhões de pessoas. Nestas condições a população total de trabalhadores rurais, chamados de baixa renda se situa em torno de 42 milhões de pessoas ou um pouco menos que a me-

tade da população brasileira. (1)

É nessas circunstâncias que estes trabalhadores formarão as correntes migratórias para "abertura" das fronteiras agrícolas da Amazônia, primeiro pelo sul ocuparão a área de Belém-Brasília, subindo até o Norte de Goiás e Sul do Pará se espraiando e abrangendo as regiões de Imperatriz, baixo Araguaia Goiano, Extremo Norte Goiano e médio Tocantins Araguaia. A ausência de qualquer apoio do Estado e a concentração legal e ilegal da terra em grandes propriedades, culminaram na expulsão desses contingentes de pequenos produtores, a maioria posseiros.

A Transamazônica, foi encarada como uma tentativa de colonização com vista a absorção dos excedentes rurais e principalmente as populações nordestinas assoladas pela seca de 1970. Os projetos de colonização em torno da Transamazônica, pretendiam fixar o homem à terra em lotes de 100 ha.

De 1971 a 1974, pretendia-se assentar nestes lotes, 100.000 famílias, e um milhão até 1980*.

Entretanto, a propaganda oficial em torno da Transamazônica, atraiu milhares de nordestinos e migrantes de outras regiões do País, acima da capacidade de absorção pre

(1) MARTINE, George. MIGRAÇÕES INTERNAS E ALTERNATIVAS DE FIXAÇÃO PRODUTIVAS: Experiências recentes de Colonização no Brasil. Relatório Técnico nº 37, ONU. Brasília - 1970.

* Idem, p. 20 e 23

vista pelos órgãos e programas, bem como empresas que vão se instalando em grandes áreas devolutas, em busca dos incentivos fiscais, sejam elas de exploração mineral, madeireira ou agropecuária, ou buscando terras como reserva de valor e especulação.

A colonização fracassou, o planejamento do espaço propalado pelos programas foi irrisório. A população isolada e enfrentando condições inóspitas do meio, foi abandonando os lotes, devido as condições precárias de sobrevivência. Entretanto, essa é apenas uma face da expulsão "espontânea" dos colonos. A outra face é a expulsão gerada pela apropriação legal ou ilegal das terras por empresas e especuladores de terras em geral que vão se instalando na área. O Estado ante o fracasso, abandona a proposta de ocupar as áreas de estradas com pequenos produtores e cria o Polamazônia (Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) em 1974.

Este programa, atraindo investimentos públicos e privados, irá agravar a situação, estimulando os conflitos com posseiros, núcleos de colonização espontâneos, e com outros fazendeiros já presentes na área. Aumenta-se a apropriação ilegal das terras, a especulação e a grilagem de terras de posseiros e índios.

Iniciado nos anos 60, um outro fluxo migratório se acelera e engrossa a partir de 1970, homens e capitais penetram no Mato Grosso e atingem Rondônia, tendo como eixo de penetração a BR-364, que liga Brasília ao

Acre. Fazendeiros, grileiros e também milhares de produtores pauperizados, trabalhadores sem terra, bóias frias entre outras categorias, vindos do Paraná principalmente, Minas Gerais, Espírito Santo e em menor proporção do Nordeste, de São Paulo, Santa Catarina e outros estados, vão avolumando uma corrente migratória em busca de terras.

O Estado inicia a sua intervenção, de princípio muito tímida, quando o INCRA, tentando direcionar o fluxo migratório e disciplinar o processo de ocupação, implanta o Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, em 1970, numa área onde já existia cerca de 400 famílias de pequenos posseiros instaladas.

Ante os graves conflitos pela posse de terra, entre grileiros, colonizadores fantasmas, fazendeiros e pequenos posseiros e índios, o Estado amplia a sua intervenção criando novos projetos para disciplinar a ocupação espacial às margens da estrada. Dado a própria propaganda oficial e a ação de empresas de transportes nas áreas de expulsão, o fluxo migratório engrossa, passando a ação do INCRA para retaguarda. A reboque de movimento migratório, esse órgão - pelos limites da sua estrutura, que mesmo ampliada, não aguentava a demanda de infraestrutura para assentamentos - se limita apenas a ação de regularização fundiária e demarcação de lotes em áreas já ocupadas espontaneamente.

O número volumoso de trabalhadores sem terra e de pequenos produtores pauperizados e arruinados assumiu a dianteira de ocupação da BR-364, em lotes, em geral, de 100 ha, conforme o módulo do INCRA para região. Isto imprimiu, nos seus muitos conflitos sociais, um sistema de colonização "democrático", bem diferente do que aconteceu em outras regiões e incentivado pelo Estado, e por agências internacionais de desenvolvimento, através do POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil).

Procurar-se-á neste trabalho, feitas essas breves alusões ao processo de ocupação da Amazônia, estudar como se reproduz essa população sob o capital nessas fronteiras agrícolas. Será dada ênfase, portanto, à população predominante dos campos do Centro-Sul, deslocada para a Amazônia de forma espontânea, induzida ou organizada, tendo como pano de fundo o processo de acumulação do capital, que em sua circularidade redistribui e reproduz espacialmente e por atividades "os excedentes" de força-de-trabalho, que foram formando historicamente o exército migratório em busca de alternativas que possam ocupar a sua mão-de-obra, sob melhores condições de vida.

Abrangendo o processo histórico de ocupação da Amazônia, como parte do processo de expansão econômica do país, e principalmente de expansão das fronteiras agrícolas nos dois períodos de industrialização que sofreu o Brasil, e dela decorrentes ou a ela subordinada, se cen -

trará, portanto, no estudo de reprodução da população rural assentada nos projetos de colonização de Rondônia, às margens da BR- 364.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Abordagem Histórico-Estrutural

A nível teórico e em termos mais amplos, tomar-se-á a questão das migrações como decorrentes da natureza do processo de acumulação do capital.

Prende-se a este fato, estudar as migrações numa perspectiva histórica, para se ter uma visão geral das condições do processo migratório brasileiro, e o lugar que a Amazônia nele ocupa.

Neste sentido e de modo específico, os grandes fluxos inter-regionais e mesmo os intra-regionais de população estão associados ou são decorrentes da natureza cíclica do processo de acumulação, ou seja, dos ciclos de expansão econômica.

Todavia, como nem sempre um incremento demográfico num determinado espaço geo-econômico e social é uma frente de expansão, considerar-se-á que, nas condições históricas do país, os avanços populacionais em massa, têm sido o indicativo de uma fronteira agrícola em expansão. (1)

(1) Ver VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica, 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p. 12. Sobre a conceituação de frentes de

Tomar-se-á os ciclos de expansão ocorridos na economia brasileira, como decorrentes de uma lógica mais geral, como parte dos ciclos de expansão econômica mundial, ou delas decorrentes.

Portanto, se tem a nível macro-econômico a lógica do desenvolvimento desigual ou diferenciado, em termos espaciais e temporais, do capital, expressando-se em níveis de capitalização diferentes e portanto níveis de produtividade diferentes, conformando na agricultura do país, diferentes relações de trabalho, o que pressupõe diferenciadas formas de utilização de mão-de-obra, e por conseguinte diversos níveis de reprodução ou reposição das energias vitais dos trabalhadores diretos no processo de produção. Isso, portanto, pressupõe diferentes formas de apropriação do sobretabalho agrícola.

Esse quadro, conferido à agricultura do país, e no qual as relações de produção capitalistas e pré-capitalistas, se diferenciam e ao mesmo tempo se combinam em função da circularidade do capital é o que se chama na literatura clássica de via prussiana do desenvolvimento capitalista.

Numa perspectiva histórica, tomando-se como referencial os ciclos de expansão econômica, verificar-se-á que transformações ocorridas na economia brasileira, são manifestações ou apresentam manifestações diretas ou indiretas dos ciclos de expansão econômica mundial, manifestando-se de maneira diferenciada em nossa economia, tanto a nível espacial,

expansão, e frente pioneira ver SOUSA MARTINS, José de. "Frente Pioneira: Contribuição para uma Caracterização Sociológica." In: Capitalismo e Tradicionalismo, capítulo II, pp.43.50.

bem como a nível temporal, e a nível de volume de recursos e inversões, os quais dependem da dinâmica de cada período de expansão, geralmente seguido de um período de retração.

Considerar-se-á que, a cada momento, conferido por essa circularidade do processo de acumulação, a natureza, as dimensões e as causas dos movimentos migratórios foram diferenciadas, no espaço e no tempo.

A desigualdade do processo de acumulação tem se manifestado com clareza a nível regional, tomando-se o espaço como palco da história social, e especificamente da história econômica. Daí que as desigualdades regionais, e portanto, uma certa divisão regional do trabalho, ser decorrente da natureza estrutural do processo de acumulação do capital, da do que os capitais se movimentam em determinados momentos e para determinados espaços geo-econômicos, políticos e sociais, que concentram, pelo menos temporariamente, o eixo do processo de acumulação. Portanto, capitais podem se orientar para setores e atividades de retorno fácil e a curto e médio prazo, ou que ofereçam maiores vantagens de lucros.

Essas regiões, centros de dinâmica do processo de acumulação, têm funcionado, em determinado momento, como centros indutores de migrações, para noutro momento se tornarem repulsores. (2)

(2) Em estudos elaborados por Ravenstein, relativos a vinte países no final do século XIX, delimitando o início de pesquisas empíricas sobre migrações internas, está presente a noção de regiões expulsoras e regiões indutoras.

Assim, a circularidade do processo de acumulação se ex pressa particularmente em nosso país, pelo fato de regiões , setores, subsetores e atividades mais particulares, se desen volverem bruscamente, enquanto outros permanecem em estanca- mento, em inanição econômica; seguirem num crescimento mais lento ou não expressarem a mesma dinâmica. Daí as migrações poderem ser produto desta lógica, percorrendo etapas e fases diferentes, e num sentido mais largo, se originarem de re- giões atrasadas, de atividades decadentes, de economias es- tagnadas, ou de crescimento lento, e se destinando àquelas ' que vêm sofrendo um processo mais dinâmico de expansão, ou que ofereçam melhores oportunidades de trabalho e de vida.

Neste sentido, o processo histórico brasileiro, tem im plicado não só num limite mais ou menos definido de ocupa - ção espacial a cada momento, mas na existência de áreas que estiveram marginalizadas durante a ocupação antiga ou que ocorreram em momentos anteriores, e outras, que após uma cri se cíclica, começam a ser ocupadas, enquanto outras áreas, em

Este autor assinalou a existência de dois fatores bivalen- tes atuando na geração de movimentos migratórios: Repulsi- vos e Atrativos. Essa espécie de tipologia espacial e as leis enunciadas pelo autor, embora dentro de uma concepção empiricista, mecânica e dualista de fatores de causas e efeitos, constitui em hipóteses amplamente aceitas para' descrever e explicar os fenômenos migratórios. COSTA, Ma- noel Augusto ("Política de Migrações Internas". In: Migra- ções Internas no Brasil, editado pelo autor, Rio de Janei- ro, IPEA/INPES, 1976, pp. 98 e 99), resume da seguinte ma neira as sete leis de REVENSTEIN; 1) Os deslocamentos se

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprígio Veloso, 882 - Tel (083) 321-7222-R 355
58.100 - Campina Grande - Paraíba

determinados períodos relativamente longos, continuaram a receber um grande contingente populacional, como o caso do Centro-Sul, e do Paraná em Particular.⁽³⁾

Essas últimas, dados os limites de absorção desses' contingentes, em determinados momentos, passam a ser regiões repulsoras ou expulsoras, e as primeiras receptoras, se constituindo numa alternativa à urbanização e à marginalidade no campo, induzindo direta ou indiretamente o incremento de um movimento migratório às zonas abertas à colonização.

Para concretizar essa alternativa o Estado tem criado a infra-estrutura ou tem incentivado diretamente a absorção desses contingentes humanos em projetos pioneiros ou em torno deles, alocando desta forma mão-de-obra, sempre fator' escasso ou relativamente escasso nas áreas de fronteiras.

dão em direção dos centros manufatureiros e comerciais;2)A maior parte dos migrantes procede de áreas próximas; 3) Os naturais de cidades (e vilas) emigram relativamente menos do que os naturais das áreas rurais; 4) A melhoria dos ' meios de transportes e locomoção conduz o aumento das migrações; 5) A cada corrente migratória se opõe uma contra corrente; 6) Observa-se a redominância de fatores econômicos entre as causas migratórias; 7) Há predominância de mulheres nas correntes migratórias de pequeno porte.

3)Ver VELHO, Otavio Guilherme, op. cit. p. 13.

Uma dessas possibilidades, foi a absorção (e ainda é) de uma massa migratória de trabalhadores sem terra, originária predominantemente do Centro-Sul, em projetos de colonização às margens da BR-364, em Rondônia, a partir de 1970.

De forma geral tomando-se o processo histórico de ocupação da Amazônia, e de Rondônia em particular, nota-se que ele ocorreu em períodos históricos distintos e que estes períodos estão associados aos ciclos de expansão econômica. Assim pode-se periodizar o processo de ocupação da Amazônia em duas fases:

1. FASE DA COLONIZAÇÃO ANTIGA OU EXTRATIVISTA, que compreende dois períodos históricos: O primeiro período corresponde aos movimentos de penetração que se deram a partir do século XVI, do litoral em direção ao interior e tiveram o papel de estabelecer as fronteiras geográficas do país. Esses movimentos vão desde os tratados negociados no período colonial, até aos negociados pelo Barão do Rio Branco, no início do século XIX. Os argumentos diplomáticos foram de fato as causas da posse da área e os primórdios da ocupação.⁽⁴⁾

(4) LIMA, S. José de e outros. Estudos Sócio Econômico de Populações Assentadas nos Projetos de Colonização do Estado de Rondônia. Projeto de Pesquisa. Porto Velho, SEPLAN-RO/ NEP 1983. Mimeografado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprígio Veloso, 832 Tel (071) 321 7222-R 355
58.100 - Campina Grande - Paraíba

Esse período é conhecido na historiografia rondoniense como ciclo das drogas do sertão, baseado na exploração extrativista da canela, do cravo, do anils, do cacau, das raízes aromáticas, das sementes oleaginosas, madeiras e salsa parrilha.

Esse período corresponde à fase da acumulação originária e do capital de livre concorrência nos países metropolitanos.

Durante essa fase, a economia brasileira estava integrada às economias metropolitanas em dois momentos diferenciados. No primeiro forneceu em ciclos diferentes, metais preciosos, madeiras de lei e outros produtos extrativistas para o processo de acumulação originária naquelas economias e no segundo forneceu predominantemente matérias primas agrícola , com base na produção mercantil-escravocrata.

O segundo período iniciou-se no ocaso do século XX , correspondente a emergência do imperialismo, Para a Amazônia, este momento histórico corresponde ao ciclo da borracha, conhecido também na historiografia de Rondônia, como período da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré.

Nesse, se consolida o processo de ocupação da Amazônia. As economias industrializadas sofreram um ciclo de expansão, tendo como fator dinâmico a tecnologia dos motores elétricos e da combustão interna, que está associada à borracha. O ciclo da borracha se tornou então o principal eixo de penetração na Amazônia, ocupando-se novas e extensas áreas. Em ' Rondônia ocupou-se às margens dos rios Madeira, Guaporé, Mamoré e seus principais afluentes. .

Neste momento, a Amazônia recebeu um fluxo migratório de cerca de meio milhão de nordestinos, tangidos pela "seca" e pela decadência da economia do algodão. Com a crise da borracha, devido a concorrência do Oriente (Malásia, Ceilão, Indonésia e Tailândia), a região passa por um longo período de estancamento, a partir mais ou menos de 1919 até início dos meados da década de 60, com uma ligeira, mas inexpressiva recuperação durante a 2ª Guerra.

As tentativas de recuperação da economia regional, intermediou esse período com ciclos secundários, como mineração (cassiterita manual em Rondônia, por exemplo, 1956 a 1970) , pecuária, sem no entanto recuperar a dinâmica que a borracha imprimiu na região. A população da Amazônia que tinha passado de 1872 a 1920, de 332.847 a 1.739.052 habitantes, em 1940 ti nha apenas 1.462.420, observando-se que a taxa de crescimento demográfico, foi inferior ao crescimento vegetativo.⁽⁵⁾

2. FASE DA OCUPAÇÃO RECENTE DA COLONIZAÇÃO NA ÁREA DO CAPITAL MONOPOLISTA.

Compreende o período que corresponde ao ciclo de expansão do 2º Pós-Guerra, caracterizado como a fase da internacionalização do capital produtivo, ocorrendo um processo de desenvolvimento da economia brasileira sob novas bases materiais e humanas de produção.

(5) DIAS, Catharina Vergolnio. "Marabá - Centro Comercial da Castanha." Revista Brasileira de Geografia, nº 4. Ano XX, out/dez, 1958. Citado por Velho, Otávio Guilherme, Op.cit. p. 50.

Ocorre a consolidação do processo de industrialização do país, sob a predominância dos capitais internacionais, e como decorrência, houve a expansão horizontal e vertical da agricultura. Inicia-se num esforço de integração da Amazônia aos centros de expansão econômica, através da criação de obras de infra-estrutura, como estradas (Belém-Brasília, Brasília-Acre, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, Transamazônica)? concessão de incentivos fiscais, juros subsidiados, concessão de títulos de ocupação de áreas devolutas apropriadas legal ou ilegalmente pelos projetos agropecuários, e assentamentos dos "excedentes populacionais" das áreas tradicionais de agricultura, principalmente do Nordeste e Centro-Sul.

Esse período no caso específico de Rondônia, corresponde ao período da BR-364, como é conhecido. A BR-364 foi projetada e aberta a partir de 1960 (antiga BR-29) destinada a ligar Brasília ao Acre, e somente consolidada em 1965 / 66. Por volta de 1970, iniciou-se um processo imigratório , que assume proporções consideráveis a partir de 1978, atingindo um pique incontrolável pelos órgãos encarregados de orientação e disciplinamento da ocupação às margens da estrada.

Durante o período de ocupação antiga ou extrativista, considerar-se-á que o processo migratório para a Amazônia foi predominantemente do Nordeste, e teve como causa endógena a pressão "demográfica" sobre as estruturas fundiárias, assumindo proporções conflitivas durante as secas, tendo como causa estrutural, a natureza cíclica excludente e exclusivista da economia agro-exportadora, dependente das oscilações do mercado, e concentradora de terra e do capital, formando as condições ideais para a formação de um exército de reserva de

20
mão-de-obra, que perfilou em direção à Amazônia durante dois ciclos de expansão da economia extrativista da borracha, se gundo as necessidades das economias industrializadas.

Essa população para o capital, exportadora, vai ser reproduzida numa região em que esse fator é escasso, como al ternativa de alocação de mão-de-obra em períodos favoráveis' a abertura da atividade extrativista da borracha natural, em decorrência do processo de acumulação do capital internacional.

Durante o período de ocupação recente, o processo' de industrialização - que é também industrialização da agricultura - sob novas bases tecnológicas, as quais caracterizara m o ciclo de expansão do 2º Pós-Guerra, ocorrendo regionalizado e setorializado, no Centro-SSul, ocasionou, um fluxo de população para essa região, incorporando-a produtivamente e ao mesmo tempo formando o seu excesso relativo, expressando o fenômeno da urbanização ou super-urbanização - como salienta alguns estudiosos - e os problemas delas decorrentes.

Incapaz de incorporar produtivamente o potencial de força de trabalho de um permanente incremento populacional, mesmo com a expansão do setor de serviços e outras atividades subsidiárias e marginais, o espaço urbano-industrial tornou' cada vez mais conflitante e problemático, quando a industrialização de base tecnológica moderna era poupadora de mão-de-obra.

No campo, a expansão horizontal e vertical da agricultura, articulada à expansão do mercado internacional (além do interno), e comandada pelas firmas internacionais (agro -

21

business) e grandes cooperativas, incrementa um processo de proletarização no campo, criando uma população supérflua e marginalizada. O capital movimentando-se na agricultura, tecnificando-a, criará mais desemprego e subempregos, do que o pleno emprego da mão-de-obra.

O capital, não só entra como antes, na esfera da circulação; agora entra também total ou parcialmente na esfera da produção, concentrando a terra, e marginalizando homens e pequenos capitais, e impondo novos agentes produtivos e novas relações de produção.

A concentração de terras e de capitais numa agricultura tecnificada e de base empresarial tornou-se elemento ímpar de expulsão da população rural voltada para as atividades de subsistência intercaladas às culturas comerciais, ou simplesmente a expulsão inclusive de assalariados da força-de-trabalho. Cria-se, portanto, uma massa de mão-de-obra supérflua nos campos e nas periferias de vilas e pequenas cidades, servindo de força de trabalho volante, os boias-frias.

Face a imposição do capital, expressa no processo técnico, trabalhadores sem terra, pequenos produtores arruinados, famílias inteiras marginalizadas nas periferias urbanas, nos campos ou às margens das estradas, formaram nos últimos 20 anos, a massa supérflua de mão-de-obra que se dirigiu para as áreas de fronteiras, ocupando a margem das rodovias da "integração", as terras devolutas, os projetos oficiais de colonização e a demanda dos pólos agro-minerais e agro-pecuários da Amazônia.

Tem-se pois as causas estruturais do processo migratório para Rondônia, a partir de um grande contingente de população marginalizada nas cidades e nos campos, notadamente no Centro-Sul e Sul, formando as condições históricas ideais para exportá-la ou re-exportá-la para as zonas abertas à colonização, e assentá-los em projetos integrados de colonização, e por outro lado, propiciando as condições ideais para solucionar ou transferir os problemas sociais das áreas de tensões.

1.2. ÓTICA CONCEITUAL E SOCIOLOGICA

1.2.1. Capital, População e Migrações

Anteriormente, iniciou-se a fundamentação das possíveis bases para se apreender as causas estruturais das migrações numa perspectiva macro-econômica do movimento do capital em geral. Com relação às consequências, se centrará no estudo da última etapa migratória, dando-se ênfase às correntes migratórias que se delinearam e se localizaram no espaço agrário da BR-364, em Rondônia, analisando-se os impactos ocorridos, as relações de produção reproduzidas ou conformadas em função da circulatividade do capital, nas condições históricas e concretas de uma fronteira agrícola que continua a se expandir, observando-se tendências gerais e específicas, do processo "democrático", como se denomina, de ocupação daquela área.

Isto significa que não só se centrará num esforço de mensuração do processo migratório para Rondônia, baseado em

estatísticas de órgãos especializados. Essas serão variáveis analíticas complementares. Se dará ênfase às condições gerais de reprodução dessa população camponesa sob o capital.

Entretanto, o estudo da população torna-se difícil, devido aos próprios problemas conceituais. Das variáveis demográficas como fertilidade, mortalidade e migrações, esta última está a requerer estudos mais específicos ou especiais, que poderão ser baseados não só no campo da pesquisa teórica, bem como no campo da pesquisa de campo. Acredita-se que as duas se complementariam, e possibilitariam novos questionamentos e novas pistas conceituais e metodológicas para o presente estudo e para futuros estudos.

A pesquisa sociológica de campo, no âmbito das interrelações e interações sociais, com base nas relações de produção criadas e recriadas ou reproduzidas em espaços agrários específicos, poderão dar uma visão das formas de "consumo" da mão-de-obra, ou seja, dos níveis e das formas de reprodução social da força de trabalho, que podem se diferenciar segundo a utilização, a circulação e produção.

No decorrer deste trabalho, e pautando-se no estudo teórico, procurar-se-á aprofundar esta questão com vistas a maior clareza das especificidades concretas, de como a população, que ainda não é força de trabalho, ou que já tenha se tornado parcial ou totalmente força de trabalho, é reproduzida sob o capital, o qual pode expropriar totalmente ou só parcialmente os trabalhadores do campo dos meios e instrumentos de produção, ou só se apropriar do produto do trabalho de base familiar na esfera da circulação ou intermedia-

ção de mercadorias.

Essas duas situações, longe de uma concepção dual, porque concretamente, existe as formas intermediárias ou de transição, combinadas, ou ora a predominância de uma, ora a predominância de outra, no espaço e no tempo, tem imprimido na agricultura relações de trabalho diferenciadas, combinadas ou transitórias como expressão da relação de produção capitalista e pré-capitalistas, ou formas de transição entre as duas, e que estão em função de circularidade do movimento do capital.

Em diferentes momentos históricos do processo de acumulação, foi se estabelecendo uma população para o capital, através da transformação do trabalho em força de trabalho. Neste sentido, a dificuldade de uma teoria de população, e na qual se coloca o fenômeno das migrações, reside no fato e na especificidade, que ela deve tomar em cada modo de produção específico. Cada modo de produção tem sua lei própria de população, Assim, leis de população abstratas ou pautadas na observação empírica, só deve existir para uma população animal ou vegetal específica, e não para a população humana. Neste sentido, a demografia tem limitado o estudo da população a uma espécie de genética social: sexo, idade, taxas de mortalidade (sem taxas de lucros), taxas de fertilidade (sem taxas de exploração), cor, tamanho, forma, escolaridade, perfil, pêsso, etc; ocorrendo algo semelhante com respeito aos estudos de movimentos demográficos⁽⁶⁾.

(6) Ver sobre este assunto OLIVEIRA, Francisco de. A Produção dos Homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. In: Estudos CEBRAP. 16. São Paulo. Edições CEBRAP, 1976, p.5 em diante.

Uma lei de população peculiar a um regime de produção específico, de modo historicamente concreto, poderá ser desvendada, quando se quer isolar o que especificamente determina a reprodução do modo de produção social, qual a sua circularidade e o que é essencial para a sua reposição.

Com relação à sociedade brasileira, a valorização do capital, a partir do trabalho não-retribuído, tem como pressuposto a existência e a reprodução de uma mão-de-obra ampliada para o capital, se acomodando historicamente conforme especificidades concretas da formação social do país. Neste caso, uma teoria de população e o estudo específico das migrações internas deve se fundamentar necessariamente sobre a natureza e os caracteres das relações sociais, distinguindo-se agentes sociais e atores diferenciados e específicos na produção de mercadorias, no qual está incluída a produção específica de uma mercadoria a força de trabalho.

Assim, não se deve de certa maneira, estudar a população, sem trabalhá-la a nível das relações sociais, quaisquer que elas sejam. Na sociedade, o genes está na telação social, e portanto, no que é necessário à sua reprodução, e não nos indivíduos. Levar isto em consideração, é não querer reduzir uma suposta teoria de população numa espécie de genética social.

Portanto, não basta estudar a população como qualquer outro conjunto de coisas, ou de seres vivos. Seria uma abstração, que a reduziria aos postulados de uma pura aritmética, com os quais se quer teorizar a quantidade, não fazendo em na da avançar o conhecimento da natureza social da população. E

isto está ligado a uma questão básica: como um modo de produção social de mercadorias específico e historicamente determinado, reproduz a população?

Essa questão vem a se tornar complexa na sociedade moderna ou de capitalismo avançado, a qual vem colocando novos problemas, sendo um dos tais, a recuperação do conceito de reprodução humana, quando a reprodução da população para o Capital, ou a geração de força de trabalho, emana do conjunto da população, e salta as barreiras naturais de reprodução humana. (7)

A lei de população do modo de produção capitalista deve ser buscada no "como a produção de mercadorias reproduz a população", e esta lei foi enunciada por MARX, que é a lei do exército industrial de reserva:

"A população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei de população peculiar do modo de produção capitalista, pois na realidade, todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população, válidas, dentro de limites históricos". (8)

Quando, se trata pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos. As contradições entre capital e

(7) Ver OLIVEIRA, Francisco. op. cit. p. 8 e 9.

(8) MARX, Karl, 1975:732.733. In: As relações de produção na agropecuária brasileira e a mobilidade do trabalhador rural. Relatório Parcial. Depto de Economia Rural. UNESP. Botucatu, 1978. mimeog.p. 45-46.

trabalho é a base do próprio processo de acumulação. E é nesse confronto entre capital e trabalho, que o trabalho é transformado em força de trabalho. No coração deste confronto, desta contradição, a produção e reprodução da força de trabalho é condição para reprodução do capital. Neste sentido MARX aponta que:

"... é preciso ainda reter que a produção capitalista não é só reprodução da relação, em sua reprodução numa escala sempre crescente, e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também frente ao trabalhador a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital; se estende frente a ele o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina, e na mesma proporção se desenvolve por oposição a sua pobreza, indigência e sujeição subjetivas(...). O crescimento do capital e o aumento do proletariado se apresentam como produtos concomitantes, ainda que polarmente opostos, do mesmo processo". (9)

Assim, a população sob o capital é a força de trabalho. Os enunciados de MARX, anteriores, têm como pressuposto, portanto, a existência e a reprodução ampliada da população na mesma proporção do processo de reprodução ampliada do capital.

(9) Idem, p. 45 - 46

A produção desta população sob o capital se dá através da transformação do trabalho em força de trabalho, ou seja, pela expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, produzindo-se assim uma mercadoria, a força de trabalho.

A produção da força de trabalho é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. O indivíduo ao produzir, também se gasta, se consome, no ato de produção. Produzir é também consumir uma "cesta básica" necessária à reposição do consumo das energias vitais do trabalhador no ato da produção. Os níveis deste consumo determinam os níveis da oferta de mão de obra, os níveis da relação mortalidade/fertilidade da força de trabalho, inclusive a reprodução natural que também é consumo de forças vitais. A produção é, pois, em todos os momentos consumo, e consumo da força de trabalho, quer seja do trabalho vivo ou do trabalho morto das máquinas.

Neste contexto, " a cesta" básica com que o trabalhador produz o seu próprio corpo, com que repõe a sua força de trabalho, e reproduz sua classe é função dos níveis da taxa de mais-valia. Na produção o produtor se coisifica, e a coisa criada por ele se personaliza⁽¹⁰⁾. E neste sentido, o trabalhador na sua submissão real e formal sob o capital não é dono sequer dos meios de consumo que consome, nem da sua família. Neste contexto o salário pago corresponde aos bens de

(10) Ver MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 7 e 8.

subsistência que o trabalhador consome não é o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, que é determinado como o das demais mercadorias, ou seja, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

A produção da força de trabalho se dá mediante os bens de subsistência, que o trabalhador consome a fim de repor "o gasto de trabalho" e ainda reproduzir a sua família, que inclui uma fração futura de sua própria classe. Durante parte de certa jornada de trabalho, o trabalhador reproduz para o capital o valor de sua força de trabalho, que lhe é retribuída sob a forma de salário, o restante é trabalho não-retribuído, mais-valia necessária à reprodução social do capital.

Sendo assim a reprodução social da força de trabalho é função das taxas de mais-valia, e a população não é em nenhum sentido natural, a não ser no sentido remotamente biológico.⁽¹¹⁾ Os movimentos migratórios, neste sentido estariam também em função da taxa de mais-valia e de seus níveis, como um aspecto essencial dos níveis de reprodução do valor social da força de trabalho, ou da fertilidade da força de trabalho, e não são, portanto, um movimento demográfico propriamente dito:

"As migrações são, sempre um fenômeno de cunho classista, isto é, são frações de uma determinada classe social que migram; sob o capitalismo as migrações, tanto no sentido mais óbvio campo-cidade, como em outros sentidos, campo-campo, cidade-campo ou cidade-cidade, representam momentos da formação do exército industrial de reserva."⁽¹²⁾

(11) Ver OLIVEIRA, Fco. op. cit. p.9

(12) Idem, p. 25.

Nesses momentos a reposição, ampliação e distribuição espacial da população é secundariamente demográfico. A reprodução da população sob o capital, e seus movimentos de expansão e retração são determinados pelos movimentos de expansão e contração do capital, pelos ciclos de acumulação e não pelos movimentos demográficos.

É neste sentido, segundo OLIVEIRA⁽¹³⁾, que a teoria marxista se separa radicalmente não apenas do malthusianismo, mas de toda a demografia moderna, pois a pesquisa que a teoria marxista requer, para dar conta da relação entre a população para o capital e a população como um todo não começa a partir desta última, mas do capital em geral e, especificamente, a partir do capital variável, e de seu posicionamento na equação geral do capital.

Todavia, é necessário equacionar esses postulados marxistas para situações concretas de uma formação social complexa como a nossa, na qual nem sempre o capital tem transformado o trabalho em força de trabalho, em diferentes e específicos espaços geo-econômicos, políticos e sociais, aparecendo situações intermediárias ou transitórias, condizentes com o que se denomina de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas; manifestação em última instância do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

(13) Idem, p. 8.

O processo de acumulação no caso específico da economia brasileira, na agricultura em particular, embora não deixe de se submeter às leis gerais do capital, tem em cada caso específico e em momentos históricos determinados, engendrado formas de apropriação do sobretrabalho, distintas. Esse sobretrabalho apropriado nem sempre é produto da força de trabalho, ou seja, do trabalho transformado em mercadoria, mas na apropriação do produto na esfera da circulação, e não através da mais-valia (na esfera da produção), este é o caso típico da produção com base na economia camponesa, pautada na produção familiar de subsistência. Não entrando na esfera da produção, o capital sob diversas formas de utilização do trabalho, a da própria produção e reprodução da mão-de-obra, se apropria do produto na escala da intermediação ou circulação. Neste contexto:

"é possível reconhecer a existência de espaços econômicos, políticos-sociais onde por exemplo, o capital comercial comanda as leis da reprodução sem no entanto penetrar profundamente na produção; tal região se diferenciará de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital industrial - em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma indústria - o responsável pela reprodução do sistema, assim sucessivamente, as diversas formas de reprodução do capital confirmariam "regiões distintas..., sem nenhuma dúvida existem estágios em que há uma sobredeterminação principal da forma de reprodução, que subordina as demais". (14)

(14) OLIVEIRA, Francisco. Elogia para uma Re(li)gião. SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.29.

O espaço como bem define OLIVEIRA: "é importante, pelo caráter que assume como lugar da reprodução das relações de produção que se sobrepõe à produção dos meios de produção" ele é simultaneamente a ocasião e o instrumento de uma plani ficação (aménagement du territoire) de uma lógica de cre sci mento. ⁽¹⁵⁾ Aqui se coloca o planejamento do espaço, e em es pe cial a lógica dos projetos oficiais de colonização, os projetos de desenvolvimento integrado e outras modalidades de planejamento e de intervenção estatal como um todo.

Neste caso, existem diferentes formas de reprodução da população subordinadas a principal forma de reprodução "pura" capitalista. Marx considerou duas formas principais, a sub - sunção real ou direta e formal ou indireta do trabalho ao ca pi tal. A subsunção real e formal da população trabalhadora ao capital, ora outra pode ser predominante em diferentes espa ços específicos da formação social brasileira, ou em diferen tes regiões, onde o capital pode ser, ora predominante na esfera da circulação e não entrando ou só entrando parcialmente na esfera da produção (capital comercial), ora predominante na escala da produção (capital industrial), conformando a sobredeterminação principal da forma de reprodução , a que se subordina as demais.

(15) LEFEBVRE, 1973: 21. In: As Relações de Produção na Agropecuária Brasileira... Departamento de Economia Rural , UNESP. op. cit. p. 46.

É neste contexto que se deverá enfocar teoricamente a população, e em especial as migrações; o que é essencial para a sua reprodução nas regiões de origem e de destino, e mais, quando estas se revestem na aparência de "excedente populacional" nas regiões expulsoras e de "população marginal" (campesinato marginal) nas regiões receptoras.

Acredita-se, portanto, que as migrações como decorrentes da circularidade do capital, o qual cria ou engendra os "excedentes" nas regiões de origem dos fluxos, cria também, engendra ou reproduz geralmente as mesmas formas de reprodução nas regiões de destino, em diferentes circunstâncias históricas, e que por sua vez posteriormente engendrará nestas novamente o seu "excesso", que é só remotamente biológico e secundariamente demográfico. Esse processo culmina no que alguns autores chamam de "fechamento" e "abertura" de fronteiras, "novas" fronteiras agrícolas, ou "deslocamento" das fronteiras econômicas e/ou fronteira agrícola.

Esse excesso relativo, por muito já referido anteriormente, é claro na teoria de MARX, em seus enunciados sobre o "exército industrial de reserva", que é a lei da população do modo de produção capitalista.

Todavia, quando se volta para determinados espaços geo-econômicos e políticos-sociais, nos quais a própria circularidade do capital engendra ou reproduz relações de produção não-capitalistas, aparecem diferentes formas de relações de trabalho, diferenciando-se quanto à utilização, circulação e produção do trabalho, como formas de trabalho compulsórias e semi-compulsórias, nas quais por exemplo, a uti-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
 Coordenação Setorial de Pós-Graduação
 Rua Aprígio Veloso, 882 - Tel (083) 321 7222-R 355
 58.100 - Campina Grande - Paraíba

lização ou "consumo" do trabalho é predatória. A teoria da população para esses casos específicos e complexos parece aparentemente inadequada, se se usa os conceitos de Marx, sintetizado na lei do exército industrial de reserva.

Entretanto, levando-se em conta que essas formas pré-capitalistas de "consumo" da mão-de-obra, podem reduzir ou aumentar a reserva de força de trabalho para o capital, podem reduzir, aumentar ou manter constante a oferta de mão-de-obra sujeita real ou formalmente ao capital, quer seja através da reposição ou reprodução pelo "fundo de acumulação" das culturas de subsistência, ou pelos níveis salariais, ou pelas migrações. Neste sentido, os postulados marxistas se aplicam concretamente àquelas realidades particulares.

É neste enfoque particular, que se quer estudar as migrações, ou seja, como a população migrante sob o capital se reproduzia e como está se reproduzindo nas áreas de destino, e o que era essencial para a sua reposição lá, e o que está sendo aqui. Tem-se portanto, que:

"Nas diversas formas de reprodução ampliada do capital, configura-se pois, especificidades que assumem a acumulação do capital em escala ampliada.

Deve-se levar em conta, porém que as migrações estão ligadas não somente as necessidades de mão-de-obra pelo capital, que no processo de industrialização concentra atividades em determinados "espaços" mas a necessidade de um excedente de mão-de-obra. Em outras palavras, se no processo de industrialização nos moldes capitalistas, a população migra no sen-

tido das necessidades de mão-de-obra, essa migração se dá em proporções superiores a essas necessidades.

As migrações internas sejam elas resultados de fatores de mudanças ou de estagnação, devem porém, ser analisadas sob a ótica das necessidades da acumulação".(16)

O último período de expansão econômica foi caracterizado no país pela industrialização moderna, e em decorrência, pela própria industrialização da agricultura, polarizada no Centro-Sul. Houve a desarticulação das economias camponesas, a concentração fundiária, a especulação e aumento dos grupos de pressão sobre as estruturas fundiárias, pelo incremento da penetração do capital na agricultura. Houve uma forte proletarianização dos trabalhadores do campo, e o incremento do êxodo rural para as cidades. Apesar de se dirigir para essa região um forte fluxo migratório de regiões de crescimento mais lento, as quais em decorrência também se industrializam, as migrações vão ter uma predominância intra-regional, essa predominância vai se dar em todo país, pois o "milagre brasileiro também provocou o "milagre das periferias".

Todavia, é importante salientar, que a formação do excedente de reserva necessário a acumulação na região industrial, já começava a crescer a partir dos anos 30, criando-se seu excesso relativo, necessário ao rebaixamento e manutenção dos preços médios de mercado da força de trabalho.

O exército industrial de reserva que assumira proporções superiores às necessidades da acumulação do capital in

(16) Idem p. 47.

dustrial, já nos anos 40 e 50, vai se conformar em maiores proporções, durante o período de consolidação do processo de industrialização a partir dos anos 60. Isto ocorre não só porque a dinâmica das migrações assumem proporções incontroláveis, mas porque, e também, a industrialização sob bases tecnológicas modernas, embora tenha determinado um aumento relativo do emprego na cidade e no campo, excluiu um contingente apreciável de população, aumentando-se os contingentes de desempregados e subempregados à margem do processo de acumulação.

A partir de 1970, a situação de marginalidade na cidade e no campo, no Centro-Sul, que comanda a industrialização, se torna insustentável. As contradições entre trabalho e capital emergem nas expressões que vão tomando as lutas sociais. Houve, portanto, uma intensa marginalização de homens e de pequenos capitais, sem possibilidades de se reproduzirem nas condições locais vigentes, e portanto disponíveis para a abertura de novas frentes de expansão.

Por isso nos últimos tempo, o afluxo de homens e de pequenos e médios capitais tem sido volumoso e sobre-determinante nas zonas abertas à colonização, tendo em vista as perspectivas de trabalho abertas e oportunidades de inversões de capitais vulneráveis e marginalizados nos centros dinâmicos do processo de acumulação, sem contar com os grandes capitais, que na perspectiva da crise subsequente, buscam novos campos de inversões ou são atraídos pelos incentivos fiscais nas áreas abertas à ocupação, como a Amazônia.

Neste quadro, cabe desvendar-se as contradições inerentes a esse processo de criação ou formação de uma população supérflua nas cidades e nos campos a partir do estudo teórico em bibliografias especializadas e em momentos históricos concretos, sendo que ao mesmo tempo o capital, cria as condições para incorporá-la e reproduzi-la, deslocá-la nas fronteiras em expansão, sob as mais diversas formas de subordinação ao seu processo de reprodução ampliada. Neste processo se combina as mais diferentes relações sociais de produção, os mais variados atores e agentes sociais e portanto, as mais variadas formas e estágios de produção e formas de apropriação do sobretrabalho humano.

1.2.2. Campesinato e Migrações

Anteriormente se colocou os momentos e períodos, bem como as bases e os esforços analíticos, de compreensão teórica da realidade estudada. Esforços esses pautados a partir da história, essa história que é a história da exploração do homem pelo homem, e num sentido mais geral, história da produção dos homens pelos próprios homens, em condições concretas e determinadas. É com base nessa história, e especificamente com base nas condições concretas da produção capitalista de mercadorias, que reproduz a população sob condições diversas de subordinação ao capital, e que nestas condições' engendrou a realidade estudada; que se buscará a natureza e formas de reprodução das migrações, enquanto homens que lutam pelo espaço, buscam um espaço para trabalhar, morar e so

breviver; explorar e ser explorado; dominar e ser dominado ,
conforme o lugar que ocupam nas relações sociais que vão se
conformando, reproduzindo também as formas arcaicas de explo-
ração e dominação.

Se estudará uma parcela dessa população, a mais importante talvez econômica, social e politicamente, e a mais importante também porque é a parcela maior, porque forma o grosso dos movimentos migratórios para a Amazônia, e especialmente para Rondônia: a população trabalhadora, eminentemente dos campos do Centro-Sul.

Essa parcela importante e que dá o conteúdo classista das migrações para as fronteiras agrícolas, será estudada tendo em vista a perspectiva anteriormente colocada, manifesta nos diversos momentos históricos do processo de acumulação e da circularidade que lhe é inerente. Esses momentos tem requerido populações distintas e em volumes diversos, que não é a população em geral, mas a população para o capital, subordinada sob diversas formas ao seu processo de expansão.

Mas, o que interessa de modo particular é a reprodução de uma população específica, nas áreas repulsoras e consequentemente nas áreas receptoras. O movimento desta população de uma área para outra tem nas condições de Brasil, composto a parcela maior dos movimentos migratórios. Esse tem se constituído numa reserva de força de trabalho ou de uma espécie de "exército industrial de reserva", necessário ao processo de acumulação. A lei do "exército industrial de reserva" , servirá de pano de fundo para se colocar a questão da migra -

ção de segmentos importantes do campesinato e de outras categorias de trabalhadores do campo, os sem terra em geral.

A questão dessa massa supérflua dos campos, das várias regiões constituídas pela circularidade de processo de acumulação, cuja expropriação real se disfarça em formas e mecanismos derivados da própria circularidade do capital, lhe permite uma precária reprodução nas periferias espaciais (sócio-econômicas) do sistema.

Nos projetos de colonização, por exemplo, os assentamentos de contingentes migratórios têm sido precários, a ocupação e a reprodução conseqüentemente são instáveis e carentes, composta que são pela "população excedente", privadas nas regiões de origem, pelo capitalismo, de outros meios de sobrevivência. Esse campesinato expropriado em busca de terra, nasce por exclusão nas áreas de expulsão, e migra carregando a sua própria origem social, como pressuposto básico de sua existência dentro do capitalismo. De região em região vem migrando, muitos, num percurso amoldado pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital, numa relação dialética de expropriação/apropriação pelo próprio processo de acumulação.

O "milagre", que beneficiou os grandes comerciantes e proprietários da terra e da força de trabalho, que são os agentes da reprodução das relações de dominação, expropriou/apropriou-se de seus meios de produção e de sua própria força de trabalho, e abandonou uma massa enorme de indivíduos expropriados, além de partilharem da condição real, através das mi-

grações, na luta social pelos restritos espaços que a história lhe concede aos camponeses de usufruírem das terras e dos meios de produção que lhes pertencem.

A massa de pequenos produtores sem terra, e outras categorias expropriadas dos campos migram para demandas determinadas, ganhando e perdendo aqui e acolá espaços conquistados políticos e sociais de início mais flexíveis a sua reprodução social, num vai e vem, sem qualquer alternativa no espaço e no tempo, quer alternativa no espaço e no tempo, de mobilidade social a não ser a sujeição à pauperização e à marginalidade dentro da estrutura social da sociedade envolvente de reprodução na fronteira. E nessa condição estão sujeitos a re-migrarem para suas áreas de origem ou para abertura de novas fronteiras.

Neste sentido, CHACEL⁽¹⁷⁾ criticando as teorias sobre migrações afirma que:

"Todas as motivações para a migração, registradas, como "falta de terra", "falta de trabalho", "fim de colheita", "maldade do patrão", "fome", "seca", "declínio da fertilidade do solo", "ódio em alugar o trabalho a outrem", refletem a combinação, economicamente ineficiente e socialmente injusta, entre terra e trabalho no Brasil, segundo o qual uma grande extensão de terra é monopolizada por poucas mãos e o acesso a ela é negado a milhões de camponeses."

(17) CHACEL, 1969; CIDA, 1966. Citado por JOE FOWERAKER, A Luta pela Terra, Zahar editores, 1982, p.103.

De forma geral pode-se afirmar que o processo de migração da população camponesa sem terra para a Amazônia está intimamente ligado à região industrial do Centro-Sul, pois é aí que se origina as grandes levadas de migrantes em busca de terra, sem opção de se reproduzir nas condições locais vigentes. As mesmas condições econômicas e sociais que produzem essa população supérflua, ao mesmo tempo cria as condições de sua reprodução nas fronteiras agrícolas por extensão do próprio processo de acumulação. Nas fronteiras agrícolas, como bem coloca FOWERAKER⁽¹⁸⁾:

"(...) se desenvolve uma economia agrícola por extensão, em resposta ao processo dinâmico da acumulação, que tem lugar através das relações capitalistas de trabalho nos centros industriais e financeiros da economia do país. Os preços dos produtos básicos permanecem baixos, precisamente porque são produzidos em áreas de alta produtividade agrícola, técnicas rudimentares, os solos férteis garantem safras elevadas, pelo menos a curto prazo. Sem a migração, essas fronteiras não teriam jamais existido".

Todavia, também houve o "milagre" nas periferias como o Nordeste, por extensão do processo de acumulação do Centro - Sul, conduzindo novos redirecionamentos na economia de uma região, que por muitos anos tem sido

(18) FOWERAKER, Joe. Op. cit. p. 103.

o estoque da força de trabalho para o Centro-Sul e para a própria Amazônia. Neste sentido afirma OLIVEIRA: (19)

"Dentro do "milagre brasileiro" teve também um "milagre nordestino". E analogamente às hostes errantes da grande seca do século passado, surgem também as hostes errantes de nordestinos vagando empurrados pelo vento árido e devastador da expansão capitalista na região.

No campo, as tendências de crescimento são bastante semelhante às que se dão no país como um todo: há mecanização e conseqüente desemprego - "volantes" e "clandestinos" são os "boias-frias" do nordeste (...)

A marca gritante da década de 70 é esta: abriram-se as comportas que represavam a população sob o guante das velhas estruturas agrárias e industrial, e, como uma onda gigantesca, praticamente toda pessoa válida é incorporada no mercado de reserva de mão-de-obra para novos empreendimentos capitalistas na região.

A exportação de mão-de-obra não cessou, mas sua tendência se inverteu; é a migração dentro do próprio Nordeste que hoje é mais importante, como se houvesse um represamento invisível a obrigarem as pessoas a permanecerem na região."

(19) OLIVEIRA, Francisco. "Anos 70: As Hostes Errantes.". In: Novos Estudos CEBRAP. vol. 1. n.1. São Paulo, Edições ' CEBRAP. 1981. p. 21.

Certamente, o novo padrão de acumulação no país, vai também reorientar os movimentos migratórios para a Amazônia.

Todavia os movimentos migratórios de massas camponesas expropriadas e pauperizadas, sempre existiram no sentido campo-cidade e campo-campo, principalmente. Esse camponato concentrado nas periferias do processo de acumulação, ou nas regiões de estagnação ou de crescimento lento, nas condições permitidas pela circularidade do capital, ou onde predomina o capital comercial, tem sido historicamente a reserva do "exército industrial de reserva".

Neste contexto, as condições de reprodução do camponato permitidas pelo processo de acumulação em momentos historicamente determinados, tem permitido a oferta de força de trabalho necessária a formação do exército industrial de reserva e a manutenção de seu excesso relativo, condizentes com a acumulação do capital nas áreas industrializadas.

Nos anos 40 e 50 deste século, o processo de industrialização por um lado, assentado na extração, predominantemente, da mais-valia absoluta e os métodos que lhes são peculiares, representava um "desgaste" predatório da força de trabalho, pelo menos num primeiro momento do chamado período de industrialização por substituição de importações. Essa forma de utilização, de consumo predatório da força de trabalho, limitando a reprodução das classes trabalhadoras urbanas-industriais, só poderia ser resposta através da migração campo-cidade, do êxodo rural provocado pela desarticula-

ção agrícola, ou reorientação dos capitais nas fronteiras e pe riferias do processo de acumulação, nas quais se concentram , nas condições permitidas pela circularidade que lhe é ineren- te, o campesinato, sobrevivendo subordinados formalmente ao ca pital.

Essa subordinação, expressa nas chamadas relações' de produção pré-capitalista, permitindo a reposição da mão - de-obra familiar pelas culturas de subsistência intercalares' à uma cultura comercial, ou não, ou mesmo em condições de tra- balho semi-compulsório como o "cambão", permitem a oferta da força de trabalho, graças ao incremento da fertilidade da mão -de-obra, permitidos pela pequena produção de valor-de-uso, e secundariamente, de valor-de-troca.

Todavia, quando o capital necessita de volumes ' maiores de força de trabalho nos centros dinâmicos da acumula- ção, mais do que o necessário nas condições normais de um êxo- do "espontâneo", o capital desarticula as suas periferias. As sim se deu com o Nordeste, tanto para a formação do contigen- te de empregados e desempregados da industrialização emergen- te, polarizada no Centro-Sul, bem como para a produção da bor- racha em dois períodos distintos no processo de acumulação . No Centro ou na Amazônia as formas predatórias de utilização' do trabalho, representando o incremento do "gasto físico" do trabalhador às vezes de sua capacidade física, ou seja, incre- mento da mortalidade da mão-de-obra, uma pela extração da ' mais-valia absoluta e outra pelas relações de trabalho compul- sórias, expressas no aviamento somadas às condições inóspitas

do meio, requerem uma reposição constante da mão-de-obra que só poderia ser feita pelas migrações.

Neste sentido afirma OLIVEIRA⁽²⁰⁾ que:

"A reposição da força de trabalho assim depredada se dá principalmente pela invasão e conseqüente desarticulação das fronteiras do sistema, provocando o êxodo rural, antecipando a entrada precoce na força de trabalho, e todas as demais práticas conhecidas. Apenas secundariamente essa reposição/ampliação é demográfica, isto é, via natalidade e fertilidade da própria classe trabalhadora."

Mas o êxodo no Nordeste, nesse período se deu também no sentido rural-rural, para as fronteiras de expansão agrícolas do Centro-Sul, em função da industrialização.

Com a crise de 1929, que foi a crise de superprodução do café, principal produto de exportação do país, houve novos redirecionamentos dos capitais, não só para as atividades urbanas-industriais, mas também para a continuação da expansão da própria cultura cafeeira, da produção algodoeira e da pecuária principalmente.

Sob a predominância do capital comercial, a produção agrícola vai ser predominantemente, e principalmente no algodão, calcada no trabalho familiar, nas relações'

(20) OLIVEIRA, Francisco, Op.Cit. p. 8.

de trabalho de arrendamento/parceria. Esse processo de "camponesização"⁽²¹⁾ vai abrindo as fronteiras, desmatando novas áreas, e abrindo o caminho nas condições ideais para pecuarização e o café que atrás do algodão, vai ocupando as áreas "limpas" pelo campesinato ou semi-campesinato do algodão/ culturas de subsistência, que secundariamente se assalaria nas épocas das safras.

As culturas de subsistência intercalares ao algodão, e mesmo ao café, ou nas áreas abandonadas das zonas antigas, formarão as condições a médio e longo prazo, como no Nordeste, de produção de um excesso relativo a mão-de-obra' no campo, à medida que permite um aumento da sua oferta pelo incremento da fertilidade/redução de sua mortalidade.

Isto tendencia a geração do chamado "excedente populacional", pois parcelas do campesinato, não encontra condições em suas pequenas áreas para trabalhar. Fechadas as fronteiras, pois a concentração da terra e do capital na agricultura começa a bloquear o acesso à terra ao campesinato, nas formas já conhecidas, esse campesinato migra, abrin

(21) Camponesização é utilizado como um processo de reprodução de relações não capitalistas de produção, que se inicia em determinados momentos e em determinadas áreas iniciando-se a partir de uma depressão cíclica após um período de expansão do capital. Camponeses tornados assalariados voltam a se tornarem camponeses.

do novas fronteiras para o capital. Esse processo vai se reproduzindo historicamente, deslocando-se fronteiras, fechando-se fronteiras e abrindo-se fronteiras, e o fundo de subsistência da família camposa reproduzindo-a e gerando o seu excesso relativo, rebaixando o valor de sua própria reprodução social para o capital e da própria reprodução social da população urbana-industrial, e portanto da própria reprodução social do capital.

Fechadas as fronteiras do Centro-Sul e Sul, há o seu deslocamento, expansão, ou abertura de novas fronteiras para a Amazônia, através do Mato Grosso e Goiás. Há também um processo de ocupação pelo Maranhão através dos destinos corridos da "indústria das secas", tendenciando o mesmo processo ocorrido no Nordeste, Sul e Centro-Sul, no qual o campesinato expropriado migra, percorrendo etapas e mais etapas, espaços e mais espaços, conquistados e posteriormente ou concomitantemente expropriados pelo capital que percorre os seus percalços, personificados em grandes latifundiários e grandes comerciantes, que expropria o campesinato de suas terras e se apropria de seu trabalho.

CAPÍTULO II

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E CONSEQUÊNCIAS SOBRE AS MIGRAÇÕES:

da economia agro-exportadora ao imperialismo

2.1. Considerações Iniciais

No capítulo anterior se definiu o marco teórico' com o qual se dará suporte analítico aos movimentos migratórios que antecederam as migrações internas no país nos anos recentes e, particularmente, para a Amazônia. Com esse mesmo marco serão enfocados os capítulos subsequentes.

Em particular procurar-se-á focar a partir deste instrumento metodológico, as diversas correntes migratórias, dando-se ênfase às correntes inter-regionais.

Os movimentos migratórios não serão considerados um movimento demográfico propriamente dito. As migrações são sempre fração de uma classe social que migra. Estão intimamente determinadas pela circularidade do capital, com seus movimentos de contração e expansão. Sob o capital, as migrações sempre representam momentos da formação e/ou reconstituição do exército de trabalhadores de reserva.

Sob essa ótica, tentar-se-á caracterizar o conteúdo social desses movimentos, as suas causas e consequências para o processo de acumulação. Movimentos esses, que

se diferenciam segundo a lógica do capital que incrementa o excesso relativo da classe trabalhadora, da força de trabalho, que não pode ser consumida em determinadas regiões, conforme seus movimentos de expansão e contração, reconstituindo esse "exército industrial de reserva" em alguns lugares, redistribuindo e formando um "exército de reserva" migratório para as fronteiras em expansão do processo de acumulação.

Neste contexto pode-se afirmar que as migrações são resultantes da divisão social do trabalho, que se impõe em cada momento do processo de acumulação, expressas em deslocamentos "espontâneos", mas sempre produto desse processo de acumulação na aparência, muitas vezes organizados por grupos econômicos particulares num dado momento, bem como pelo Estado Capitalista.

Num plano mais geral, esses movimentos em massa de população para o capital, para o processo de acumulação num dado espaço-geo-econômico e social, são historicamente determinados. São conjunturais enquanto fenômenos, mas são de origem estrutural enquanto origem e natureza, o que lhes dão diferenciação no tempo e no espaço e sempre têm um conteúdo classista. Podem se diferenciar espacialmente na origem e no destino, bem como nas formas de como essa população se reproduz nesses espaços geo-sócio-econômicos, mas a sua lógica é lógica do processo cíclico de acumulação.

Tem-se portanto, uma ótica macro-econômica do processo social que lhes dão origem, natureza, dimensão e

destino, as subseqüentes formas de utilização, de consumo de força de trabalho, de mobilidade social, circulação e reprodução na produção do "lugar" de destino e origem do exército de reserva migratória.

Procurar-se-á estudar os movimentos migratórios não em si mesmos. Em termos gerais, se quer dizer que migração em si mesmo é uma abstração.

A lógica das migrações está nas relações de produção. É sempre uma parte de uma classe social que migra, uma parte do estoque de trabalhadores empregados e desempregados que migra, expresso no incremento do capital variável espacialmente, conforme as necessidades do processo de acumulação, da manutenção ou contraposição à queda das taxas de lucro do capital em geral.

Portanto, migração pode ser mercadoria, mercadoria ^{de} força de trabalho. É a parte da capacidade do trabalho de uma população que migra. Migração, portanto, é capital.

As migrações, embora sejam intimamente determinadas pela circularidade do capital na sua busca incessante de aumentar ou contrapor a tendência à queda das taxas de lucro, deslocando-se espacialmente e, com isso, deslocando o elemento necessário a sua reprodução, a força de trabalho, guardam em si mesmas suas especificidades no tempo e no espaço como parte de um processo social particular, de uma formação social particular e complexa como a nossa.

Isso quer dizer que podem surgir movimentos migratórios inter-regionais, provocados diretamente pelo proces-

so de expansão e contração do capital internacional numa economia periférica como a do Brasil, mas podem também surgir movimentos migratórios apenas induzidos por essa circularidade dos capitais internacionais, à medida que podem surgir ciclos econômicos onde a iniciativa interna é predominante e quando esse capital internacional se contrai em termos de expansão e se volta para as suas próprias fronteiras geo-econômicas, como ocorreu na crise de 30 até o fim da década de 50.

Tomando-se o capital em geral, todos os movimentos migratórios são expressão da circularidade do capital, movimentando a população de um determinado espaço econômico e social em decadência, (onde as possibilidades de aumento da taxa de lucro e a sua manutenção, são cada vez mais inconstantes ou escassas), para determinados espaços onde há possibilidades de lucros fáceis e retorno a curto e médio prazo ou, pelo menos, de manutenção dos lucros médios.

Por outro lado, se se fala de capital em geral ou mesmo do capital internacional em geral, enquanto um processo de acumulação sem fronteiras geográficas, enquanto uma unidade dialética contraditória, conflitiva, pode-se afirmar que os movimentos de população para o capital traz em seu bojo, também, as condições sociais que lhes deram origem à medida que migra o capital em geral e as classes sociais, que são os agentes das relações de produção e circulação da mais-valia. Os funcionários do capital, das

empresas capitalistas e do Estado, também podem migrar, como no caso da ocupação dos "vazios demográficos", das frentes de ocupação das fronteiras agrícolas.

Deste ponto de vista, os movimentos de população para o capital, o "exército de reserva" migrante, tem origem e causas na circularidade do capital que determina a circularidade da força de trabalho espacialmente.

Neste contexto, os movimentos migratórios podem ou sempre se diferenciam no espaço e no tempo, guardando as especificidades particulares segundo as contingências não só das necessidades do processo de acumulação e reprodução do capital, bem como das contingências de sociedades específicas, de processos sociais específicos, de formação sociais específicas, nas quais o capital como relação social, necessariamente, pode ou não, em seu processo de acumulação, engendrar, manter, ou mesmo recompor ou reduzir as formas arcaicas e pré-capitalistas de produção, em particular de utilização de força de trabalho, de consumo da força de trabalho que pode se diferenciar segundo níveis, formas e intensidade.

Nestes termos, procurar-se-á neste capítulo estudar os movimentos migratórios no país que precederam os movimentos recentes para a Amazônia a fim de se ter uma visão de conjunto da história social do país e o lugar e importância que as migrações inter-regionais ocuparam neste processo.

A ênfase às migrações inter-regionais se justifica pelo fato da regionalização econômica e social brasileira

ra ser resultado do processo de acumulação do capital no plano interno, hierarquizando no espaço e no tempo, periferias e centros.

Os movimentos de contração e expansão do processo de acumulação das periferias para os centros ou vice-versa, ou mais especificamente, os movimentos de contração e expansão do "exército de força de trabalho", são determinados nos centros e periferias pela circularidade do capital, pelos ciclos de acumulação do capital e não pelos supostos "movimentos demográficos".

Neste capítulo, por fim, estudar-se-á os movimentos migratórios e a sua reprodução nas fronteiras agrícolas brasileiras que foram impulsionadas, principalmente por dois grandes ciclos de expansão econômica: um que vai determinar as bases de transição do capital mercantilista para o capital de livre concorrência e outro que vai fornecer as bases de transição do capital de livre concorrência para o capital imperialista.

A nível das bases tecnológicas que deram a dinâmica das economias metropolitanas, tem-se, pois, dois grandes ciclos longos que estão ligados às grandes mudanças tecnológicas, implicando transformações sociais e políticas e impondo novos agentes sociais e relações de produção. Tem-se pois:

1. Um ciclo iniciado após a crise de 1847, indo até os princípios da última década do século XIX, marcado pela propagação do amquinismo nas indústrias de bens de

produção, nos setores de transportes e comunicação, ampliando-se o emprego da máquina a vapor.

Isto vai formar um "exército industrial de reserva" de dimensões favoráveis a grandes tensões sociais, base das condições históricas de re-exportá-los para as zonas de distensões e expansão do capital nas fronteiras agrícolas das colônias e semi-colônias e, particularmente, no Brasil.

Enquanto isso, as relações de produção no país, arcaicas e baseadas no sistema mercantil-escravocrata, não favorecia a acumulação do capital. Este período é marcado por lutas internas e externas para minar as bases de sustentação dessas estruturas arcaicas, num período de cerca de meio século em que a mão-de-obra escrava vai cedendo lugar à mão-de-obra livre e outras formas pré-capitalistas menos espoliativas.

2. Um ciclo caracterizado pelos motores elétricos e de combustão interna que vão determinar uma nova dinâmica ao processo de acumulação nas economias industrializadas e conseqüentemente nas periferias. Ocorre a internacionalização do capital mercadoria, o surgimento do imperialismo e com ele a formação de um mercado mundial de matérias-primas, o que determinou a expansão das fronteiras agrícolas e a consolidação de novas bases produtivas nas colônias e semi-colônias; a consolidação de uma agricultura baseada na força de trabalho livre e outras formas de relações de trabalho.

2.2. Migrações e Economia Agro-Exportadora

Até os fins do século XIX, a população para o capital nas fronteiras agrícolas brasileiras era alimentada pelas migrações internacionais, diminuindo até a crise de 29. Na verdade, no País, as condições históricas já estavam engendrando o estoque de força de trabalho excedente, de trabalhadores livres para o capital.

Os fatores principais podem ser expressos pela depressão internacional, repercutida profundamente a nível interno numa economia dependente, agro-exportadora e regionalizada em poucos produtos.

Com a depressão, a economia agro-exportadora teve que subsistir às custas dos estoques internos de mão-de-obra que tornavam-se volumosos como produtos na própria crise e quando o Estado deixou de subvencionar a importação de mão-de-obra, suspendendo o programa de ajuda para os migrantes e estabelecendo um sistema de quotas para futuras migrações, como maneira de controlar os fluxos internacionais para o País. (1)

(1) Ver GRAHN, Douglas H. e Holanda Filho, Sérgio Buarque de. Migration Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of The Historical Record : 1872 - 1970. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas/USP. 1974. In: SOUZA, Itamar de. Migrações Internas no Brasil, op. cit. p. 25.

A mão-de-obra escrava alimentada pelo tráfico organizado representava um tipo de migração forçada e organizada, constituindo-se uma base de produção dos diversos ciclos da economia mercantil-escravocrata no Brasil.

Essa mão-de-obra era meio de produção, uma espécie de capital fixo, propriedade física do senhor, que cria escravos como outro qualquer animal. O escravo, portanto, não tinha nem mobilidade social, nem liberdade de circulação. Os níveis e as formas do gasto físico do escravo nas "plantations" chegava aos limites de capacidade física, uma espécie de brutalidade social a que eram submetidos. Isto controlava o padrão reprodutivo dessa mão-de-obra, cuja utilização predatória reposta pela compra de mais novos escravos, até quando o padrão de acumulação permitiu.

No processo de substituição dessa mão-de-obra pela força de trabalho livre, quer seja de origem nativa ou europeia, quem foi expropriado a nível interno foi o proprietário do escravo, enquanto que os migrantes de origem branca tinham sido expropriados dos seus meios de produção em seus países de origem.

É importante discutir como se deu este processo de substituição da mão-de-obra escrava pela força de trabalho livre representada em grande escala pela força de trabalho imigrante europeia. Esse processo resulta da passagem do capital de livre concorrência para o capital monopolista, impulsionado pela potencialização do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que significa a reconstituição do "exército industrial de reserva" pelas inovações tecnológicas, a reconstituição de uma população excedente para o capital que

crescia nos campos e cidades dos países europeus.

Na verdade, a composição orgânica do capital foi crescendo. A acumulação fazia crescer, em geral, a demanda de trabalho, pela violência social. O trabalho das mulheres e crianças, dilatação da jornada de trabalho, "enclosures", expulsão da população rural para as cidades, "pour's houses", enfim a dissolução completa das anteriores relações de produção e meios de produção, faz com que o capital crie o excesso relativo de população que num dado momento se tornou insustentável e quando a animalidade social dos trabalhadores, empregados e desempregados, passava para personalidade social, que através da passagem de classe em si para classe para si, vai de encontro à utilização predatória da força de trabalho e impedindo que se jogasse parcelas cada vez maiores e impunes da população trabalhadora empregada no "exército industrial de reserva".

Isso significa pressões cada vez maiores de toda ordem e, principalmente, para a subida dos salários, pressionando a taxa de lucro para baixo. Daí, a necessidade de reconstituição do exército industrial de reserva pelas inovações tecnológicas, absorvendo uma parte desta e exportando o seu excesso relativo para as fronteiras agrícolas das colônias que se tornaram alternativas de distensão social.

Com a navegação a vapor, a partir de 1819, abre-se novas perspectivas para expansão do mercado mundial, reduzindo os custos de transportes de matérias primas das co

lônias e permitindo expandir as fronteiras agrícolas nestas colônias.

Abrem-se as possibilidades de pressionar para baixo os preços médios de mercado de produtos agrícolas na Europa e de minar de certa forma as bases da aristocracia agrária que, como classe social proprietária da terra, impedia a livre movimentação do capital na agricultura e quando a renda da terra significava uma parte importante da mais-valia consumida improdutivamente.

Abre-se, com a inovação nos transportes marítimos a vapor, as possibilidades de saída para a crise econômica subsequente, expressa nas guerras de revolução com repercussões no Brasil, como a guerra civil em São Paulo e Minas em 1842, Alagoas em 1844 e Pernambuco em 1848 e nas quais, federalistas, republicanos e nacionalistas eram influenciadas pelos ideais franceses inspiradas em Maract e Robespierre.

Essas lutas que se arrastam até a proclamação da República, tendo como base estrutural, a mudança do padrão de acumulação internacional e as necessidades de se mudar o padrão de acumulação interno, conforme as necessidades do capital, redefine as condições políticas e sociais para expansão do capital internacional em nossas fronteiras e, especificamente, a passagem de uma agricultura mercantil-escravocrata, para uma agricultura de bases capitalistas.

Nesse processo, aguçou-se a luta contra a escravatura no plano externo e interno, quando a agricultura baseada no trabalho compulsória já não permitia produzir até -

rias primas condizentes com as exigências do mercado externo em expansão.

Entretanto, o processo de luta contra a escravidão foi longo, marcados no plano externo por acordos internacionais que, geralmente, tornavam-se letras mortas e, no plano interno, pelas quilombadas e outros tipos de revoltas localizadas de escravos.

Dos anos 60 a 70 do século XIX, os preços agrícolas na Europa alcançavam o seu ponto mais alto, desde as guerras napoleônicas e a mão-de-obra escrava nas colônias e semi-colônias tornavam-se cada vez mais escassa e onerosa, impedindo a expansão da fronteira agrícola e forçando de certa forma a tendência a elevação dos preços médios de mercado das matérias-primas. (2)

O sistema mercantil escravocrata se tornava inviável economicamente e politicamente para o processo de acumulação. Economicamente, pelo que já foi falado anteriormente e porque a brutalidade do trabalho compulsório era uma forma de depredação da mão-de-obra, cuja reprodução só poderia, na maior parte, ser feita investindo em novos escravos, limitada pela escassez, já mencionada e porque a produção não conseguia acompanhar a demanda do mercado internacional em expansão.

(2) LIMA, Severino José de. Modernização Tardia e Desigual : O processo histórico de Inovações Tecnológicas na Agricultura. Dissertação de Mestrado, Campina Grande, UFPb, 1983, mimeog., p. 66.

Politicamente inviável, no plano interno, porque a forma brutal e forçada de consumo da mão-de-obra, impunha ' uma animalidade social aos escravos que ia se tornando uma personalidade social, à medida que a luta anti-escravista ia adquirindo contornos políticos importantes não só pelos ideais libertários dos negros, mas também pelos ideais democráticos de outros segmentos importantes da sociedade. (3)

Politicamente ainda, no plano externo, porque a produção baseada no sistema escravista nas colônias impedia de certa forma, a distensão das tensões sociais na Europa através da re-exportação/exportação da "força de trabalho excedente" para as colônias. Tem-se portanto, dois fatores importantes que limitava o processo de acumulação no plano das colônias e semi-colônias.

Durante esse processo de lutas e redefinições políticas e econômicas, inicia-se as migrações para as fronteiras agrícolas brasileiras, procedentes dos "viveiros" de mão-de-obra livre da Europa.

(3) Para BETHELL. citado por HOLLOWAY. THOMAS H, (In Imigrantes para o Café. Café e Sociedade em São Paulo: 1886 - 1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1964)... "no Oeste Paulista, a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 foi quase um anti-climax, pondo fim a uma irritante questão política. Isto porque, os fazendeiros paulistas tinham imigrantes para substituir escravos".

O "exército industrial de reserva" migrante permitiu que, por volta de 1895, a Inglaterra tivesse baixado o índice médio dos preços de importações pela metade.

No Brasil, eram empreendidos esforços para modernizar a agricultura para tornar as matérias-primas mais competitivas no mercado internacional acompanhada da introdução da mão-de-obra livre.

O aumento dos preços do açúcar em 1870, depois da crise que começara no início do século, permitiu o incremento de um processo de transformação de suas bases produtivas, com uma certa descontinuidade de 1889 a 1914 e se recuperando quando a guerra mundial tinha desativado a produção de açúcar de beterraba na Europa.

O processo de organização das atividades açucareiras vai se consolidando. Os engenhos vão se concentrando em grandes usinas. Associado a isto, estava a expansão do mercado interno concentrado em torno do Centro-Sul devido a expansão da economia cafeeira, além das facilidades de crédito e subsídios estatais. As estradas-de-ferro e a força de trabalho livre dinamizaram o processo de acumulação nas atividades canavieiras e representaram as principais transformações de uma economia pré-capitalista para uma economia pré-industrial.

A abundância de trabalhadores livres aliviou o impacto da abolição. Na verdade, a crise anterior da cana -

de-açúcar, combinada também com a crise da atividade algodoeira havia determinado o início de um processo de camponesização⁽⁴⁾ no Nordeste. Isto significa que os escravos traficados para o Sul em face a expansão cafeeira e devido a menores exigências de mão-de-obra na região, foram em grande parte substituídos por uma força de trabalho que se intercambiava da zona da mata para a caatinga e agreste e vice-versa.

O "exército de trabalhadores livres" da cana foi formado não por imigrantes europeus mas por trabalhadores sanzonalis e permanentes do agreste e do sertão tangidos pela seca de 1877, e pequenos rendeiros, posseiros e agregados em geral dos próprios engenhos de "fogo morto" e do camponato das periferias dos latifúndios da cana proletarizados pela força e violência social de todos os tipos imagináveis.

Depois das guerras napoleônicas, o café já se tornara o produto mais importante na pauta de exportação do país. As culturas cafeeiras se estendem no vale do Paraíba e zona da Mata mineira. O "exército de reserva migratório"

(4) Camponesização é entendido como um processo de reprodução das relações pré-capitalistas de produção, baseadas na produção familiar que se inicia com a depressão cíclica após uma expansão.

para essas fronteiras agrícolas, foi formado pelos escravos das zonas mineiras decadentes, pelo tráfico de escravos do Nordeste e homens livres dessa região.

A partir de 1850, a produtividade do café no vale do Paraíba começa a decair. De um lado decai devido a baixa fertilidade natural das terras, próprio de uma agricultura predatória como a "plantation", baseada no abandono dos solos empobrecidos e expansão em áreas novas e virgens. De outro, porque a produção baseada no trabalho escravo não permitia aumentar a produção para atender um mercado em expansão.

Tem-se aqui, um fator limitante para o processo de acumulação: a escassez e onerosidade da mão-de-obra escrava que não conseguia ser repostada pela força de trabalho livre interna, principalmente do Nordeste. Isto limitava a própria expansão do café para novas regiões como irá ocorrer anos depois.

As fortes pressões internas e internacionais, por outro lado, tornavam neuvrágicas as condições do atendimento das necessidades cafeeiras com o tráfico de escravos, além da onerosidade de que se falou anteriormente e que representava não só em termos de compra como também na manutenção de um grande plantel de escravos.

Neste contexto, entre 1840 a 1851 foram traficados da África 371.625 escravos, cerca de 31.000 por ano, enquanto que de 1852 a 1859 as compras foram reduzidas, en

trando uma ordem apenas de 3.330 escravos por ano.⁽⁵⁾

Entretanto, como a terra não era fator escasso nem limitante e explorável numa conjuntura favorável à introdução de inovações tecnológicas na área dos transportes, homens e capitais avançam para o Oeste de São Paulo em busca de solos férteis em áreas virgens, iniciando-se um novo "rush" cafeeiro.

A mão-de-obra Inativa e livre somada à dos escravos não era suficiente para atender as necessidades do processo de acumulação nas novas fronteiras. É tanto, que começa a se introduzir a força de trabalho livre através das imigrações européias.

Este quadro sugere as dimensões que esses fluxos migratórios europeus vão tomar para compor o exército de trabalhadores do café.

Reforçando-se, os escravos levados com seus senhores do vale do Paraíba paulista e fluminense, mesmo somados aos trabalhadores livres, se tornavam insuficientes para as proporções exigidas de mão-de-obra no novo "rush" cafeeiro. Veja-se que somados às correntes que se deslocaram das áreas cultivadas decadentes para o oeste paulista, estavam o excedente de mão-de-obra da agricultura de subsistência de Minas, além de escravos e força-de-trabalho livre procedente do Nordeste, devido a crise da cultura canavieira principalmente, causada pela concorrência do açúcar de beterraba nos mercados europeus.⁽⁶⁾

(5) Cf. LIMA, Severino José de. Op. Cit.p.71.

(6) Ver SOUZA, Itamar de. Migrações Internas no Brasil, São Paulo, Vozes, 1980. p.

Na verdade, o capital nos países industrializados já tinha engendrado estoques de mão-de-obra livre disponível para expansão das fronteiras agrícolas.

Esses estoques tinham sido em grande parte provocados pela II Revolução Tecnológica, acelerando o processo de proletarianização das classes médias rurais e urbanas, pequenos e médios artesãos e camponeses, urbanização, desemprego em massa, confrontos abertos de classes associados aos entraves do latifúndio e do poder político dos proprietários da terra. Essa situação, somada à alta dos preços agrícolas nos mercados era compatível com a emigração em massa de força de trabalho livre para as colônias de Ultramar.

As primeiras migrações européias para o café se dão a partir de 1847, inauguradas por Nicolau Campos de Vergueiro instalando 177 famílias alemãs, suíças, portuguesas e belgas em suas fazendas de café. O exemplo de Vergueiro foi acompanhado por outros fazendeiros. Entretanto, as condições de tratamento aos migrantes eram semelhantes aos escravos.

Os contingentes de migrantes eram financiados pelo Estado como gastos de viagens e instalações. Estes reembolsavam esses gastos aos fazendeiros com trabalho futuro, isto é, geralmente pago na época das colheitas, apropriadas pelos fazendeiros. Isto determinava uma situação de semi-escravatura e maus tratos. Alguns governos europeus interditeram as migrações que foram entravadas cerca de 10 anos.⁽⁷⁾

(7) LIMA, Severino José de. Op. Cit. p. 72.

Essa situação sugere muito bem as formas de reprodução social da força de trabalho migrante.

As exigências e escassez de mão-de-obra para o café dada a necessidade de se aumentar a produção física das lavouras pela extensão dos cultivos (ou culturas) nas amplas terras roxas do Oeste paulista, delimitavam, a partir desse tipo de importação, o endividamento dos migrantes, desde as despesas de viagem e instalações, somadas ao fornecimento de bens necessários à reprodução ou reposição da força de trabalho. A partir dessa relação se determinava a sua total submissão a todo tipo de exploração e maus tratos.⁽⁸⁾

Esse fato impossibilitava qualquer perspectiva de mobilidade social e espacial desses "escravos brancos" que poderiam se tornar posseiros nas terras devolutas das fronteiras. A utilização de mão-de-obra era predatória quase quanto a utilização do trabalho escravo, chegando ao limite da capacidade muscular do migrante e sua família, através de grandes e intermináveis jornadas de trabalho pelo desejo de receber a sua "carta de alforria" através da obtenção de um saldo positivo num futuro não muito esperançoso.

Não muito esperançoso porque o endividamento contínuo era forçado, à medida que o proprietário era quem ditava os preços do avião de alimentos necessários à reposição da força de trabalho e os preços pagos pela produção dos migrantes no fim das safras, sempre menor do que o fornecimento anual, o suficiente para manter o migrante preso no

(8) Ver HOLLOWAY, Thomas H. Op.Cit.pp. 61-109 e principalmente p. 64 em diante.

cativeiro do colonato. Soma-se a isso, as velhas artimanhas de impor os pesos e medidas da produção bruta entregue no final da safra, afora a sujeição dos dias de serviços "gratuitos" prestados ao senhor, além das manipulações dos talões de fornecimentos e conta corrente, saldos e dívidas do migrante.

A suspensão das migrações por alguns governos europeus, ante movimentos de denúncias na Europa da situação dos migrantes no Brasil por cerca de 10 anos, forçaram ante às exigências de grandes volumes de mão-de-obra que demandava o café, os fazendeiros abandonaram os métodos pré-capitalistas de contrato e estabeleceram contratos de assalariamento o que estimulou sobremaneira o exército migrante de força de trabalho para as fronteiras agrícola cafeeira.⁽⁹⁾

A partir de 1870, o governo de São Paulo se encarregou de arcar com as despesas relativas às migrações através de um mecanismo que estabeleceu agências de propaganda sobre o "eldorado cafeeiro" e recrutamento de mão-de-obra nos países europeus, Itália sobretudo. Entre 1887 a 1897, 1.300.000 imigrantes chegaram ao país. Entre 1890 e 1900, a população do Brasil aumentou cerca de 3.000.000 de pessoas, passando de 14 a 17 milhões.⁽¹⁰⁾

(9) LIMA, Severino José de, op.cit.p.73.

(10) CP. ARIS, Simão. Sindicato e Estado, Domminus, São Paulo, 1976, p. 32. In: SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 44.

Segundo SOUZA⁽¹¹⁾, governo e cafeicultores se articularam. Toda uma política imigratória foi planejada, compreendendo companhias ou sociedades de colonização, verba governamental para transportar os migrantes gratuitamente desde o seu país de origem até as fazendas de café, construção de uma hospedaria para recebê-los em São Paulo e outras referentes aos contratos de trabalho.

FRANCO CENNI⁽¹²⁾, tem demonstrado porque as migrações italianas superaram as demais. Segundo o autor a situação sócio-econômica da Itália, após a unificação política, apresenta-se pela saturação demográfica; a população agrícola representava cerca de 40% dos habitantes com mais de 19 anos, baixa produtividade da terra e, por último, falta de industrialização.

Essas migrações italianas chegaram ao apogeu em 1895 com a vinda de 106.526 pessoas somente naquele ano⁽¹³⁾. Segundo aquele autor, os italianos provenientes do Sul da Itália eram operários rurais ao passo que os vindos do Norte formavam uma classe média baixa composta de pintores, pedreiros, merceneiros, sapateiros, etc.

No que se refere a CENNI é bom tentar-se explicar o que significa essa saturação demográfica na Itália. Esta

(11) SOUZA, Itamar de. op. cit. p. 53

(12) CENNI, Franco. Italianos no Brasil. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1975, p. 168. Citado por SOUZA, Itamar, op. cit. p. 53.

(13) SOUZA, Itamar. op. cit. p. 53

questão fica mais clara se se conhece as formas de como essa "população excedente" para o capital era reproduzida em seu espaço geo-econômico de origem, ou seja, as formas de como a mão -de-obra era "consumida" pelo capital.

Numa família camponesa, valendo o mesmo para o artesanato, a alta fertilidade é, em primeira instância determinada pela mortalidade e, em segunda instância, pelo grau de animalidade social a que está submetida. Essa dupla determinação, segundo Oliveira^(*) tem forma peculiar desde que o camponês ainda detenha certa margem de propriedade sobre a terra e seus instrumentos de trabalho, que é o meio de produção essencial de uma economia camponesa.

Uma fertilidade alta, que seria o pressuposto['] do aumento demográfico no campo, na verdade revela simplesmente a dinâmica de manutenção dessa propriedade sob as 'condições de suas relações com o pólo dominante da economia mercantil.

A dinamização do suposto pólo mercantil na Itália - talvez mais incrementado do que no Brasil- era resultado, portanto, das transformações ocorridas no plano in-ternacional, ou seja, a passagem de uma economia camponesa e mercantil para uma economia de bases capitalistas e a

(*) OLIVEIRA, Francisco de. A Reprodução dos Homens: notas sobre a reprodução dos homens sob o Capital. Estudos 'CEBRAP 16, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências 'LTDA, abril, maio, junho de 1976, p. 14.

sua conseqüente concentração de terras e de capitais, arruinando o campesinato e as classes médias do campo.

Conseqüentemente, o mesmo processo ocorria no Norte da Itália, onde o incremento de uma industrialização ainda que incipiente, era suficiente para arruinar o artesanato doméstico e pequenas indústrias artesanais e manufatureiras.

Com relação a economia camponesa em desagregação, existe uma dupla determinação: uma, a expansão do mercado mundial e a conseqüente expansão das lavouras comerciais, concentrando a terra e os meios de trabalho, não obstante os especilhos políticos e sociais da classe dos proprietários de terra na Itália; outra, a cissiparidade de família camponesa, o que significa que cissiparidade das pequenas propriedades, resultando no seu uso exaustivo, o que determina seu empobrecimento. Com isso a renda família camponesa vai se tornando mais negativa causando de forma geral a pauperização e a marginalidade no campo.

A relação social entre a economia camponesa e o pólo mercantil em transformação, na verdade está encoberta por um suposto "fenômeno demográfico" e baixa fertilidade do solo, que é a apropriação de terras e controle da economia camponesa pela classe social dos latifúndios pré-capitalistas e/ou capitalistas que reproduzem o elemento social de dominação ou seja, as estruturas agrárias e sociais injustas, espoliativas e exclusivistas, politicamente dominantes e repressivas.

Nesse caso, essa "saturação demográfica" que fala CENNI, é função do nível e da taxa de acumulação e do seu ciclo e veja, que tivemos o ciclo de expansão das chamadas Revoluções Científicas e Tecnológicas, a primeira de 1848 a 1873 e a segunda, de 1873 - 1894 que foi até 1940-45, que corresponde a dois grandes ciclos de expansão com repercussões mundiais dos quais falou-se anteriormente.

A tendência histórica foi, portanto, transformar o trabalho em força de trabalho, que é uma mercadoria, cujas flutuações, taxas de crescimento, de mortalidade, fertilidade e movimentos migratórios, são funções do movimento cíclico do capital.

Assim, a reposição da mão-de-obra escrava no café, que era utilizada de forma predatória e mesmo para mudar as próprias formas de utilização predatória da mão-de-obra das primeiras levas de migrantes nas fronteiras agrícolas, só era possível repondo-a em massa sob novas formas, quando a mais-valia absoluta e os métodos que lhes são peculiares, que era depredação da força de trabalho na indústria do capital de livre concorrência, estava sendo substituída pela mais-valia relativa, onde o trabalho vivo é potencializado pelo trabalho morto.

Esse fato sugere que estava havendo a reconstituição do exército industrial de reserva na Europa, a formação cada vez maior - não obstante a organização social e política operária - de um exército industrial de reserva, pronto para ser re-exportado para as fronteiras agrícolas do sistema.

De fato, segundo Oliveira⁽¹⁴⁾, a reposição de força de trabalho depredada, se dá principalmente pela invasão e consequente desarticulação das fronteiras do sistema (o caso da Itália) provocando o êxodo rural, antecipando a entrada precoce da força de trabalho no mercado e todas as demais práticas conhecidas, como já foi explicitado anteriormente.

A brutalidade do trabalho no café, representava um gasto físico do trabalhador até o ponto que o limite biológico permitia, exigindo estoques cada vez maiores de força-de-trabalho para ser reposta. Face as denúncias das condições de exploração e maus tratos a que estavam submetidas os trabalhadores nas plantações cafeeiras, os governos europeus passaram a proibir, durante dez anos esse fluxo migratório, o que tornou drástica a situação para os cafeicultores pois impedia a elevação da taxa de acumulação.

Por outro lado, regiões como o Nordeste, com uma economia flutuante, já tinha exportado os estoques suficientes durante a decadência da cana- que alimentara a cafeicultura do Vale do Paraíba. Agora, os preços do açúcar subiam no mercado e o algodão da mesma forma entra na pauta de exportação dado a desarticulação dos algodoads norte-americanos provocados pela guerra de Sessessão.

O algodão provocou a "camponesização" do agreste e do sertão (iniciado com o fim do "rush" do século XVIII a início do século XIX) da mesma forma ocorrendo com a cana.

(14) OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit. p. 19

Com o novo "rush", o algodão vai consolidar essa "camponesização" à medida que a produção era organizada predominantemente, à base da unidade familiar de produção. Isto por si só já alimentava as necessidades de mão-de-obra na cana, pois as entresafas nas áreas do algodão coincidiavam com as moagens nas áreas canavieiras. A mão-de-obra do algodão e da cana se intercambiava entre as entresafas das duas culturas.

Essa situação impedia a formação de um fluxo migratório do Nordeste para os cafezais paulistas nas proporções das migrações européias.

No fim do século, depois que está consolidada a força de trabalho migrante européia como alternativa ao processo de acumulação nas fronteiras agrícolas de São Paulo, o Nordeste, naquelas condições, vai criar um "exército excedente" de mão-de-obra, constituindo-se alternativa para o ciclo da borracha, do qual falar-se-á mais adiante.

Ante a situação exposta, o Estado interveio subvencionando as migrações européias para o café, resolvendo os problemas já comentados, para promover a elevação geral da taxa de mais-valia. Foi circundando a elevação da produtividade do trabalho, historicamente viável, já que o rebaixamento ou manutenção dos custos de produção era possível, com uma mão-de-obra barata, abundante e permanente pela extensão das culturas nas extensas faixas de terras férteis e devolutas que eram apropriadas pela empresa cafeeira.

Dado o fracasso das "colônias de paceria" anterior a 1870, dado as condições de que já falou-se anteriormente, partiu-se para o regime misto de salário mínimo e pagamento de salário por quintal⁽¹⁵⁾ colhido, aliado à autonomia para a produção de uma cultura de subsistência. Isso permitia a liberdade de circulação da força de trabalho no mercado e aumento da fertilidade da força de trabalho que era incrementada por uma espécie de instinto de defesa do semi-campesinato contra a submissão imposta pelo capital cafeeiro, personalizado na pessoa do fazendeiro (burguesia cafeeira) que estabelecia as relações de dominação. Essa espécie de instinto de defesa, expressão da animalidade social deste semi-campesinato, aumentava o excesso de força de trabalho para o capital. Mas, por outro lado, aumentava a composição familiar, aumentava as possibilidades de melhores rendas e, portanto, de mobilidade social.⁽¹⁶⁾

(15) Os contratos de trabalho eram por tempo determinado e tinha como base a unidade familiar de produção. O cultivo das Culturas de Subsistência permitido era feito de forma intercalar com a cultura comercial.

(16) TEREZA PETRONE SHORER. Imigração e Assalariado, pg.285 In: HOLANDA, Sérgio Buarque-(Organizador) Imigração e História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel. Tomo II, vol.3, 1968. Apresenta os dados da Comissão Central de Estatística em seu relatório de 1888... "uma família composta de cinco adultos, recebendo 50\$000 para cuidar de 1.000 pés de café e 300\$000 por 50 litros de café colhido, poderia economizar 1.000 \$ 000. Ou seja, 2000\$000 por adulto após todo um ano de trabalho. É uma média de ganhos financeiros líquidos inferior a mil réis por dia... Ou se quisermos outra comparação, a poupança de um adulto colono depois de um ano de trabalho era suficiente para comprar um es-

Esse tipo de regime de assalariamento misto permitia ao migrante a liberdade de estabelecer e negociar os contratos, a liberdade de barganhar melhores salários ou melhores rendas, a liberdade de mudar de local de trabalho ou para outras atividades ou mesmo sair do País. Era uma liberdade que se tentou coagir e restringir mas que não se podia sufocar, sob pena de afugentar o elemento dominante da produção, a força de trabalho humana, a qual naquele nível de desenvolvimento das forças produtivas, os fazendeiros não podiam opor-lhe com a máquina, senão só na esfera do beneficiamento e dos transportes.

Isso confere o caráter tenso das relações de produção, expresso em inúmeras greves do Oeste paulista, algumas com grande expressão como a de 1913 e a intensa mobilidade de uma fazenda para a outra em busca de melhores salários ou de condições de trabalho mais favoráveis.

Aquela animalidade social do colonato da qual falou-se anteriormente, passa aos limites da personalidade social, na expressão de Chico de Oliveira. Num segundo momento, o aumento da demanda da força de trabalho pela situação de semi-colonato, cria as suas contradições. A grande quantidade de força de trabalho para o capital (e some-se a isto a continuidade das migrações) formando-se um excedente que não encontra as condições favoráveis para ser "consumida" como anteriormente. O acesso à terra começa a ser bloqueado, ou se exige uma renda em produto das culturas de subsistência, dado o aumento da demanda alimentar, princi -

palmente face à urbanização.

As culturas de subsistência nesta situação se tornam comercializáveis e os colonos lutam contra isso e lutam principalmente, para que o capital não jogasse impunemente gente no exército de reserva bóia-fria, que começa a aparecer e ainda lutam pelo aumento dos salários, quando o acesso à terra se tornava escasso.

Essa situação vai ter seu auge durante a crise de superprodução do café, dos fins do século XIX e início do século XX.

Entretanto, as políticas de defesa do café vão, de certa forma, assegurar a manutenção da renda dos latifundiários e o emprego no campo, expressas nos planos de defesa da lavoura cafeeira pelo menos até a crise de 29. Essa situação vai conferir uma intercambiação entre a cidade e o campo mais ou menos equilibrado da população.

Retomando-se a análise, pode-se afirmar que a imigração européia pós 1870, se não teve as mesmas formas de exploração brutal pelo capital - personalizado pelos latifundiários que impunham as relações de dominação social - o sistema de colonato e outras formas derivadas não eram tão civilizadas como se poderia imaginar e já há muito conhecidas pela literatura sociológica.

De certa forma, pelo menos num primeiro momento, um aumento relativo da fertilidade da força de trabalho, incide relativamente na vida média e na expectativa de vida,

ou seja, a ampliação da permanência dos mesmos indivíduos na força de trabalho, em idade ativa, o que não se trata, necessariamente, de um incremento da fertilidade da população.

Finalizando, pode-se dizer que a mão-de-obra livre dos migrantes europeus, conjugados às estradas-de-ferro e à mecanização do beneficiamento, secagem e decorticação dos grãos, aceleram o processo de transformação da agricultura cafeeira e, portanto, do próprio processo de acumulação na fronteira agrícola de São Paulo, a partir dos fins do século XIX e começo do século XX.

O crescimento populacional de São Paulo via imigração, foi um fator de criação de um mercado interno, de uma atividade comercial diversificada, havendo surgimento de centros comerciais, canalizando a produção das extensas faixas de fronteiras.

Houve a constituição de uma rede urbana integrada e hierarquizada onde a ocupação ocorria mediante incorporação de mão-de-obra e assentando-se na produção agrícola comercial e pré-industrial, o que induzia contingentes internos e externos "espontâneos" para o novo centro do processo de acumulação interna e daí emergindo os serviços e o desenvolvimento da acumulação primitiva industrial e outras atividades associadas à produção agrícola.

Aumentam as necessidades de consumo e com isso, a rapidez da circulação do capital, favorecido pelas ferrovias que como efeito e causa se expandiam incrementando o processo geral de acumulação.

2.3. Migrações para o "Eldorado Amazônico"

Em fins do século XIX houve um novo ciclo de expansão que marcou o surgimento do imperialismo.

As inovações tecnológicas dos meios de produção que dinamizaram as economias industrializadas neste período de expansão, foram baseadas nas máquinas de motores elétricos e combustão interna e como derivação, os seus componentes pneumáticos.

A existência de grandes reservas nativas de seringueiras tornou-se uma alternativa principal para o capital internacional na Amazônia, embora na dependência de uma mão-de-obra "apta" para enfrentar as inclemências do "inferno verde" na extração do látex. A mão-de-obra teria que ser abundante e permanente para uma demanda que tendia a crescer.

Nas estruturas fundiárias do Nordeste, as relações de dominação (personalizadas nos proprietários e grandes extensões de terras, tanto nas caatingas como no litoral) sobre o campesinato e os trabalhadores sem terra que compunham os assalariados da cana e os parceiros dos algodoais (entre outras categorias menos predominantes), tinham gestado as condições para uma "população excedente de acordo com as flutuações da economia regional.

Houve a decadência do açúcar, do algodão e pecuária -

ria⁽¹⁷⁾ a partir da 2ª década do século XVIII. Depois dessa crise eleva-se os preços do açúcar de 1870 e 1889, com nova queda até 1914 e depois elevando-se novamente, fato ocasionado pela flutuação da produção dos concorrentes internacionais, principalmente os produtores de açúcar de beterraba europeu.

Os preços do algodão elevar-se-ão durante o período da Guerra da Secessão, determinando um "rush" algodoeiro no Nordeste durante essa guerra seguido de uma queda e da seca de 1877, agravando-se as condições sociais dessa região, que se tornam o aspecto do flagelo, escondendo o caráter essencial das estruturas fundiárias e as formas de dominação a elas peculiares.

Essas flutuações do mercado que determinara essa circularidade da economia nordestina (ambas determinadas pelo movimento cíclico do capital internacional) por si só já explicam as causas e as dimensões de um exército de mão-de-obra migrante para a região Amazônica por mais que esteja presente a propaganda estatal e sua intervenção, sob diversas formas para distender os conflitos sociais. Entretanto faz-se necessário examinar essa circularidade do capital em geral por dentro.

(17) Inclui-se também pelo fato da pecuária ter surgido como um subsistema da expansão da cana-de-açúcar no agreste e nos sertões, combinando ou se alternando com o algodão.

As proporções que assumiram esse excedente populacional bem explicam a importância dessas migrações enquanto matéria de estudos políticos e sociais, bem quanto das necessidades de intervenção do Estado enquanto distensão de problemas sociais e alternativas econômicas para a balança de pagamento, sem esquecer de que eram excelente " viveiro" de mão-de-obra livre brutalizada para a produção de borra - cha, necessária como matéria-prima para o processo de acumu - lação dos países industrializados.

Os "flagelados da seca" como costuma chamar a his - toriografia, se concentram nas cidades litorâneas, represen - tando um potencial explosivo o que facilitava a propaganda' do "Eldorado" e do embarque em proporções desejáveis pelo ' capital. As plantations de cana decadentes até 1870, ascen - dente de 1889, decaindo até 1914, para ascender novamente , limitava nessas flutuações a incorporação permanente de par - te dessa população. Ademais, por ser uma atividade dominan - te e exclusiva, não tinha condições de absorver essa "popu - lação excedente" mesmo em conjunto com o setor de serviços' das cidades que estavam numa certa expansão. O auge do algg - dão terminara com a guerra de Sessessão e inicia-se a seca por três anos (1877-1880).

Smith⁽¹⁸⁾ sintetizou a situação do Ceará como tes - temunha ocular da situação:

(18) SMITH, Herbert. Brasil: The Amazon and the Coast. New York, Charles Scriber's Sons e 1879, p. 416. In Itamar de. Op. Cit. p. 54 e 55.

"Em Fortaleza amontoaram-se aproximadamente 150.000 pessoas; em Aracati cerca de 80 mil; em Granja ^{Baturité}, aglomerações menores; todos com a eloquência da miséria, gritavam mostrando seus corpos definhados, chorando e blasfemando perante as portas das autoridades".

Afirma o autor em outras páginas: "durante 1877 e 1878, a mortalidade no Ceará foi provavelmente perto de 500 mil ou mais que a metade da população".

Anteriormente, foi colocado e sugeriu-se que eram as estruturas sociais de dominação que tornavam a seca um flagelo, aumentando a população excedente, sem trabalho, para o Capital, ou seja, aumentando a oferta de mão-de-obra para o Capital, para ser "consumida" na Amazônia.

Numa economia camponesa como a do Nordeste, as leis de população são as mesmas para qualquer economia camponesa. No Nordeste da pecuária e do algodão, atividades que ocupam o espaço das caatingas e sertões dos latifúndios, os produtores diretos cultivam alimentos suficientes para repor a mão-de-obra familiar. Essas populações camponesas, passaram a se reproduzir em taxas elevadas mas não o suficiente enquanto si mesmas, para formar as enormes levas de imigrantes na marcha para a Amazônia, por mais que se explique o mais alto crescimento vegetativo ou taxas de fertilidade.

Não há dúvida que as regiões camponesas foram e são sempre um estoque de força de trabalho em potencial para o capital, mas só conjunturalmente ou em períodos histórica-

mente determinados, fluem em massa como "excedente" que só remotamente é biológico para determinados espaços geo-econômicos e sociais. Esses fluxos são determinados pela circularidade do Capital. Parafraseando OLIVEIRA⁽¹⁹⁾; naquelas regiões onde a penetração do Capital ainda não submeteu totalmente a esfera da produção, a diminuição da mortalidade/aumento da fertilidade da força de trabalho desempenhará o papel de fazer crescer a oferta de força de trabalho.

Enquanto as condições de acesso à terra não estiverem bloqueadas - o caso do Nordeste do algodão e da pecuária - a reprodução da família camponesa dar-se-á por cissiparidade constituindo novas unidades familiares de produção ou num segundo caso, pelo aumento de extensões cultivadas na mesma unidade de produção.

Isto naturalmente, requer que a demanda do produto comercial esteja em ascensão, pelo menos a mesma taxa do incremento demográfico, produto comercial este, cujo valor de produção é rebaixado exatamente pelo consórcio com as culturas de subsistência, que é o fundo de acumulação da família camponesa.

Esse mecanismo responde pelo duplo crescimento do binômio latifúndio-minifúndio. Esse padrão de reprodução da família camponesa, reforçado pela produção doméstica de valores de uso, leva à manipulação da fertilidade da população rural. Portanto, a redução da mortalidade/incremento da fertilidade da força de trabalho encontra condições de ser

(19) OLIVEIRA, op. cit. p. 54. Ver também p. 22.

"consumida" em locus. Foi a circularidade do capital nos fins do século XIX que criou o não consumo da força de trabalho na região.

Com essa tentativa de se compreender as causas e determinantes que originaram os fluxos migratórios de nordestinos para a Amazônia, a sua natureza e dimensão, passar-se-á a verificar como se deu a distribuição espacial dessas massas migrantes e as formas de reprodução e utilização dessa população Amazônica.

Como base da economia extrativista da borracha, o exército de migrantes do Nordeste penetrou na bacia Amazônica usando como eixo o Rio Amazonas e seus afluentes. Penetraram em todas as direções, consolidando o processo de ocupação definitiva da região, ao passo que consolidavam a definição das fronteiras geográficas do país.

Pelo Rio Madeira chegava-se até a Bolívia, deslocando em direção ao Mato Grosso pelo Mamoré-Guaporé. Pelo Purus e Juruá alcançou-se o Rio Acre e penetrou-se por duas vezes, também, na Bolívia, ocupando-se as terras do atual Estado do Acre que o governo boliviano alegava ser parte do seu Território.

Os migrantes, liderados por Plácido de Castro, expulsaram os bolivianos da área⁽²⁰⁾ quando o governo brasileiro negocia com a Bolívia essa conquista atra-

(20) Esse episódio foi conhecido como Insurreição Acreana.

vés do acordo de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, superando o longo trecho encachoeirado do Rio Madeira tornando esse rio um corredor de exportação da Bolívia até o Atlântico. (21)

A Madeira-Mamoré foi um dos empreendimentos mais arrojados do processo de ocupação da Amazônia, o que atraiu a mão-de-obra nordestina para sua construção, chamada de 'Ferrovia do Diabo, pelas incontáveis mortes de obreiros, causadas pela malária, febre amarela e outros tipos de insalubridades. Em cada estação da ferrovia foram se constituindo pequenos núcleos urbanos, sendo os principais a atual 'Porto Velho e Guajará-Mirim, nos dois extremos da ferrovia.

A penetração pelo Rio Negro dava no Baixo Rio Branco pelo Norte, adentrando-se pelo atual território de Roraima e, seguindo para o Oeste, penetrava-se Rio Negro adentro para os limites com a Colômbia e a Venezuela. Pelo médio e baixo Amazonas se penetrava para o Norte e para o Sul, adentrando-se na área do atual Pará, enquanto pelo Solimões se penetrava no Estado do Amazonas para o oeste.

Formou-se, através de massas consideráveis de migrantes do Nordeste, frentes de penetração em todas as dire

(21) Esse corredor tinha a função de rebaixar os custos de transportes das exportações bolivianas e, portanto, rebaixar os preços médios de mercado das matérias-primas no mercado internacional.

ções na Amazônia. Esses fluxos, portanto, tinha dimensões inestimáveis. Eram formados pelos trabalhadores do campo predominantemente e, em menores proporções por camadas médias do meio rural e urbano do interior nordestino. A estes, o Estado propagava altos salários pagos nos seringais. Todavia as condições de reprodução deste "exército da borracha" nas áreas de destino não foram menos espoliativas do que nas áreas de origem.

Baseada na exploração extrativista, a produção da borracha foi formando um espaço geo-econômico, político e social, no qual as relações de produção ali, num dado momento, vão promover pelo lado da produção de matérias-primas, os preços condizentes com o processo de acumulação do capital nas economias industrializadas. As determinantes deste novo espaço-geo-econômico, político e social vão se coadunar com as necessidades do processo de acumulação internacional, ou seja, com a maneira de como vai se dar a acumulação necessária e como vai se organizar a produção.

O Capital na borracha, não entra na esfera da produção, mas na esfera da intermediação, da comercialização, que tinha como base das relações o "sistema de aviamento".

Esse sistema (o aviamento) é um sistema pelo qual o indivíduo ou firma (o aviador) fornece bens de consumo e instrumento de trabalhos a outrem (o aviado) que por sua vez fica obrigado a entregar ao primeiro a produção extrativa ou agrícola "in natura". O aviamento era orga

te determinadas, encontram o real concreto no conteúdo e nas formas, na produção do trabalho não retribuído que determinavam as formas e conteúdos históricos do "consumo" da força de trabalho e a sua reposição.

No "consumo" predatório da mão-de-obra num determinado espaço geo-econômico, político e social, a reposição sempre é feita com os excedentes da força de trabalho engendrados pela circularidade do Capital em outros espaços, isto é, é feito pelas migrações.

No sistema de aviamento como tão bem descreve Monteiro, o endividamento se "... inicia desde a viagem do Nordeste até a entrega de alimentos e ferramentas na chegada ao seringal, era crescente e favorável ao seringalista. Este sistema de exploração de mão-de-obra era tão cruel que, praticamente, não permitia a sua reposição natural (muitos seringais não permitiam a presença de mulheres), exigindo um fluxo de migração contínuo para reposição da mão-de-obra eliminada pela violência do meio e pelas cruéis condições de trabalho". (24)

A forma de utilização da força de trabalho somadas às condições do meio determinava o alto índice de mortalidade da força de trabalho.

Assim, as relações de produção na atividade extrativa conferia a utilização predatória, o "consumo" predatório da mão-de-obra, as características de um sistema de sujeição

(24) MONTEIRO, Silvio Tavares, op. cit.p. 58.

Com relação à exportação de borracha, as migrações nordestinas por um lado e o alargamento do mercado e a ascensão dos preços por outros, dada a difusão dos pneumáticos, dos automóveis e outros produtos dependentes dessa matéria-prima a partir de 1890, manteram a elevação das exportações da borracha até 1910, chegando a uma média anual de 34.500 toneladas e representando 28% das exportações brasileiras.

Como a oferta, nas condições brasileiras, não acompanhava a demanda internacional, tornando-se um entrave, em determinado momento, ao processo de acumulação nas economias industrializadas, o capital irá organizar a produção na Ásia sob condições de produção em larga escala e também à custos de produção compensadores, havendo o rebaixamento dos preços médios do produto no mercado, desbancando a produção da Amazônia. Surgirá nos países do Oriente (Malásia, Ceilão) grandes plantações cuidadosamente conduzidas e selecionadas. (25)

Com a queda da borracha, a Amazônia cairá num período de depressão que encontra o auge a partir, mais ou menos, de 1919 até 1960, com uma ligeira recuperação durante a 2ª Guerra. Entretanto, as tentativas de recuperação da economia intermediou esta fase com ciclos secundários, como

(25) Ver LIMA, Severino José de. op. cit. p. 77.

mineração, pecuária e castanha, sem no entanto, recuperar a dinâmica que a borracha marcou na região, de fins do século XIX e começo deste século.⁽²⁶⁾

A população da Amazônia, segundo DIAS⁽²⁷⁾, que em 1872 a 1920 passara de 332.847 a 1.439.052, em 1940 ainda seria 1.462.420 com uma taxa de crescimento inferior ao crescimento vegetativo. Entre 1900 e 1920, o crescimento demográfico⁽²⁸⁾ do Estado da Amazônia atingiu 70%. No entanto, entre 1920 a 1940 este crescimento mal chega a 0,2%. Tem-se portanto, um fluxo migratório da região Norte para outras regiões do país. Formou-se um excedente de população provocado pela circularidade do processo de acumulação.

A crise da borracha, segundo MONTEIRO⁽²⁹⁾, para o seringalista, agente local da exploração do trabalho do seringueiro, a situação é desesperadora. Cada barco que chega ao seringal, comunica que os preços da borracha estão baixando ou então estáticos e entregam por preços astronômicos as mercadorias que o seringalista necessita para repassar aos seringueiros.

(26) LIMA, Severino José e outros. Estudos Sócio-Econômicos da População Assentados nos Projetos de Colinização do Estado de Rondônia (Projeto de Pesquisa/SEPLAN/COPLAN/NURE - RO) Porto Velho 1983 51 p.

(27) DIAS, 1969, p. 15. In: VELHO, Gilberto Jorge.op.cit . p. 50

(28) Grifo nosso

(29) MONTEIRO, Sílvio Tavares. op, cit. p. 59.

Precisa-se cada vez mais de borracha para conseguir o mesmo volume de mercadorias. Como o lucro do seringa - lista está intimamente ligado às trocas, a que se obriga a reduzir no barracão, é aí que os conflitos começam a explodir. A dívida crescente dos seringueiros faz com que eles sintam que nunca mais conseguirão saldo positivo - suas cartas de alforria - para abandonar aquela escravidão. As casas aviadoras, cobrando as dívidas dos seringalistas e ameaçando não enviar mais mercadorias, provocam o desespero destes que exigem cada vez mais da mão-de-obra disponível. Revolta nos seringais, fuga de seringueiros, hipotecas cobradas. Estradas de seringais que começam a ser abandonadas. Barracões carregados de pilhas de borrachas e vazios de mercadorias. Esta é a situação durante o estouro da crise.

É nessa situação desesperadora, segundo o citado autor, que se inicia um processo rápido de desagregação do controle da mão-de-obra (início dos anos 20). Muitos retornam como podem para o Nordeste, outros alteram as "leis do seringal" e passam a caçar, pescar, plantar roças e finalmente, constituir família (casamento com índias, caboclas ou mesmo mandar buscar a família no Nordeste), passo final da fixação livre da mão-de-obra e do surgimento das possibilidades de reprodução da mesma na região.

Tem-se, portanto, após a queda do extrativismo da borracha, a destruição das condições de semi-escravidão a que estavam submetidos os seringueiros. Segundo MONTEIRO⁽³⁰⁾

(30) MONTEIRO, Silvio Tavares, op.cit.p.60.

essa desagregação foi tão forte que provocou um processo de camponesização da região amazônica. Neste processo, o campo nês que surge é um novo tipo, é o caboclo, o que não é apenas um novo tipo étnico e cultural, é também uma classe social.

Essa foi a maneira de como uma importante parte dessa população encontrou formas de "consumo" de sua força de trabalho na região, formando o que OTÁVIO Guilherme Velho⁽³¹⁾ chama de campesinato marginal, tomando a expressão de Oberg. Forma-se então, como nas crises cíclicas da economia agro-exportadora do Nordeste, um "campesinato marginal", um reservatório potencial de força de trabalho para se tornar num segundo momento, dependendo da circularidade do processo de acumulação no espaço e no tempo, uma "população excedente" para o capital.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprígio Veloso, 882 - Tel (033) 351 7222-R 355
58.100 - Campina Grande - Paraíba

(31) VELHO, Otávio Guilherme, op, cit. 161.

CAPÍTULO III

MIGRAÇÕES E INDUSTRIALIZAÇÃO EMERGENTE

3.1. Considerações Iniciais

Neste capítulo, considerar-se-á que, com a crise de 30, inicia-se um período de transição para a economia interna. As economias industrializadas se voltaram para as próprias fronteiras, buscando alternativas para a crise econômica, política e social, a qual vai desabar no conflito inter-potências expresso pelo II Guerra Mundial.

A crise da economia agro-exportadora, que se processa a partir de 1914, é produto da desaceleração do processo de acumulação a nível mundial, cujo pique é representado pela recessão de 30.

A demanda do mercado externo por alimentos, tinha sido atendida pelas colônias e semi-colônias. A agricultura das economias industrializadas tinha entrado em crise e o capital se expandido para as colônias para a produção de matérias-primas, com ênfase na produção de alimentos. A agricultura européia entrava em crise, quando os mercados foram invadidos de produtos agrícolas dos países de Ultramar, principalmente E.U.A. O Brasil se torna um grande produtor de matérias-primas. Se processo portanto ,

uma divisão internacional do trabalho na qual, os países de Ultramar se especializaram na produção de matérias-primas agrícolas (sob bases capitalistas.) enquanto a Europa se especializa, predominantemente, pela produção industrial em larga escala, caracterizada na reconstituição do exército industrial de reserva pela exportação dos excedentes de força de trabalho para os países ultramarinos e pela incorporação de tecnologia. Ocorre a potencialização do trabalho vivo pelo trabalho morto à medida que a chamada II Revolução Científica e Tecnológica incorporou novas técnicas de produção de forma ampliada. Noutras palavras, ocorre a passagem da exploração da força de trabalho baseado na produção da mais-valia absoluta para a produção da mais-valia relativa (1), de forma predominante.

Nos países periféricos, a produção agrícola que era baseada no sistema mercantil-escravocrata é transformada numa economia agrícola baseada na organização capitalista de produção guardando-se no entanto as suas especificidades.

Agora, o Capital internacional se volta para as suas próprias fronteiras para organizar a produção agrícola, sob novas bases sociais e tecnológicas, inaugurada pe

(1) Ver LIMA, Severino José de. Modernização Tardia e Desigual. op.cit.p.68

la Guerra dos Químicos (I Guerra) , depois de um longo período de crise caracterizada pelas lutas sociais, pela reforma agrária, levada a efeito pelos partidos e organizações operárias européias. Isto ocorre, quando a economia agro-exportadora dos países de Ultramar já não favorecia ao processo de acumulação internacional, tendo como base a determinação dos termos de troca baseados nas diferenças de produtividade do trabalho. Isto se torna um problema drástico na medida em que impossibilita uma produção em larga escala de alimentos para um mercado interno que começa a crescer e para uma grande demanda do mercado externo que se tornara cada vez mais exigente.

Assim, no plano interno, essa desaceleração do processo de acumulação é caracterizada como o período de várias tentativas de recuperação econômica. Vai se ter uma agricultura fortemente subvencionada antes e após 30. Por outro lado, a crescente demanda do mercado interno por alimentos promovia a necessidade de diversificação da lavoura, tida também como uma das saídas para atender a produção de matérias-primas para diversificação da pauta de exportação e atendimento da demanda do processo de industrialização , sob o comando da iniciativa interna.

Na verdade, durante este período de desaceleração, os períodos de auge e crises da agricultura exportadora representava, no plano interno, momentos da formação dos contingentes de empregados e desempregados de uma

industrialização incipiente até 1930 e a formação subsequente de um campesinato e semi-campesinato que se expandia e se retraía de acordo a expansão/retração periódica das culturas de exportação. Isto ocorreu particularmente nas regiões em processo de estancamento econômico como o Nordeste. Nesta região, o complexo latifúndio-minifúndio, engendrará as bases de estoques de mão-de-obra que irão alimentar as correntes migratórias rurais/urbanas, na formação dos contingentes de empregados e desempregados para a industrialização centralizada no Centro-Sul ou as correntes migratórias rural-rural das fronteiras agrícolas em expansão, dessa região em direção ao Norte e Oeste do Paraná, Centro Oeste e Amazônia (borracha) e colonização do Maranhão.

As secas periódicas do Nordeste se tornaram expressão de um "flagelo" periódico que conduzia as tensões sociais naquela região e sua distensão no processo de formação do "exército industrial de reserva" dos centros urbanos industriais ou nas fronteiras agrícolas em expansão do centro sul e/ou formando o contingente de "soldados da borracha" durante a guerra e como opção para o projeto de colonização da SUDENE no Maranhão.

Como no capítulo anterior, tentar-se-á mostrar as condições estruturais e conjunturais de produção deste "excedente" de mão-de-obra e a sua reprodução nas áreas de destino. Embora neste período chamado de industrialização por "substituição de importações - os fluxos migratórios sejam

expressivamente campo-cidade, não só de âmbito inter-regional como entre Nordeste e Centro-Sul, mas também intra-regional principalmente no âmbito do Centro-Sul, procurar-se-á enfocar particularmente as condições conjunturais e estruturais dos movimentos migratórios que abre novas "portas" de penetração na Amazônia e, principalmente, a "onda extrativista da borracha" durante a II Guerra que, novamente, é encarado como alternativas às tensões sociais da seca de 1942, arrastando milhares de nordestinos para a Amazônia.

Estudar-se-á aqui, como no capítulo anterior, as condições de reprodução dessa população migrante no "Eldorado da Borracha".

Em termos gerais se fará um estudo da economia brasileira dentro da circularidade do processo de acumulação mundial em dois períodos: um período de desaceleração econômica culminando na depressão de 30, indo até o final da II Guerra, e o período de aceleração, conhecido como período do 2º Pós-Guerra; que devido a defasagem para as economias periféricas, só terá repercussões visíveis no período pós-64. Entretanto, durante a depressão e, num primeiro momento do ciclo de expansão econômica do pós-guerra, a iniciativa vai ser produto do processo de acumulação originário, embora nesse primeiro momento o Capital imperialista já tenha dado as suas investidas de colonização de setores importantes da indústria nacional.

3.2. O Nordeste e as Migrações Inter-regionais

Durante o período de desaceleração do processo de acumulação mundial que vai do início da I Guerra até 1930 , quando se instala a depressão, cria-se as bases para o processo industrialização "substitutiva de importações" subsequente, apoiada nos capitais até então acumulados, sob predominância da iniciativa interna e da intervenção estatal.

Nos momentos de crise do mercado mundial e de guerras, na verdade, abriga-se brechas para a industrialização . Assim, com a crise de super-produção do café nos fins do século XIX, o conflito mundial de 1914 - 18 e agora com a crise de 29, abre-se brechas para fluxos industrializantes no país quando as economias industrializadas estão voltadas para suas próprias fronteiras, enquanto o país tem que caminhar com suas próprias pernas. Surge, portanto, a oportunidade para a iniciativa interna, onde a emergência de um processo de industrialização por "substituição de importações" está apoiado no processo de acumulação originária, que vinha se expandindo, com avanços e recuos, se ampliando em cada crise e se contraindo, passadas as crises. Assim, segundo SALAMA⁽²⁾ durante a guerra de 1914 - 18, a industrialização no Brasil

(2) SALAMA, Pierre. "O Processo de Subdesenvolvimento, Ensaio sobre os limites da Acumulação Nacional de Capital nas Economias Semi-Industrializadas, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 19.

creveu em torno de 212% (3). Após 29, se consolida este processo de acumulação originária de capital industrial que se inicia nos fins do século XIX.

A industrialização que de 29 a 39 crescera em torno de 11%, somada à conseqüente expansão do setor de serviços (urbanização) e expansão da construção civil, era alimentada pelos contingentes migratórios do campo. A crise do café de 29 tinha produzido o êxodo rural relevante no Centro-Sul, de certa forma sustentada anteriormente quando as políticas de defesa do café asseguravam a renda dos latifundiários e retinha o emprego no campo.

Apesar da intervenção do Estado na agricultura, através de subsídios aos setores de super-safras e a erradicação da lavoura do café, agora a intervenção se dava através da política de diversificação das lavouras. Capitais inativos do café vão se dirigir, quer para as atividades urbano-industriais, quer para a pecuária, o algodão e a cana-de-açúcar, desta forma contendo parte da mão-de-obra rural.

A diversificação da lavoura era uma exigência da industrialização interna por matérias-primas, enquanto a urbanização conseqüente exigia a produção diversificada e contínua de produtos alimentícios naturais e industrializados a preços condizentes com o rebaixamento dos valores médios de reprodução social de força de trabalho urbano-industrial

(3) Ver sobre este assunto, LIMA, Severino José de. op. cit. p. 108 em diante.

Nas regiões de declínio da agricultura exportadora, em seus interstícios e em redor dos centros urbanos vai se expandir uma agricultura destinada ao abastecimento desses centros.

Neste contexto, o Capital no centro de convergência do processo de acumulação, o Centro-Sul, como se denomina na literatura especializada, vai ter uma mercadoria específica, ou seja, a transformação do trabalho em força de trabalho.

Entretanto, essa situação no Centro-Sul vai conferir uma certa intercambiação satisfatória entre campo e cidade, principalmente com relação aos dois componentes da esfera do Capital variável: produção de alimentos e formação do "exército industrial de reserva", num dado momento isto não seria possível, sem as primeiras levas de nordestinos, tangidos pela seca de 17, e as levas de depois dos anos 30. Isto, quando o governo e fazendeiros de São Paulo ao invés de migrantes estrangeiros, repõe a força de trabalho na agricultura através de importação dessa mercadoria, dos estoques do Nordeste. (4)

A industrialização induzia o êxodo rural. Ademais, porque o café vai continuar se expandindo para novas perspectivas do mercado externo, enquanto o algodão e a cana-de-açúcar, entre outros produtos, se expande em São Paulo

(4) Governo e Companhias Internacionais Intermediadores do algodão: SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON se casam para importar "paus-de-arara" cheios de gente como se fosse gado.

em função do mercado interno⁽⁵⁾, principalmente.

A migração campo-cidade em São Paulo, no final dos anos 20, com a crise de superprodução do café, é atribuída à redução dos salários, embora ALBUQUERQUE⁽⁶⁾ acredite que os baixos salários rurais são características de todo um processo de ocupação do interior de São Paulo durante meio século. Portanto, o fator determinante, como acredita o autor, não está na queda dos salários, refletindo a redução de ganhos com o café mas na dispensa de colonos, cujas relações de produção já eram monetarizadas.

Ora, não só houve política anti-cíclica de intervenção do Estado no café socializando, de certa forma, as perdas; no plano de trabalho, haverá também medidas anti-cíclicas: a pressão nos salários deteriorando as condições de vida e de trabalho dos colonos. Ora, se essa política mantinha,

(5) FURTADO, Celso (Formação Econômica do Brasil, Editora ' Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959. pp. 250 e na citação das páginas 234 - 235) salienta que de fato, a produção de café continuou a se expandir depois da crise, e que a circunstância de que os cafeicultores se tivessem habituado aos planos de defesa, dirigidos pelo governo, respondeu em boa parte pela manutenção da renda monetária do setor exportador. Ao produtor salienta o autor, pouco lhe interessava que a acumulação dos estoques fosse financiada com empréstimos externos ou com a expansão do crédito.

(6) ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola, p, 86.

em condições bem específicas: queda nos salários e nas mas sas dos salários, ao contrário da situação do Nordeste, co mo bem analisa CHICO DE OLIVEIRA⁽⁷⁾:

"emergindo a economia do Nordeste algodoeiro - pecuário, que se centrava nas formas de reprodução já des critas, produziu, em primeiro lugar, uma mão-de-obra que , pelas flutuações internacionais da economia algodoeira-pe- cuária, converteu-se parcialmente em força de trabalho dis ponível nas entressafras para alugar-se na produção da ca- na; a constituição desse semi-proletariado levou para o co ração da economia capitalista do açúcar-têxtil uma forma de mão-de-obra que não era força de trabalho, que não era to- talmente mercadoria, já que cuidava da sua própria subsistê- tência. Tendo agora como produtor um contendor não-antagô- nico, o Capital industrial do "Nordeste" açucareiro-têxtil o caiu na armadilha preparada pela "região" que lhe era con- corrente na hegemonia das forças produtivas e das relações de produção; e recriou, no seu interior, formas de traba- lho semi-compulsórias, o "cambão", mercados "cativos" de trabalho nas usinas, formas de apropriação e expansão do trabalho não pago caracterizadas pelo "barração" em que o trabalhador passou a ser pago em espécie. Recriou, portanto formas de defesa anticíclicas não capitalistas: não ocorria o desemprego, nas crises da economia açucareira: ocorria '

(7) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião : SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes , 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 64.

apenas a volta de parte da população trabalhadora às "economias de subsistência", a formas quase naturais. Essas for - mas de defesa foram-lhe extremamente eficazes para não desaparecer, mas cobraram seus direitos na medida em que impe - diam de expandir-se".

De forma geral, a crise do café não representou' a eliminação das rendas ou a falência dos cafeicultores, mas uma reorientação em termos de agricultura, dos capitais para o algodão e a cana-de-açúcar em expansão e mesmo para o café que se expande para as "zonas novas", ou mesmo a inver são dos capitais nas atividades urbano-industriais.

A crise cafeeira representou a perda do dinamismo do café (que continuava subsidiado pelo Estado) já que se localizava no pólo do processo de acumulação e, portanto , de hegemonia econômica, política e social, em favor de industrialização.

A crise de 29, "fecha" a "fronteira" brasileira . Os capitais internacionais se convergem para suas próprias' fronteiras envoltas em convulsões econômicas, políticas e sociais. Abre-se uma brecha no Brasil para a expansão do ' processo de industrialização que começa a se concentrar no Centro-Sul e com isto, a formação de maneira integrada de um mercado nacional sob o comando do pólo hegemônico, antes do café, agora da indústria. A formação do mercado interno pode ser entendida também como formação de um mercado in terno de mão-de-obra, que só se consolidará, posteriormente.

Antes de 29, o país era dividido em verdadeiras "ilhas econômicas" ainda voltadas para o mercado internacional. Isto acontecia talvez porque o Centro da valorização e da reprodução do capital (agricultura) estava nos países metropolitanos; ele não tinha ainda sido interiorizado na nossa economia. Com o fechar-se de nossa "fronteira econômica", como decorrência da crise de 29, devido as condições históricas ' que já foram explicitadas, este centro é internalizado no Centro-Sul.

O processo de acumulação originária industrial que se antecipara no Nordeste, antes do Centro Sul, em torno da economia algodoeira, principalmente, passa a se concentrar no Centro-Sul particularmente em São Paulo.

Depois de 29, a agricultura e indústria do Centro-Sul desbordam. O Nordeste passa a ser um mero produtor de matérias-primas para o Centro-Sul e/ou produtor suplementar para o exterior em conjunturas favoráveis. Indústria e agricultura do Centro-Sul, sob bases de relações capitalistas de produção, onde a produtividade é fator de dinamização com relação ao Nordeste que envolveu sob bases pré-capitalistas, abarrotam o mercado interno brasileiro centrado no Centro-Sul, concorrendo com essa região e estabelecendo as bases do intercâmbio desigual e, conseqüentemente, do processo de deteriorização da economia nordestina.

O Nordeste se vê abarrotado de mercadorias industrializadas do Centro-Sul e a indústria regional fundada na pro-

dução de tecidos grossos e outros sub-produtos, se vê com as suas bases ameaçadas. Em 1945/54, ocorre a quebradeira da indústria nordestina, principalmente no setor têxtil, enquanto a de São Paulo passa por um período de modernização.

Na verdade, no processo de acumulação em escala nacional, as decisões de inversão (e dos subsídios estatais) estavam subordinados aos determinantes do sistema de produção concentrado em São Paulo (a acumulação e reprodução do capital). A periferia se vê tolhida e há a quebradeira dos setores tradicionais e mesmo dos novos. O Nordeste se vê abarrotado de produção do Centro-Sul. Os contingentes de assalariados deste segmento tradicional da indústria brasileira vão engrossar os contingentes de desempregos urbanos-industriais da região hegemônica ou vão buscar formas de " consumo" de sua força de trabalho noutras atividades dentro e fora da região.

Com relação a agricultura, São Paulo vai concentrar a produção, concorrendo com o Nordeste. A recessão de 29 determinou medidas de institucionalização da intervenção estatal, adotando medidas para incrementação do mercado interno, devido às dificuldades de exportação. Além da produção de outras culturas sob novas bases de produção, o governo de São Paulo introduz novas variedades de cana, institui uma bolsa de mercadorias e introduz sementes selecionadas de algodão.

Neste contexto, capitais inativos da produção cafeeira são atraídos para a produção algodoeira e açucareira em

São Paulo, entre outras atividades, concorrendo com a produção do Nordeste. A produção de São Paulo, assim, se beneficiava dos capitais concentrados ali, de mão-de-obra relativamente abundante, maior proximidade dos mercados e ainda da coincidência das safras, desbancando a produção nordestina para um segundo plano.

Por outro lado, a intervenção estatal acabava beneficiando os produtores daquela região, a medida que o centro da economia ali se concentrava⁽⁸⁾.

Com relação à produção açucareira, por volta dos fins do século XIX e começo do século XX, esta representava apenas 1,4% da exportação brasileira e em 1910, o mercado interno já absorvia 70% da produção nordestina. Isto revela o prenúncio de seu estancamento mesmo passando por um período favorável no mercado internacional durante a primeira guerra, para de novo ficar na dependência de um exíguo mercado interno, agora sofrendo concorrência da produção do Centro-Sul (São Paulo e Rio de Janeiro) quando já em 1934 a 1940, São Paulo se torna o primeiro produtor nacional de açúcar.

Apesar de em 1934 o Estado intervir através do IAA, tendo na cúpula os membros da burguesia açucareira do Nordeste, foi sob essa direção da burguesia que o eixo de concentração da produção dessa região converge para o Cen-

(8) Ver LIMA, Severino José de. op. cit. p. 149-150.

tro-Sul comandada por São Paulo mesmo com o sistema de quotas de produção para cada uma das regiões produtoras, garantia de preços mínimos, relações normatizadas entre fornecedores de cana e usineiros e financiamento da produção. Este fato reforçará a manutenção das bases de reprodução do capital na produção canavieira do Nordeste, servindo para reforçar as relações arcaicas de trabalho semi-compulsórias anteriormente. Como diz OLIVEIRA, a intervenção do IAA estabeleceu na verdade uma divisão regional do trabalho em toda atividade açucareira do país⁽⁹⁾.

Com relação ao algodão, São Paulo vai se tornar um grande produtor já depois da I Guerra. Num determinado momento, a produção de São Paulo que se tornara a maior do país cai, cedendo lugar ao Nordeste novamente. Isto devido a super-safra norte americana depois da guerra. Restringindo-se as importações de tecidos da Inglaterra nos anos 20, a produção de algodão no Centro-Sul é reforçada.

Com o governo restringindo as importações, a indústria têxtil nacional tem seu período áureo, a partir de 1930, o algodão de São Paulo superou a produção do Nordeste, consolidando o desbancamento da produção desta região.*

Mas, em contrapartida, é reforçada a intervenção do Estado nas áreas do algodão, expressa nas transformações do IFOCS em DNOCS. E o reforço de sua atuação nas frentes de emergência consolidava para o resto da história

(9) Ver OLIVEIRA, Francisco de . Op. cit. p. 67

(*) Ver ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. op. cit. pg. 105

outra forma de enriquecimento (com o efeito das secas) e de reforço da oligarquia, em termos políticos e sociais. Segundo OLIVEIRA⁽¹⁰⁾, " não apenas os eleitores reais dos "coronéis" tinham prioridade para engajamento nas frentes' de trabalho, bem como os eleitores - trabalhadores-fantasmas pululavam. Obras-fantasmas e trabalhadores, "cassados" fantasmas, povoavam as frentes de trabalho das secas."

Segundo o autor, as construções de barragens nas propriedades de grandes e médios fazendeiros, que na maioria não eram públicas , serviam sobretudo, para sustentação do gado dos fazendeiros e apenas marginalmente, para implantação de "culturas de subsistência de várzeas", como são chamadas as ribeiras das barragens (afora as estradas). Num caso e noutro, o investimento do DNOCS reforça a estrutura arcaica, expandindo a pecuária dos grandes e médios fazendeiros e contribuindo para reforçar a existência do "fundo de acumulação" própria dessa estrutura, representando pelas "culturas de subsistência" de moradores, parceiros e pequenos sitiantes.

Assim, apesar do DNOCS ser um investimento do Estado, não significativa em absoluto, transformações das formas do ciclo produtivo; não tiveram, sob nenhuma circunstância, o condão de transformar as condições de produção social do Nordeste algodoeiro-pecuário. Significa simplesmente, um esforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da

(10) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião, p. 55.

circulação.

Mantem-se, portanto, a miséria secular assentada nu ma espécie de trabalho compulsório, representada por uma for ma dupla de apropriação do valor: na forma de sobreproduto , resultado da partilha entre o fazendeiro e o meeiro e sob a forma de sobretrabalho através do "cambão", afora os mecanismos de fornecimento em espécie (barracão) ou em dinheiro pa ra comprar mercadorias que o meeiro não produz para pagamento com trabalho futuro que, somados à manipulação das balanças' de pesagem das mercadorias e do arrolamento das dívidas nas "cadernetas de contrôle" dos fornecimentos, cria um endividamento contínuo dos moradores e com isso, a sujeição, a submissão, semelhante a corveia do tempo do feudalismo.⁽¹¹⁾

Essas são as formas de reprodução do baixo valor' de reprodução da mão-de-obra, que dão continuidade às bases do capital comercial na região e, portanto, de lucros do capital internacional que continuará na esfera da circulação , apropriando-se do valor de produção do algodão, daí decorrente.

Continua o reforço das estruturas fundiárias, do com plexo latifúndio-minifúndio, reproduzindo as relações sociais de dominação. O "fundo de acumulação" nestas estruturas continua sendo dado pelas culturas de subsistência, permitindo' a reposição da mão-de-obra e promovendo, por sua vez, as con dições históricas para formação secular de "viveiros" de mão-de-obra que pululam com os defuntos as frentes de emergência e os currais eleitorais dos "coronéis". Estes "viveiros"

(11) Ver com mais detalhes: OLIVEIRA, Francisco de. op.cit. p. 47 em diante.

formarão os contingentes de migrantes errantes em busca de sobrevivência em outros espaços geo-econômicos e sociais do país.

O resultado da substituição do "mercado externo" pelo "mercado interno" pós-30, foi a hegemonia do capital industrial originário, centrado no Centro-Sul e, com isso, centrando a produção agrícola. A expansão da fronteira paulista avança para o Norte do Paraná e, posteriormente, para o Oeste deste Estado; avança em direção ao sul de Mato Grosso e Sul de Goiás, consolidando nos anos subsequentes, as "portas" de penetração na Amazônia pelo Mato Grosso e Goiás.

Desbancada a produção do Nordeste, tanto industrial como agrícola, esta região passará por um longo período de estancamento. Isto representa também uma divisão regional do trabalho no país, expressa em desníveis de produtividade do trabalho e, portanto, de deteriorização dos termos de troca, entre periferia e centro do processo de acumulação no plano interno.

O chamado Centro-Sul, capitaneado pelo Estado de São Paulo, se consolida historicamente como centro dinâmico do processo de acumulação, reprodução e valorização do capital internalizado em nosso País, agora pelo processo de industrialização originária. A consolidação disto será a consolidação ou intensificação do intercâmbio desigual com as periferias como o Nordeste e outras.

Dáí emerge a pauperização do Nordeste caracterizada como uma região "inviável", como região atrasada e arcaica

ca, por ironia da história e para ironia de suas "hostes errantes," tangidas como gado para formarem os fluxos de braços baratos e clandestinos das frentes de expansão econômica do Centro-Sul ou para frentes de exploração da Amazônia.

O Nordeste terá, então, a característica de tantas outras "ilhas" de pobreza e de miséria do mundo, produtoras de braços baratos para os contingentes de empregados e desempregados de um mercado de mão-de-obra que está na base da diferenciação das taxas de exploração e, portanto, das taxas e da massa de mais-valia no setor urbano-industrial, ou formação os primórdios de um exército de força de trabalho volante e supérfluo nos campos, consolidado nos anos subsequentes. Os que resistem à "seca" continuarão reproduzindo os elementos do "fundo de acumulação" para continuar produzindo a sobrevivência dos "viveiros" de mão-de-obra barata.

Essas condições, engendradas secularmente e agora consolidadas, especializará o Nordeste (durante o chamado período de industrialização por substituição de importações e períodos subsequentes) como o maior fornecedor de mão-de-obra barata. Isto irá formar e engrossar os movimentos migratórios que dispararão em todas as direções, seja para a industrialização do Centro-Sul (que mina a industrialização do Nordeste) quer seja para as fronteiras agrícolas em expansão, ou para o "exército da borracha" durante a Segunda Guerra, o qual será objeto específico deste capítulo, mais adiante.

3.2.1. O Nordeste na Formação do Exército Industrial de Reserva da Industrialização Emergente

Considerar-se-á que as migrações internas ocorrem tanto a nível intra-regionais bem como a nível inter-regionais, tanto na direção campo-cidade bem como cidade-cidade para a industrialização do Centro-Sul. Entretanto, será dado ênfase às migrações inter-regionais de 1930 a 1960, período da chamada industrialização por substituição de importações, que denominamos de industrialização emergente. Neste período, as migrações foram predominantemente rurais-urbanas⁽¹²⁾, sem deixar de haver importantes fluxos rurais-rurais, entre outros de menor importância.

O Nordeste, nas condições históricas já explicitadas anteriormente, junto com as outras "periferias", assume um papel relevante na formação de um "exército industrial de reserva" para industrialização do Centro-Sul, como bem aponta SINGER⁽¹³⁾:

"... a mobilização deste exército se fez paulatinamente, entre 1930 a 1945, a partir da abolição da autonomia dos estados que serviu tanto para unificar as oligarquias locais cujo poder sobre a população rural foi assim consideravelmente enfraquecido. A construção de uma rede de rodovias, que passou a interligar as principais regiões do

(12) Ver SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização 9ª edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973, p.63

(13) SINGER, Paul. op.cit.p.122

país, facilitou as comunicações e estimulou enormemente as migrações internas. Finalmente é preciso acrescentar que , a partir desta época, a sistemática queda da mortalidade , que se iniciou nas cidades maiores mas atingiu rapidamente' o interior, acelerou sobremaneira o crescimento da população e, portanto, do exército industrial de reserva. O aumento da população em áreas desnatamente povoadas (na Zona da Mata e Agreste nordestinos e nas zonas de colonização do Sul, por exemplo) ocasionou a pressão sobre a terra, agravando a dicotomia latifúndio/minifúndio e provocando fortes correntes migratórias para zonas agrícolas pioneiras e para as cidades."

As secas de 1942 , 1951, 1953 , 1958, somadas à expansão da cana-de-açúcar causada pela revolução cubana , engrossará as migrações do Nordeste para o Centro-Sul e ' principalmente para compor esse "exército urbano industrial de reserva".

Entretanto, num primeiro momento, parece que o engrossamento deste exército, agora substituído pelo nordestino, tinha sido do próprio interior de São Paulo devido às repercussões da crise do café em 30, como bem sugere SOUZA⁽¹⁴⁾:

"A crise do café na década de 30 e o crescimento industrial de São Paulo provocaram um intenso fluxo migratório do meio rural paulista e das cidades do interior para a capital. A pesquisa realizada por Vicente UNZER sobre

(14) SOUZA, Itamar, op.cit.p.66-67.

esta corrente migratória, cujo ponto culminante se deu em 1946, nos permite afirmar que a maior parte deste fluxo era formada por elementos da classe operária rural e pelas classes médias urbanas procedentes do interior de São Paulo, do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e alguns Estados nordestinos".

Os dados anteriores evidenciam a importância da migração campo-cidade, na formação do exército industrial de reserva da indústria em São Paulo. Entretanto, esse fluxo também se dirigiu para o Rio, então Capital do Distrito Federal que embora menos industrial que São Paulo, assume expressão quanto ao setor terciário e quanto à própria construção civil, decorrente da urbanização e calcada na mão-de-obra dos "paraíba's".

A população do Rio de Janeiro que em 1940 era de 1.764,141 habitantes, passou em 1950 para 2.377.451 habitantes⁽¹⁵⁾, enquanto a população do Nordeste aumentou num intervalo de 60 anos, de 1890 a 1950, de 231%, representando uma disparidade com relação às outras regiões do país, o que conferia a importância da emigração contínua desta região, para outros espaços geo-econômicos e sociais e, neste período, com ênfase para o Centro-Sul. No mesmo período, a população do Leste aumentou de 472%, o sul de 504%, o Nordeste de 283% e o Centro-Oeste de 448%⁽¹⁶⁾.

(15) Área que compreendia o Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

(16) LINHARES, Maria Yedda Leite et TEIXEIRA da SILVA, F. I. História do Abastecimento: 1918-1974. Brasília BINAGRI 1979, p. 66.

De 1920 a 1940, segundo MATA⁽¹⁷⁾, as migrações campo-cidade, concentrando-se no Centro-Sul atingiram a cifra de 1448 mil com fortes tendências a se elevarem. O índice de urbanização do Brasil cresceu acima da média geral da América Latina, com índice de 5,5%, enquanto que a população geral cresceu apenas 3%, implicando que os fluxos migratórios rurais-urbanos foram mais intensos no país, do que a média geral dos demais países.

Esse processo de urbanização confirma que nas condições relativamente débeis do processo de industrialização até o início dos anos 60 a agricultura teve um papel primordial na formação de um exército industrial de reserva em dimensões tais que garantia-se os baixos preços da força de trabalho urbano-industrial. Essas condições seriam primordiais para aumentar a taxa de exploração pela baixa taxa de salários⁽¹⁸⁾.

(17) cf. MATA, Milton etti alli. Migrações Internas no Brasil. Aspectos Econômicos e Demográficos. IPEA/INPES. Rio, 1973, p.p.21-34.

(18) O fator de contenção salarial neste período é de primordial importância: foi a manipulação e utilização das energias das classes trabalhadoras, principalmente urbanas, pela política populista de massas. Essa política não só funcionou como controle e utilização da força de trabalho mas forneceu também as bases políticas e ideológicas para realização dos índices de poupanças adequados à manutenção dos níveis de investimentos exigidos para a aceleração da industrialização, com ênfase na inflação como técnica de poupança forçada e disfarçada. Sobre isto ver LIMA José de. op.cit.pp.160 e 161.

Durante a industrialização emergente, portanto, a agricultura teve um papel preponderante na formação dos preços médios da força de trabalho urbana como manancial da formação do "exército industrial de reserva" através das migrações rurais-urbanas, porém sem deixar de ter uma importância relativa na formação do valor de reprodução social dessa força de trabalho.

Na primeira componente do "capital variável" nos centros urbanos industriais, as regiões periféricas do processo de acumulação interna que se processa, como o Nordeste, formarão um exército migrante permanente de mão-de-obra. A segunda componente vai se revestir de importância pela negativa, pela contradição, expressa nas crises alimentares, uma começando após 1930 e assumindo proporções conflitivas nos centros urbanos nos anos 40 e a outra nos fins dos anos 50 e início dos anos 60, apesar das políticas de diversificação da lavoura, capitaneada pelo governo de São Paulo pós-30 e as diversas ações políticas de abastecimento do governo federal (19).

3.2.2. O Nordeste e as Migrações para as Fronteiras Agrícolas do Centro Sul

Apesar da predominância das migrações rurais-urbanas no período da industrialização, houve movimentos rurais-rurais importantes. Nas condições históricas já explicitadas anteriormente, o Nordeste da "indústria da seca" e da agroindústria da cana (que se expande, posteriormente, ga

(19) Sobre as Políticas de Abastecimento, ver a obra já citada: LINHARES, M.Y.L e TEIXEIRA DA SILVA, F.C. Histó-

nhando os mercados norte-americanos com a revolução cubana) engrossará os exércitos migrantes de força de trabalho com destino rural. Tem-se pois, neste sentido, os seguintes principais fluxos:

- Os movimentos migratórios para as fronteiras agrícolas do Paraná que se caracteriza como movimento basicamente rural-rural e orientado e organizado por companhias imobiliárias e de colonização particular.

- As migrações para a frente de expansão do Oeste, caracterizada pela intervenção do Estado na organização e orientação através da indução ideológica e da implantação de infra-estrutura.

Nesta ordem e características, estudar-se-á estes vários movimentos de ocupação de fronteiras, as quais depois de "fechadas" darão origem a novas fronteiras. Novas, não por terem um caráter isolado, muito pelo contrário, por terem um caráter dinâmico no espaço e no tempo, segundo a própria circularidade do processo de expansão do capital.

Já se falou anteriormente, que a crise de superprodução do café deslocará o capital comercial e produtivo para outras atividades econômicas que, ao contrário do que se poderia imaginar, tornou-se fator dinâmico da economia do Centro-Sul. Neste contexto, o capital se deslocará para outras atividades agrícolas, entre elas o algodão, que desbancando para um segundo plano a produção nordestina se beneficiará de um mercado interno, devido, principalmente, à expansão industrial em São Paulo. Também do mercado externo, já que as colônias inglesas da África não tinham condi-

ções de atender a demanda da indústria têxtil britânica, fazendo subir os preços médios de mercado da matéria-prima já a partir da década de 20, chegando ao seu ponto mais alto a partir de 1930. No plano interno, a produção do Nordeste, nas condições já explicitadas teria que ceder lugar ou destaque a outras regiões como São Paulo e por extensão também Paraná e Sul de Mato Grosso, cujas condições históricas de fronteiras agrícolas em expansão, permitiam sob novas bases, uma produção condizente com a situação do mercado interno e externo.

A crise do café e expansão do algodão e da pecuária determinaram um processo de "camponesização", determinado pela circularidade do capital, Esta "camponesização", como acontecera nas fronteiras agrícolas paulistas. A relação gado-algodão, tão comum naquela região, vai se repetir de maneira antagônica em São Paulo, como explicita ALBUQUERQUE⁽²⁰⁾ tomando as citações de Pierre Monbeig (Pionniers et planteurs de São Paulo, Paris, Armand Collin, 1952):

"... lá, uma perfeita simbiose de reprodução de um sistema que integrava a espécie arbórea à pecuária. Aqui, o algodão era utilizado para "derrubar a floresta" mas não se mantém. Depois de um ou dois anos de cultivo do algodão, queimados os restos da última colheita, a terra passa para o pasto, normalmente, de capim-colonial. Além da formação da invernada, o proprietário lucra com a produção transitória do algodão."

(20) ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira de. op,cit.p.158.

O itinerário do algodão transformava o campesinato num campesinato itinerante. Este, por mais que tivesse um título de posse da terra, ante à pressão das fazendas de gado e à especulação imobiliária que estaria na base da formação de uma estrutura agrária concentrada e excludente, tomando-se a expressão de KAGEYAMA⁽²¹⁾. É em razão desta estrutura fundiária, que se expandirá a fronteira paulista para o Norte do Paraná e que se discutirá mais adiante.

A generalização das relações arrendamento/parceria⁽²²⁾, expressa, na verdade, a produção pelo capital de uma espécie de campesinato itinerante, bem diferente de um campesinato "fixo" e de maior mobilidade social nas "Zonas Velhas" do Vale do Paraíba e nas zonas de maior influência da Capital paulista, a qual abrange o eixo de São Paulo, Itupeva e Itatibaia, dedicado à policultura para abastecimento dos centros urbanos. Essa área é chamada de Zona da Capital.⁽²³⁾ E também um campesinato diferente do Nordeste, pelas razões já explicitadas anteriormente.

(21) KAGEYAMA, Angela. Crise e Estrutura Agrária: a agricultura paulista na Década de 30. Piracicaba, S.P. Tese de Mestrado apresentada na ESALQU(1980), p.35,36, cit. por ALBUQUERQUE, R.P.L. de op.cit.145.

(22) Arrendamento aqui está mais ligado à expressão rendeiro, do que a expressão arrendatário capitalista. Na verdade, são pequenos ex-sitiantes, posseiros e trabalhadores sem terra em geral, que arrendam 10 a 15 alqueires paulistas de mata virgem geralmente pagando uma renda em dinheiro com trabalho futuro, ou adiantada total ou parcial, com economias próprias ou mesmo com dinheiro adiantado pelos comerciantes de algodão.

(23) Zona que em diante se refere ao zoneamento sugerido por Angela Kageyama.op.cit.p. 64-65, baseado na divi-

Substituindo, ora intercalando-se às culturas cafeeiras, o algodão avança sobremaneira após 1930, conferindo um processo de articulação/desarticulação das culturas de subsistência em seu itinerário. Estas promoviam o "fundo de acumulação" que rebaixavam o valor de reprodução da força de trabalho e, portanto, auferindo o baixo valor do produto comercial, apropriado pelo capital na escala da circulação.

O capital, ora se apropria do produto desse campesinato enquanto produção familiar, ora se apropria de sua força de trabalho, enquanto assalariado sazonal nos piques de colheitas.

Segundo ALBUQUERQUE⁽²⁴⁾, a Zona Central que compreende a área servida pelo Paulista, tendo como sede, Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto, o algodão ocupou a área abandonada pelo café, juntando-se à policultura dos loteamentos. Nesta área, o café se mantinha resistindo à pressão do mercado nas terras melhores. O algodão contrabalançava com o café em cultivos intercalados geralmente cultivados por parceiros, fazendo aumentar os rendimentos líquidos da agricultura por alqueire.

Por outro lado, nas Zonas Novas, que abrangiam o eixo de Araraguara, Botucatu, Catanduva e outros municípios até o Rio Paraná sofreu maior expansão com a consequente incorporação de novas áreas de terras férteis, o

do na Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas, 1931 e 1939.

In: Albuquerque, Rui. HPL. de op.cit.p. 192.

(24)ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. op. cit. p. 154 em diante.

que caracterizam bem a situação do campesinato itinerante, já explicitada anteriormente.

Segundo o autor supra citado, nem mesmo nesta Zona Nova, o algodão substituiu o café. Isto significa que a expansão do algodão em São Paulo, quer para as áreas novas ou nas áreas antigas, não se tratou simplesmente de uma substituição de culturas, mas, antes de tudo, numa reorientação dos investimentos, das relações de produção e das áreas cultivadas de acordo com o capital que dispunha o produtor e de seu poder financeiro.

Assim, aos pequenos e médios proprietários, aos clientes dos loteamentos, aos parceiros e rendeiros, coube o cultivo do algodão e das culturas de subsistência, enquanto aos fazendeiros cabia o café das novas áreas, a pecuária e os investimentos na indústria e na especulação da terra. Daí que na Zona Nova, houve tanto a apropriação de terras, com um aumento de área cultivada de 40% , incrementando por um lado a "marcha para o Oeste", que já vinha da década anterior.

O algodão vai sendo cultivado derrubando a mata, ora substituindo ou intercalando-se ao café, ora puxando atrás de si a pecuária, marcha essa apoiada na mão-de-obra da pequena produção de base familiar, exigindo a força de trabalho assalariada nas épocas de colheitas. Os capitalistas, na intermediação, se apropriavam do produto e da mais-valia dos assalariados. Essa dupla apropriação era permitida pelas culturas de subsistência intercalares, necessárias à reposição da mão-de-obra familiar e da força de trabalho dos assalariados temporários.

O "algodão" da Zona Nova se expandia em todas as direções alcançando o Sul do Mato Grosso e Goiás, Triângulo Mineiro e Norte do Paraná.

Na base da expansão da produção estava a produção familiar dos rendeiros e parceiros, os quais não eram só do Estado de São Paulo, eram também os "baianos", os desbravadores das matas, que plantavam algodão e deixavam, depois de um ano ou dois de colheita, o lugar para o pasto. Aqui, apresentou-se a importância dos fluxos migratórios do Nordeste na expansão das fronteiras agrícolas paulistas. Os imigrantes nordestinos assim são chamados até hoje em São Paulo, pela importância que a Bahia teve na exportação de braços, como os "paraibas" do Rio de Janeiro, certamente pela importância dos paraibanos na formação dos contingentes de empregados e desempregados urbanos, principalmente da indústria da construção civil como peões ou engrossando ou outros tipos de trabalhos braçais ou sem exigências de maior especialização.

Segundo MONBEIG⁽²⁵⁾, de 1930 a 1940, a Bahia forneceu mais da metade dos trabalhadores nacionais que se destinaram para as frentes de expansão paulista (50,9%) seguidos de mineiros (22,7%) confirmando uma corrente migratória de nacionais que começava a superar os estrangeiros, principalmente depois de 1928.

(25) MONBEIG, Pierre. op.cit. apud. ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. op.cit.p.159

Pouco a pouco - afirma o autor - a imigração de "baianos" parece ter-se transformado numa imigração de famílias, pois de 1935 - 39, os indivíduos isolados não são mais que um quarto do total. Estimou-se a entrada de aproximadamente 820 mil em São Paulo no período 1928-1940, corrente que já incorporava um contingente de 100.139 indivíduos vindos do Norte de Minas e do interior da Bahia chegados em 1939.

Vão ser estes nordestinos "baianos" que vão engrossar o exército de mão-de-obra, predominantemente trabalhando na produção familiar de algodão, os quais aqui como lá (embora não expropriados totalmente dos meios de produção) vão ter o produto do trabalho, o algodão, apropriado na esfera da circulação, pelo capital.

MONBEIG⁽²⁶⁾ caracteriza as condições de reprodução ' destes "baianos", os desbravadores das matas que preparava a esteira de outras atividades da frente de expansão paulista, de maneira bem clara. Antes porém salienta-se que a expansão ' vai se orientar em todas as direções que a existência de terras férteis e virgens permitiam. Para eles - os "baianos" - es tá reservado o lugar nas relações de produção que permitiam ' rebaixar o valor de produção, quer seja através do rebaixamento da reprodução social da mão-de-obra familiar via culturas ' de subsistência, quer seja mantendo os preços médios da força de trabalho em patamares baixos, através do processo contínuo de migração de mão-de-obra barata, conforme as relações de ' produção tenham como base a mão-de-obra familiar (arrendatários, parceiros, formadores de café e formas combinadas) e/ou a mão-de-obra assalariada (diaristas, empreiteiros, mensalis-

tas) temporários e permanentes. Assim descreve o autor:

"Não se pode circular pelas frentes de colonização dos planaltos ocidentais sem encontrar ranchos de "leñadores" baianos. Eles são simultaneamente empregados nas plantações de algodão, fornecendo grande parte de mão-de-obra para colheita. São para o algodão, o que os italianos foram para o café cinquenta anos antes. Estes baianos não primam pela boa aparência e são sem dúvida nenhuma os proletários mais miseráveis da zona pioneira. Tem a pele amarelada, olheiras profundas e seus andrajos mal escondem sua subnutrição, mas nem a miséria, nem a doença reduzem a sua energia. Eles terminam por conseguir reunir a quantia suficiente para comprar um lote a crédito ou para assinar um contrato de parceria. Não há estatísticas que nos permitam seguir esta evolução... mas sua chegada em massa foi providencial para os proprietários, porque ela se deu no momento em que os migrantes estrangeiros começavam a escassear, ou buscavam as cidades mais do que o campo. Os baianos substituíram a mão-de-obra estrangeira como trabalhadores assalariados nas zonas pioneiras."

É aqui que se coloca "os baianos" que engrossaram o exército de pões formadores de café, meeiros, trabalhadores a jornal, porcentageiros, etc. das fronteiras agrícolas no Paraná, quando é de praxe saber, que governo e particulares no Nordeste, enchem os paus-de-araras de gente como

se fosse gado para soltar no "Sul", principalmente nas secas periódicas, eternizadas pela "indústria das secas" que tem na relação latifúndio-minifúndio as bases de sustentação política e social de dominação e de flagelo.

Assim, anos seguidos de secas 42,51, 53,58, para lembrar, desceram caminhões apinhados de gente sempre para onde houvesse frentes pioneiras e que sempre houvesse, porque a circularidade do processo de acumulação sempre está em movimento dialético. E os paus-de-arara continuando a empurrar as frentes pioneiras, por menos que sejam as proporções de braços com telação a outros "paus-de-araras" que começam a emergir de outras bandas, mas todos corridos pelas pressões das estruturas fundiárias, uns pelas "secas" do Nordeste e outras pelas "cheias" do Sul, mas ambas pela seca da barriga.

O movimento expansivo do capital da fronteira agrícola paulista, logo que chegou ao Norte do Paraná, tão logo a estrutura agrária paulista começasse a marginalizar homens e pequenos capitais impossibilitados de ali coexistir com a saga do latifúndio.

Pressionados por uma estrutura agrária que vai se tornando cada vez mais concentrada e exclusiva, homens e pequenos e médios capitais se dirigem para ocupar o Norte do Paraná. Os capitais mais vulneráveis eram representados pelos pequenos e médios proprietários que, vendendo seus pequenos lotes, se dirigem, atraídos pelas terras férteis do Para

nã, loteadas por Colonizadoras particulares. Também migrarão trabalhadores sem terra, não só de São Paulo. A corrente migratória do "Norte" de outras regiões com destino a São Paulo, agora tomam o rumo do Norte do Paraná. Esse movimento vai assumir proporções numéricas a partir já dos anos 30.

A agricultura de São Paulo baseada nas "plantations" de café, cana e pecuária e em contradição na cultura do algodão cultivada por pequenos produtores não favoreceu nas chamadas Zonas Novas ou pioneiras, a fixação de um campesinato na Terra, apesar da presença de companhias colonizadoras presentes nestas zonas, de certa forma, terem dado acesso a pequenos e médios produtores, pela venda muitas vezes parcelada, Estes logo foram pressionados pela concentração de terras e do capital. Por outro lado, os loteamentos dessas colonizadas representavam uma área insignificante, com relação à área ocupada pelos grandes fazendas. Um processo de ocupação mais "democrático" vai ocorrer no Norte do Paraná.

A ocupação do Norte do Paraná tinha sido muito lenta até 1930. Em 1931 instalou-se nas proximidades de Cornélio Procópio duas empresas japonesas: a BRASIL TOKUSHO KU KAISHA (BRATAR) e a NAMBEI TOCHIKUBUSHIRI, voltadas para a produção do algodão, face à conjuntura internacional favorável. Os colonos dessas companhias são japonesas, os quais deram origem as cidades de Uraí e Assaí. A estes colonos, as colonizadoras davam assistência médica, técnica e financeira.

Depois de 1ª Guerra alguns grupos econômicos partitam em busca de terras (principalmente ingleses) para desenvolver a produção de algodão, dado as necessidades da indústria têxtil britânica, quando o algodão das Colônias inglesas não atendiam a demanda dessa matéria-prima. Em 1924 foi criada a BRAZIL PLANTATION SYNDICATE LTDA. "A falência total dessa companhia na produção algodoeira determinou a mudança de seus planos em 1925. Criou um projeto imobiliário nas terras compradas e organizou a Companhia de Terras Norte do Paraná. Como - durante a 2ª Guerra - o governo brasileiro proibia a propriedade de Terras do País a grupos estrangeiros, a Companhia inglesa foi obrigada a vender seus direitos a um grupo capitalista de São Paulo⁽²⁷⁾.

Essa companhia começou a trabalhar em 1933 com 515.000 alqueires, não comparáveis ao grupo japonês BRATAC que trabalhava com 50.000 alqueires nas proximidades da confluência do Rio Tietê e do Paraná⁽²⁸⁾. Por volta de 1944, essa colonizadora tinha vendido 1.038.180 alqueires de terra para cultivo e 6.122 lotes urbanos. Se originaram a 62 núcleos urbanos fundado por essa própria companhia e 48 outros núcleos fundados por outros grupos de colonização⁽²⁹⁾.

(27) Ver PADIS, Pedro Calil. "A Fronteira Agrícola" In Economia Política, vol. 1, nº 1. Janeiro-Março. São Paulo Brasiliense, 1981. Ainda SOUZA, Itamar op.cit.p.59.

(28) Idem. 65

(29) Ver SOUZA, Itamar de. op.cit.pp. 59-60.

Segundo MONBEIG⁽³⁰⁾ "a colonização" era extremamente racional. Enquanto nos loteamentos da década de 20 deixava-se ao pequeno proprietário a tarefa de transformar os caminhos no meio da floresta em estradas, ingleses e japoneses agem pensando na produção articulada à exportação. Os ingleses ligados à rede ferroviária paulista e ao porto de Santos, lotearam, depois de construída a estrada, planejaram núcleos urbanos e construíram caminhos carroçáveis, aproveitando a "linha de cumeada" dos morros, entre lotes". A circulação entre o Norte do Paraná e o porto de Santos era rápida e segura. Já a empresa japonesa pode ser chamada, segundo o autor, de "colonizadora" antes de exportadora. As estradas "atravessam" os loteamentos, ligam-se a sedes onde estão instaladas serrarias e escolas, e têm a imigração organizada, entre 1925 e 1941, por companhias de colonização, transportadora, loteadoras, casas comerciais, bancos e exportadoras japonesas."

Predominantemente, a colonização do Norte do Paraná se fez com base na pequena propriedade. A área de propriedades menores de 160 ha, segundo GRAHAM⁽³¹⁾ evoluiu de 25% em 1940, para 46,3% sobre o total em 1960, enquanto que as propriedades de 500 a 1.000 ha passaram de 11% sobre o total em 1940 para 7.6% em 1960.

Segundo afirma ALBUQUERQUE⁽³²⁾, em 1935 se tem entre 40 e 50 mil pequenos produtores voltados para o algo

(30) Idem. p. 213

(31) GRAHAM, Douglas. cit. por COBUZA, Itamar de. op. cit. p. 60.

(32) ALBUQUERQUE, Rui H.F.L. op.cit.p.213-244

dão e que tomando-se os censos de 1940 e usando-se a nacionalidade dos proprietários que são também responsáveis pela exploração, pode-se ver que os emigrantes japoneses foram mais felizes. Estes, tendo chegado em ordem de 120.000, em apenas 10 anos (1930 e 1940), o censo indica que 11.365 deles são proprietários, perfazendo cerca de 24.000 famílias, das quais quase a metade conseguia terras no esquema de colonização das companhias japonesas, com propriedades médias de 29 hectares ou cerca de 12 alqueires. E certamente os "bairanos", por falta de esquemas financeiros análogos, não tiveram a mesma sorte. Dos 240.000 que já tinham ingressado na segunda metade dos anos 30; enquanto os paulistas, antigos colonizadores da Zona Nova, perfaziam 78.149 proprietários, com as propriedades em média de 63 hectares ou 28 alqueires, numa estrutura provavelmente estratificada em muitas pequenas e algumas médias e grandes propriedades, acompanhando a tendência da estrutura agrária paulista.

Numa estrutura agrária onde, segundo o censo de 1940, 78.149 proprietários são paulistas, 15.606 italianos e 11.365 são japoneses, representando 78% do total dos proprietários, afóra mineiros, os catarinenses ou gaúchos que para o Norte do Paraná se dirigiam, isto prova que a colonização do Norte do Paraná não foi tão democrática como se imagina.

"Os fazendeiros conservam as melhores terras para o café - as mais latas - e os sitiantes -pequenos pro-

prietários (ou mesmo parceiros) cultivam encostas inferiores, com algodão e produtos alimentares. A terra, que ainda não tinha sido desbravada, ao passar por uma série de mãos, valoriza-se antes de ser cultivada, e essa valorização pesará na economia do pioneiro, porque é ele que por último fará as despesas de uma série de felizes especulações. " (33)

Como deixa claro o citado autor, o destino dos "baianos" não vai ser bem diferente da situação paulista. A "democracia" da colonização do Norte do Paraná não exclui nem a existência de um "fundo de acumulação" promovido pelas culturas de subsistência e nem o exército de trabalhadores a jornal, parceiros, formadores de café e outras categorias dos sem terra.

Acredita-se que, num segundo momento, o "rush" migratório, composto de levas de homens sem terras ou em busca de melhores terras, vão tornando o acesso à terra cada vez mais difícil, uma espécie de "fechamento" da fronteira. Ocorre a valorização da terra pressionada pela especulação. Muitos ficam à margem vendendo sua força de trabalho nas colheitas e trabalhando sob contrato de parceria. Muitos se dirigem para o Sudoeste do Paraná, região que já vinha sofrendo um processo de ocupação por um forte contingente de migrantes do Rio Grande do Sul, passando pelo Oeste de San-

(33) MONBEIG, Pierre. op.cit. In: ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. op.cit. p. 213.

ta Catarina. Esta região será palco de fortes conflitos sociais, sendo o principal a chamada insurreição civil de 1957, embora que algumas lutas sociais no Norte do Paraná viesse logo a emergir, embora com menores expressões.

Essa região, antes ocupada extensivamente por madeireiras e pecuária, passou a ser a opção para milhares de pequenos e médios produtores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tangidos pela pressão demográfica sobre a estrutura fundiária e pela pauperização do campesinato, resultante da fragmentação da terra por herança familiar. A situação do Rio Grande do Sul tinha se agravado, de um lado a concentração fundiária e do outro pela crise da indústria, que como acontecera no Nordeste, tinha passado por uma quebradeira devido a concorrência da indústria paulista. Esta situação criou um "excedente" demográfico que, num primeiro momento, tem etapa migratória no Oeste de Santa Catarina e num segundo momento, para Sudoeste do Paraná.

Segundo SOUZA⁽³⁴⁾, o segundo movimento migratório para o Paraná, assumiu seu auge em 1952/1956, originário predominantemente, do Rio Grande do Sul e caracterizava-se pelas atividades de subsistência em pequenos lotes familiares.

PADIS⁽³⁵⁾ observa que, entre 1940 e 1960, o número de propriedades pequenas de dez hectaresm verdadeiros minifúndios, multiplicou-se 2,7 vezes, enquanto que no mes

(34) SOUZA, Itamar de. op. cit. p. 61.

(35) PADIS, Pedro Calil. op. cit. p. 68.

no período, o tamanho médio dessas propriedades reduziu-se de 5,6 para 5,2. Em 1950, o movimento foi mais intenso, as propriedades dessas dimensões passaram de 47.742 para 100.132, portanto com aumento superior a 100%, enquanto que seu tamanho médio reduziu-se de 5,58 para 5,25 ha.

Embora o fluxo responsável de ocupação do território tivesse origem no Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina (que constituiu uma primeira etapa deste fluxo) após 1950 assumiu proporções numéricas, ao ponto da população que em 1940, perfazia 199.076 habitantes passar para 297.891 em 1950 e nada menos de 691.806 habitantes em 1960. (36)

O engrossamento desse fluxo migratório segundo PADIS⁽³⁷⁾, deu origem a chegada de grupos de populações com maior quantidade de recursos financeiros provocando uma superposição da grande propriedade sobre a pequena. A expansão de grandes propriedades dedicadas a pecuária no Sudoeste ocorria também nessa época no Norte, expressando uma situação de forte pressão na estrutura fundiária do Paraná. Em 1940 no Sudoeste, o número de propriedades de 10.000 ga e mais que não ia além de 41, em 1960 ascendia a 48, ao mesmo tempo em que seu tamanho médio de 14,5 mil ha passou

(36) PADIS, Pedro Cali. op. cit. p. 68

(37) Idem. p. 71

para cerca de 19 mil ha.

Com a tendência ao fechamento da fronteira do Paraná, trabalhadores sem terra, pequenos e médios proprietários começam a migrar para o Mato Grosso e Goiás deslocando a fronteira agrícola, abrindo as portas do processo de ocupação da Amazônia pelo Norte de Goiás e Norte do Mato Grosso. Composto esses fluxos, estão os "baianos" já na segunda e terceira etapa migratória. Esses fluxos vão compor os contingentes da "Marcha para o Oeste" propagada e induzida pelas obras de infra-estrutura como a Belém-Brasília e a construção da Nova Capital, juntando-se as levadas que saíam do Nordeste.

3.2.3. Migrações Nordestinas e a Marcha para o Oeste. As "Portas Abertas" para Colonização da Amazônia

O empreendimento de ocupação do Oeste foi uma iniciativa do Estado, pelo menos em parte, através da propaganda ideológica e da criação da infra-estrutura. Todavia, apesar desse "dirigismo" do Estado, a expansão da fronteira agrícola do Centro-Sul já vinha atingindo o Sul de Goiás e o Sul do Mato Grosso. Isto significa, que já havia "uma marcha para o Oeste", da fronteira paulista, como houve uma marcha para o Sul, ocupando ou consolidando a fronteira do Paraná.

Segundo VELHO⁽¹⁾, a "marcha para o Oeste" como expressão utilizada pelas elites dirigentes para motivar a

(1) VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo, Autoritarismo e Camoesinato. São Paulo, Difel, p. 197.

expansão capitalista em áreas de pouca densidade populacional e de terras férteis, surgiu no Estado Novo e que em 1940, afirmava Vargas que: "após a reforma de 10 de novembro de 1937, tinha incluído essa Cruzada no Programa do Estado Novo, porque o verdadeiro sentido de brasilidade era o rumo para o Oeste."

Dai, que induzidos ou não, pela propaganda oficial, homens e capitais, pautados numa conjuntura econômica e política não muito fácil, mas conduzida pela iniciativa interna, se dirigem para o Oeste, notadamente para o Estado de Goiás, no qual se implantou o Distrito Federal e se construiu a nova Capital do País, além da construção planejada da Capital de Goiás, Goiânia. Uma rede de estradas começou a ser aberta e construída, destinada a ligar Brasília aos principais centros consumidores e produtores do País. Desta rede fez parte a Belém-Brasília, no sentido de integrar a nossa Capital à Amazônia, e ainda foi projetada e aberta a Brasília-Acre, cortando os Estados de Mato Grosso, Rondônia e passando pelo Acre e indo até a fronteira do Peru.

A substituição da imigração estrangeira pelas imigrações nacionais, a fixação em terras mais férteis dos excedentes populacionais do Nordeste e o descongestionamento dos grandes centros urbanos, onde se concentravam uma massa de desempregados, foram em síntese, as razões que levaram Vargas a incentivar a marcha para o Oeste. Além dis-

so, Vargas tensionava com esta mobilização, recuperar a posição anterior do Brasil no mercado internacional da borracha⁽²⁾.

A migração da marcha para o Oeste ocorreu em to dos os sentidos, rural-rural, rural-urbano, urbano-urbano, principalmente.

No sentido rural-rural, segundo GRAHAN⁽³⁾, a migração rural foi incentivada para expandir a produção agrícola, especialmente de arroz no Sul de Goiás. Sendo as técnicas utilizadas pelos migrantes um pouco acima, apenas, dos níveis de subsistência, não tendo condições de atender a demanda crescente de um mercado recém-criado, o fornecimento de alimentos para Brasília e periferias, continuou a ser atendido pelos produtores de fora. Todavia, o que caracterizou, segundo SOUZA⁽⁴⁾, as migrações rurais-rurais para Goiás, ao contrário do Paraná, foi a formação de grandes latifúndios, dedicados à criação de gado.

Aqui, o latifúndio precede a frente camponesa. Antes das tentativas de colonização da Belém-Brasília com as populações camponesas das zonas de conflitos, como o Nordeste, a fronteira paulista já tinha alcançado Sul de Goiás nas imediações de Minas e Mato Grosso do Sul; caracterizada pela pecuarização. Até mais ou menos os meados de 60, a maior concentração da população migrante destinada ao meio rural, se dava na porção Sul do Estado, que era área

(2) Idem. pp. 148-149.

(3) GRAHAN, Douglas H. "Algumas Considerações para a Política Migratória no meio Brasileiro". IN: Migrações Internas no Brasil, editado por Manoel Augusto Costa... Rio

de influência da fronteira paulista, e mais servida, por - tanto, pela rede de estradas.

As migrações urbanas-urbanas vão ser caracteri- zadas pelas migrações de funcionários do Estado, pelas em- presas construtoras de Brasília e de Goiânia, por comerci- antes e por operários e trabalhadores braçais de várias ca- tegorias dos meios urbanos, principalmente do Nordeste. Mas os contingentes migratários mais importantes vão ser forma- dos de nordestinos, recrutados e transformados em força de trabalho da construção civil, na construção de Brasília . Delas se originaram, as cidades-satélites, muitas surgidas mais pelo desfavelamento do Plano Piloto, conduzido pela CEI (Companhia de Erradicação de Imigrantes), do que por apropriação espontânea do solo urbano, e pelo planejamento do espaço pelo Estado. Favelas são invadidas, casas derru- badas, e a população jogada em caminhões e soltadas nos cerrados a uma distância o suficiente para não enfeiar o plano arquitetônico, destinado a acomodar as elites buro - cráticas do Estado e dirigentes da Sociedade⁽⁵⁾.

Segundo SMITH⁽⁶⁾ apesar dos movimentos migratú- rios terem atingido seu auge, na década de 60, a partir de 1945, chegava anualmente ao centro de Goiás cerca de 50 mil

(5) Ver MEYER, Regina M. Prosperi. "Segregação Espacial" . In: A Luta pelo Espaço, Textos de Sociologia Urbana ; organizado por Eva Alterman Blay. Petrópolis, Vozes , 1978. p. 161-166.

(6) SMITH, T. Lynn. Brasil, Povo e Instituição. Rio de Ja- neiro. USAID, 1967.p. 188. citado por SOUZA, Itamar . op.cit.p. 72.

migrantes, principalmente da classe operária rural e elementos da classe média rural, procedentes do Norte de Minas, da Bahia e dos Estados do Nordeste, ou seja, todos do Nordeste já que a Bahia e Norte de Minas se confere em Região da SUDENE, da "indústria das secas", ou do Polígono das Secas, com as mesmas estruturas de dominação, expressão no espaço agrário, do binômio latifúndio-minifúndio, cristalizando o flagelo das secas.

Todavia, naquela região onde o capital comercial comanda o processo de acumulação, predominando as relações de produção pré-capitalistas e as formas arcaicas de dominação, o campesinato ainda não está totalmente expropriado dos meios de produção, e nas zonas rurais, o artesanato ainda não foi totalmente separado da agricultura. É comum portanto encontrar camponeses que são também "artistas" domésticos e sazonais, como carpinteiros, pedreiros, marceneiros, tecelões, ferreiros e outras atividades artesanais. Essas atividades são comuns no campo, e muitas vezes estes migram para as cidades dentro e fora da região, principalmente no período de entre-safra, para alugar a força de trabalho e complementar a renda familiar. Essas atividades também são comuns nas cidades, pois o processo de industrialização da região não foi suficiente para expropriar a grande parcela de artesãos. Ademais a indústria da região sofreu a concorrência da industrialização do Centro-Sul, havendo uma quebradeira dos meados dos anos quarenta aos anos cinquenta, com posterior estancamento do setor.

Acredita-se que o grosso da massa, de nordestinos recrutados para a construção de Brasília, tenha sido das zonas rurais, dada as condições das estruturas agrárias vigentes, não só do sertão do agreste, bem como das zonas canavieiras, dada a expansão da cana, ganhando-se os mercados norte-americanos de açúcar com a revolução cubana. A expansão da cana, proletarizando uma massa apreciável de rancheiros e pequenos proprietários e ocupando as áreas de subsistência dos moradores de condição e outras categorias, vai jogar uma parte desse campesinato na força de trabalho na construção de Brasília, engrossando os contingentes de "candangos".

Mas, na ideologia nacional populista, estava a mística de ocupação da Belém-Brasília pelas culturas de subsistência. Ademais, a crise de alimentos foi um constante nos grandes centros urbanos nos anos 40 e 50, seguido de uma crise que atingira todo o país no início dos anos 60.

Isto significa que, apesar da frente latifundiária ocupando as fronteiras abertas pela Belém-Brasília, houve a ocupação de algumas áreas pelo campesinato sem terras, se dedicando a cultura de arroz e outras culturas de subsistência. Estes premidos pelos latifúndios pecuaristas, se adentravam nas matas e rumavam para a extremidade norte da estrada abrindo a fronteira para os pecuaristas em seus incalços. Neste processo de ocupação do espaço agrário da Belém-Brasília, se conformam uma estrutura agrária concentra

e exclusivista, que ao longo dos anos 50 e 60, será reproduzido no Pará, à medida que a pecuária extensiva e a especulação imobiliária ia ocupando as margens de rodovias em direção ao Norte.

Essa frente de latifúndios e comerciantes de terras e de bois, grileiros e jagunços, vai ao encontro de outra frente do mesmo tipo, vinda do próprio Pará, e originária da burguesia extrativista da borracha, que já possuía grandes áreas em seu poder. Por outro lado, sobre a frente camponesa, afirma WILLEMS⁽⁷⁾:

"A maioria dos migrantes que entrou em Goiás na década de cinquenta e sessenta, era constituída de camponeses sem terras, expulsos do Leste e do Nordeste pelas secas, miséria rural e excesso de população. Foi mínimo o estoque de capital físico e humano que lhe acompanhou o êxodo."

As estruturas fundiárias vão se tornando concentradas e exclusivistas como tinha já acontecido nas áreas de expulsão. Na correlação de forças, entre camponeses e latifundiários, entre grupos dominados e dominantes, vai se conformando o espaço agrário das fronteiras agrícolas, às margens da Belém-Brasília. A conformação desse espaço'

(7) WILLEMS, Emílio. "The Rise of a Rural Middle Class In Frontier Society". In: Brasil in the Sistiens. Editado por R.R. Roett, Vanderbilt Univert Press. (em edição) e Pedro Calil Padis, Formação de uma Economia Periférica. O caso do Paraná. Tese de Doutorado. FFCL de São Paulo. PUCSP, São Paulo, 1970. citado por GRAHAN, Douglas H. op. cit.p. 25.

uma posição desigual, manifesta em lutas desiguais, por mais surdas que sejam. A formação do complexo latifúndio-minifúndio expressa a subordinação do campesinato ao capital, e que vai posteriormente ser manifestada no âmago das contradições que ali tem lugar: lutas abertas do campesinato nas quais se destacam diversas formas de resistência à expropriação. Muitos expropriados irão para as cidades, outros ficam ali resistindo a toda sorte de violência e perseguições, outros se assalariam como "escravos brancos" nas fazendas, e muitos se vêem com sua força de trabalho expropriada pelos donos da terra e do capital. via uma rede de comerciantes de força de trabalho, "os gatos", que posteriormente ali se instalam, como também se instalaram em São Paulo. Nasce destas estruturas fundiárias os boias-frias da Amazônia.

A ocupação da Belém-Brasília pode ser considerada predominantemente de espontânea. Todavia, segundo MARTINE (8) as experiências de colonização nos trechos da estrada são bastante variáveis, alternando-se alguns casos bem sucedidos com outros, nos quais a miséria, o fracasso e a migração repetida predomina.

Segundo o autor, um caso bastante conhecido de colonização bem sucedida ocorreu na granja pioneira de Tom-Açu, no Estado do Pará. Distanto 120 Km de Paragominas na Belém - Brasília, essa região foi colonizada por imigrantes japoneses que começaram a chegar ali em 1929. Nesta colônia foi

(8) MARTINE, George.op.cit.p.13.

introduzida a pimenta-do-reino em 1935, o que proporcionou a sua sobrevivência e bom êxito. Em 1965, cerca de 300 famílias distribuídas em lotes, ali sobreviviam ocupando a mão-de-obra familiar na produção, e força de trabalho assalariada sazonalmente nos períodos de colheita. A produção nos anos subsequentes chegou a ocupar 90% da produção nacional de pimenta, e colocando o país como o quinto produtor mundial deste produto.

Entretanto, salienta o autor, que, esta experiência bem sucedida não pode ser atribuída à intervenção do Estado, mas do sucesso das experiências realizadas para desenvolver uma tecnologia adequada ao cultivo de pimenta na Amazônia.

Como na frente latifundiária, a frente camponesa, terá origens diferentes, porém a mesma direção: o campesinato vindo pelo Sul provinha predominantemente do Leste (Espírito Santo e Minas Gerais) e do Sul da Bahia, enquanto pelo Norte, penetrava o campesinato de Estados do Nordeste re-migrando da fronteira agrícola do Maranhão, na chamada 'Pré-Amazônia Maranhense e atingindo a zona de confluência com a Estrada, polarizada por Imperatriz, no Araguaia.

Ambas as sub-frentes serviam para derrubar a mata, plantando arroz e outros produtos do fundo de subsistência camponesa, durante 1 ou 2 anos, e atrás vinha os fazendeiros, os grileiros e suas turmas de capangas, espancando camponeses, queimando casas, soltando gado nas lavou-

ras, expulsando a ferro e a fogo o campesinato para plantarem capim e criar boi, ou especular as terras, as quais apresentavam já uma renda, incorporada pela mão-de-obra camponesa, com o desmatamento que o seu fundo de subsistência permitia, valorizando a terra.

Assim, o campesinato vindo pelo Norte e vindo pelo Sul se encontrava na luta pelo espaço, nas áreas de abrangência da Estrada onde conflui o Estado do Pará com o Norte de Goiás e o Maranhão. Já no início dos anos 60, essa região será palco de grandes conflitos sociais entre posseiros, índios e grileiros, quando o campesinato ensaia as suas primeiras lutas mais organizadas e a construção de suas associações de classe.

Some-se a este campesinato, o campesinato marginal, que ali já existia, originário das atividades extrativistas decadentes, ocupado em lavouras de subsistência, muitas vezes itinerantes, na pesca, na caça e no estrativismo de alguns produtos, com o qual supria e complementava a sua subsistência, que também se via com suas posses e suas formas de sobrevivência desarticuladas pelo vento devastador da especulação da terra e da expansão do latifúndio.

Acredita-se que a frente camponesa, principalmente proveniente do Nordeste, existiria sem a intervenção e a propaganda do Estado, sem a intervenção da SUDENE e seu braço direito na área, a COLONE (Companhia de Colonização

do Nordeste) sediada em São Luis.⁽⁹⁾ Entretanto, é provável, que a propaganda da SUDENE, engrossou essas contingentes de trabalhadores em busca de terra, bem como atraiu as oligarquias rurais do Nordeste e de outras regiões, em busca dos incentivos fiscais da SUDENE, e posteriormente da SUDAM, tornando a estrutura fundiária do Maranhão, e por extensão também do Pará, insustentável para a fixação dos trabalhadores sem terras, pequenas posses e mesmo nos lotes do projeto de colonização.

A concentração fundiária, nas áreas de convergência do trecho da Rodovia no Maranhão, e demais Estados, conduzida pela burguesia agrária das regiões periféricas e do Centro-Sul do país, impossibilitará que a grande maioria dos colonos se fixassem à terra. Poucos deles conseguiram permanecer em suas posses.

Segundo SERFHAU⁽¹⁰⁾, a densidade populacional da área foi estimada em torno de 2 habitantes por Km² no final

(9) A Colonização dirigida, assentou camponeses, principalmente no Núcleo Colonial de Bernardo Caião, Núcleo Colonial Gumé, Núcleo Colonial da Barra da Corda (INCRA) e Projeto de Colonização do Alto Turi (SUDENE). Ver MARTINE, George. op.cit.p. 55. COLONE. Plano Plurianual de Trabalho, 1977/1979, Companhia de Colonização do Nordeste, S.Luis, 1976.

(10) SERFHAU. Planejamento Urbano e Local e o Desenvolvimento das Faixas Pioneiras. MINTER/SERFHAU, Brasília, 1972. p. 47. In. MARTINE, George. op.cit.p.17.

da década de 60 e a ocupação se realizou em espaços muito reduzidos, já que apenas 4% da área às margens da rodovia foi utilizada; apenas um trecho situado dentro do Maranhão e no trecho próximo à Brasília - que já era povoado antes da Rodovia - é que se encontra um aproveitamento mais intenso da terra disponível.

Todavia, os estudos realizados, ARAGON⁽¹¹⁾ conclui que a espontaneidade dos fluxos migratórios, trazendo camponeses expulsos de outras áreas, assim como a aparente disponibilidade de terras virgens⁽¹²⁾, o resultado tem sido a re-migração sucessiva dos posseiros à medida em que a terra e os recursos do lote anterior se esgotam e a terra passa a ser ocupada por latifundiários.

Existiu paralela a essa marcha para o Oeste, outra "marcha para o Oeste", uma frente migratória dos trabalhadores sem terras, provenientes predominantemente do Centro-Sul e Sul em direção ao Mato Grosso, sendo varrida, como na outra, pelos latifúndios pecuaristas e grandes criadores paulistas/paranaenses, e gaúchos principalmente. Ocupa-se nesse momento a região do atual Estado do Mato Grosso do Sul, sediada por Campo Grande. Esta frente posteriormente, avançará para o Norte atingindo a Amazônia,

(11) ARAGON, Luis E. "El Proceso de Migración a Goiás Amazônico: Adaptación e Sobrevivência. Pesquisa. Relatório, NAEA, UFPA, 1977, mimeo.

(12) Grifos nossos.

pelo atual Estado de Rondônia.

Esta será uma outra "porta de entradas e bandeiras" sociais, políticas e econômicas para a Amazônia, de homens e capitais na conquista de um espaço, para ali se reproduzirem. A grande maioria do afluxo migratório é composta de camponeses sem terras, muitos com mais de 3 etapas migratórias, que vão abrindo a mata à frente de expansão, e abrindo o caminho para a entrada do capital, expresso nos criadores de gado, nos especuladores de terras, nos médios e grandes comerciantes (Capital Comercial), os quais de muito longe já vem se apropriando de suas terras e seu sobretabalho.

A dimensão destes movimentos pode ser medida nos anos 50 pelo incremento da população rural economicamente ativa nos Estados com áreas de fronteiras em expansão: de 300 mil a 500 em Goiás, de 400 mil a um milhão no Maranhão, quando o Paraná já passava de uns 500 mil para 1.300, exportando as principais e primeiras levas para o Oeste do próprio Estado e para "marcha do Oeste". Em Mato Grosso a população ascendeu de 520 mil em 1950, para 1.625 mil em 1970, sendo que Campo Grande, na região de fronteira, contou com perto de 40% do aumento total. Enquanto isso uns 130 mil nordestinos só na década de 60 tinha se dirigido para o Sul do Estado do Pará. (13)

(13) RIBEIRO, 1970, COELHO, 1971, MAGNO CARVALHO, 1976. In: FOWERAKER, Joe. op.cit.p.101.

Esses movimentos constituíam as primeiras investidas de ocupação dos chamados vazios demográficos, outras investidas posteriormente virão. Na verdade é a expansão capitalista que investe, cuja circularidade inerente ao processo de acumulação conformará dois momentos diferenciados de ocupação naqueles anos e anos recentes. Um momento que assume o pique na década de 50 e até meados de 60; e outro movimento que assume o pique na década de 70 e nos anos recentes. E que, como no início do "milagre brasileiro", os capitais se reorientaram para a industrialização comandada pelo Centro-Sul, e por extensão para as periferias, especificamente para o Nordeste.

As migrações também se reorganizaram. No Nordeste elas vão ser predominantemente intra-regionais. Todavia, emigrações desta região continuam de forma mais lenta, isto ocorrerá também em outras regiões, como a Amazônia, pelo menos dos meados dos anos 60 até 1970, quando o "Sul" ao invés do Nordeste será redominantemente o exportador de contingentes humanos para a Amazônia, como será discutido posteriormente.

Sintetizando-se, os movimentos migratórios deste período estudado podem ser considerados espontâneos⁽¹⁴⁾, sob o ponto de vista, que o Estado não teve ou teve muito

(14) Ver FERREKER, Joe. op.cit.p.102.

pouca iniciativa política no sentido de se arcar com os custos da migração e com a infra-estrutura necessária à fixação dos camponeses à terra. A intervenção do Estado entrou de certa forma, entretanto, pela criação de infra-estrutura, sobretudo estradas (muitas vezes apenas traçadas e abertas), reduzindo de certa forma os custos das migrações, auto-custeadas pelos próprios migrantes, à medida que incrementava a ocupação das fronteiras e a sua integração ao mercado interno, que é também integração e expansão de um mercado de mão-de-obra para o Capital.

O Estado também se faz presente, através da propaganda ideológica e política, como a da "marcha para o oeste", assentada na ideologia nacional-populista das elites dirigentes e da propaganda da SUDENE no Nordeste, assentada de certa forma nas soluções reformistas vigentes, para solucionar os problemas sócio-econômicos e políticos desta região.

3.3. Nordeste, Migrações e Formação do Exército da Batalha da Borracha

No bojo do afã nacional-populista do Estado Novo estava a necessidade de recuperar a economia da borracha. Várias tentativas foram feitas. Como para o café, surgiu o Plano de Defesa da Borracha em 1912, tendo a frente a burguesia agrária seringalista do Amazônia, com'

sua representação dentro das elites dirigentes do país . Este plano, que durou pouco, mais de um ano, foi seguido de outras tentativas sem resultados expressivos até o período do Estado Novo.

A retórica nacional-populista enaltecendo os esforços do governo para recuperar a economia da Amazônia, não teria efeito se não fosse a declaração de guerra entre os Estados Unidos e Japão em 1941, isolando a produção de borracha asiática.

Com a entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, foi recuperada por pouco tempo a economia da borracha. Terminado o conflito internacional em 1945, a produção asiática volta aos mercados mundiais, desbancando a produção nacional.

Pelos "Acordos de Washington" de 1942, o Brasil ao lado dos aliados concorda em entrar na guerra, fornecendo contingentes militares, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e permite que os Estados Unidos construíssem bases militares em seu território nos diversos pontos estratégicos como Norte e Nordeste. Além disso, concordou em fornecer às forças aliadas, matérias-primas estratégicas, como minérios e borracha. A partir daí, se planeja uma série de mecanismos financeiros, institucionais, acordos e até um serviço de recrutamento, seleção e encaminhamento de migrantes, expressando os esforços para aumentar a produção.

Quanto aos mecanismos e instituições financeiras , no plano internacional, o Banco de Importação e Exportação "ofereceu" ao Brasil US\$ 100 milhões destinados a facilitar a mobilização geral dos recursos econômicos de que necessitava. Depois, o País em acordo com a Rubber Reserve Company, transformada depois em Rubber Development Corporation - RGD em julho de 1942, criou-se um fundo de US\$ 5 milhões, destinados a auxiliar o governo brasileiro no aumento da produção. Segundo SOUZA⁽¹⁾, o acordo firmado entre o governo do país e a Companhia norte americana, caracterizou muito bem a participação do Brasil na estratégia econômica de guerra.

Para implementar os acordos estratégicos, criou-se rapidamente uma estrutura administrativa e financeira a nível nacional com o objetivo de facilitar o crédito , compra de embarcações, recrutamento de mão-de-obra e criação de infra-estrutura e assistência de saúde. Tudo isso seria encabeçado pelo Banco de Crédito da Borracha.

Esse banco foi criado em 1942, sob a forma de sociedade anônima, com um capital social de 50 mil contos de reis, sendo 55% do Tesouro Nacional, 40% da Rubber Reserve Company e os 5% ficaram para a subscrição pública.⁽²⁾

(1) SOUZA, Itamar. op.cit.p. 56.

(2) Cf. Decreto Lei nº 4.451 de 9 de julho de 1942. In : SOUZA, Itamar de. Idem.

O Banco recebeu a incumbência de criação de colônias agrícolas (produção alimentar), instalações de transporte, cooperativas e crédito rural e o monopólio de compra e venda da borracha.

Para assegurar o fornecimento demandado pelo exterior, o governo brasileiro teria que criar uma infra-estrutura administrativa e financeira para recrutamento de mão-de-obra. O transporte seria feito pelo LOYD BRASILEIRO. Novamente as necessidades de mão-de-obra da borracha seria atendidas por migrantes nordestinos e por coincidência ocorre um período de secas, a de 1942.

A fim de proceder o deslocamento ordenado dos "soldados da borracha", ficou encarregado o Conselho Nacional de Imigração e Colonização - INIC. Para executar essa tarefa, o governo abriu-lhe um crédito especial de 7.736.190\$00 e a doação de 4.000 passagens em favor dos nordestinos⁽³⁾. As 4.000 passagens parecem muito irrisórias para transportar cerca de 50.000 nordestinos, como se dimensionou, certamente com base na mão-de-obra que foi necessária para a produção de borracha durante o "rush" que ocorrera nos fins do século XIX e início do século XX.

Todavia, essa quantidade em contradição com as metas de recrutamento e transporte de mão-de-obra que

(3) Revista de Migração e Colonização, Rio de Janeiro, 3(2): 79, agosto, 1942, in: SOUZA.

se pretendia alcançar, parece mais como um dos mecanismos de uma estratégia; de início provocar a reorientação de um forte movimento migratório que se dirigia ao Centro - Sul, conduzidos pelos "paus-de-arara" e enchendo os próprios porões do Loyd Brasileiro em direção aos portos do "Sul", para depois sustentar o fluxo de "soldados da borracha" via propaganda das riquezas amazônicas enaltecidas e os benefícios e assistência dos órgãos do governo naquela região. A propaganda, segundo depoimentos de alguns "soldados da borracha", era certamente feita nas igrejas, durante os sermões dos padres e, em outros locais de concentração popular e meios de comunicação de massa vivas.

A ideologia nacional-populista de massas aqui se reveste de uma espécie de ideologia da "Batalha da Borracha", para a salvação nacional, coincidente com a mesma da gloriosa bravura e civilidade, característica ímpar da brasilidade do povo brasileiro, no recrutamento dos praças para compor a FEB durante a guerra, que coincidiu com a "Batalha da Borracha" da Amazônia.

Como braço do INIC, foi criado para as duas regiões de origem e destino dos "soldados da borracha" (1942), o Serviço Nacional de Mobilização de Trabalhadores - SENTA - com finalidade de reunir até 50.000 trabalhadores em Belém. Entre 1942-1945, segundo ANDRADE⁽⁴⁾ es-

(4) ANDRADE, A. de. Contribuição à História Administrativa do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, Editora, 1950, vol. II, p. 48.

sa organização e sua sucessora, a Comissão administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia- CAETA- de fato transportou mais de 32.000 trabalhadores e seus dependentes, num total de mais de 48 mil pessoas.

Ao contrário do que acontecera há 3 décadas passadas, segundo SOUZA⁽⁵⁾, o INIC apresentou um plano ao governo central para garantir melhores condições de vida e trabalho aos seringueiros e por este aprovado. Neste plano, se prometia a dar toda a assistência médica, farmacêutica, jurídica, além da formalização de um modelo de contrato de trabalho, através do qual o migrante seria um arrendatário e se libertaria dos vínculos semi-patrimonialistas, que fizera do migrante nordestino um escravo a serviço dos seringalistas. Segundo o autor, foram criadas hospedarias para os migrantes em Natal, João Pessoa, Fortaleza, Belém, Porto Velho e Boca do Acre. Todavia, ao contrário do que foi planejado, a migração se realizou mais desordenada do que as anteriores. Enquanto as outras foram espontâneas, esta contava com bastante recursos do governo central para ser executada.

Na verdade, iludidos pela propaganda quanto às reais condições de vida na Amazônia e às condições inóspitas do meio e dos rigores da extração da borracha, muitos migrantes abandonaram os seringais e se recusaram de trabalhar, procurando todos os outros meios de trabalho na

(5) SOUZA, Itamar de. op.cit.p.32

região ou meios para retornar ao Nordeste.

Não se sabe quantos migraram, como não se sabe quantos "soldados da borracha" pareceram, em razão das adversidades do meio e das condições precárias, sobressaindo os dizimados pela malária e febre amarela. Todavia o Governo Central cria o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para tratar dos problemas de saúde e, especialmente, para combater a malária.

Foi criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), voltada, segundo os planos, para o abastecimento de alimentos e ainda fomentar as condições necessárias para o cultivo de agricultura de subsistência. Por sua vez, a infra-estrutura de transporte a nível regional, para implementar os transportes de migrantes e a própria SAVA, seria feito através de contrato firmado com o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP).

Quanto aos transportes dos migrantes, segundo TEIXEIRA DE MELLO⁽⁶⁾, estes eram amontoados na imunda terceira classe de uma gaiola em promiscuidade com o gado de corte para a viagem. As caldeiras, com o calor escaldante tornavam o ambiente mais insuportável ainda, sufocando homens, mulheres e crianças, abrigados por toldos insuficientes.

(6) TEIXEIRA DE MELLO, Alcino de. Nordestinos na Amazônia. Rio de Janeiro, INIC, 1956, pp. 105-106. In: SOUZA, op. cit. p. 58.

Como se explica o fracasso dessa imigração "planejada" ? Segundo o mesmo autor, o Banco de Crédito da borracha abriu os cofres, numa prodigalidade sem par, ao financiamento de seringalistas... financiamentos estes que, misteriosa e inexplicavelmente evaporavam no aviamento a seringueiros que jamais chegavam a ser aviados.

A propalada assistência de saúde e o próprio combate à malária também não foi muito longe, ao invés de ser feita junto aos locais de trabalho, os serviços de saúde concentravam-se nas capitais da Amazônia. Iniciou-se serviços de drenagem de Manaus, Belém e Porto Velho e em outras cidades, nas quais sediavam e se concentravam' parcelas importantes das elites dirigentes regionais. Ademais, segundo TEIXEIRA DE MELLO⁽⁷⁾, a distância e as'd dificuldades em abandonar o serviço, tornavam a propalada assistência, nas capitais, inadequadas, fazendo com ' que 80% dos doentes fossem irrecuperáveis, dado o estado avançado da doença e o pouco tempo que dispunham para fi car internado nas hospedarias.

A SAVA fracassou, segundo os planos do INIC. Ao invés de montar os armazéns nos locais de produção, ela será a fornecedora a preços módicos dos armazéns da burguesia seringalistas e seus barracões nos seringais, os quais por sua vez repassavam a preços exorbitantes , os

(7) Idem, p. 58

mantimentos necessários à subsistência dos seringueiros . Segundo o supra citado autor, até mesmo a ATEBRINA para combater a malária lhes eram vendidos pelos seringalistas a cr\$ 3.000 cada comprimido.

Neste contexto, as reformas do INIC e o próprio monopólio estatal da produção e venda da borracha, representando certas reformas ideais para nelhorar as condições de vida e de trabalho dos seringueiros eram contraditórios. Os seringueiros já não eram mais seringueiros, mas uma espécie de pequenos arrendatários dos seringais que nunca saiu do domínio da burguesia seringalista.

Ademais, insinuando o engendramento de novas relações sociais de produção e portanto de novos agentes sociais de produção, no qual aparece a figura do Estado, intervindo diretamente na produção e na comercialização, esse próprio Estado ia de encontro às velhas estruturas agrárias e seus respectivos agentes sociais de dominação e de sujeição que nunca deixaram de existir na região . De uma burguesia agrária e comercial perdulária, que como agente de dominação do capital comercial, predominante na região, lutavam com o poder que conquistará historicamente, por todos os meios, resistir a decadência da borracha e o consequente estancamento da economia regional sob seu domínio, representados pelos constantes planos em defesa da economia, e mais especificamente, de recuperação da economia da borracha.

Mesmo levando em conta que os planos do INIC representavam soluções ideais para criar as condições de reposição "natural" de mão-de-obra num momento em que a circularidade do processo de acumulação orientava as migrações internas para a industrialização que se processava no Centro-Sul, tendenciando a médio prazo a impossibilidade de repor a mão-de-obra, via migrações, dado a forma predatória de como é consumida nas velhas relações de produção caracterizadas pelo sistema de aviamento; feriam o coração da contradição entre as classes sociais oriundas do extrativismo, ou seja, das contradições das relações sociais de produção sob o comando do capital comercial predominante na região e que nunca deixou de existir.

Mesmo numa situação econômica e social em estancamento, como uma forma de defesa-anti-cíclicas, os seringueis nunca deixaram de existir bem como outras economias secundárias daí decorrentes, persistiam como a da castanha, da mineração etc, sob o domínio da burguesia agrária e comercial, bem como, especificamente, o sistema de aviamento que nunca deixou de existir na Amazônia, perdurava nas relações de dominação e sujeição entre seringalistas e seringueiros, patrões e garimpeiros, comerciantes patrões e castanheiros, patrões e vaqueiros, comerciantes e barraqueiros, entre outras categorias.

Evidentemente que o sistema de barrações persistiu, somado à outra formação de intermediários dos produtos e

dos próprios excedentes do "camposinato marginal", o qual permitia, ora cultivando as culturas de subsistência como o arroz, feijão, mandioca e milho por mais itinerantes que fossem, ora colhendo látex, babaçu, castanha, ou garimpando, caçando e pescando, permitia, desta forma, o baixo valor de reprodução de sua mão-de-obra e o próprio baixo valor de reprodução social econômica regional como um todo na época da crise.

A burguesia agrária, tomando a expressão de Chico de Oliveira, semi-capturou o Estado representando no Banco de Crédito da Borracha e nos diversos órgãos criados para intervenção na economia da borracha, para manutenção de seu status quo. Este Estado semi-capturado ou Estado semi-oligárquico (aparentemente em contradição com o Estado da Burguesia Industrial e seus planos para a Amazônia representando no padrão "planejado" do Banco de Crédito da Borracha, incluindo o INIC e de outros "braços" criados para intervir na economia da borracha) redefinia, na verdade, a manutenção do status quo de um segmento da burguesia nacional, da reprodução da estrutura econômica e social da região e a própria divisão regional do trabalho no país como um todo.

Entretanto, não sendo total a capturação, devido os níveis de parcela do poder que a burguesia agrário-extrativista detinha nas correlações de força no interior do conjunto da burguesia nacional (cujos inte-

resses eram expressões nas cantilenas da Ditadura do Estado Novo), persiste uma linha divisória entre esse Estado semi-oligárquico e o Estado Industrial emergente. Na verdade, os interesses não estavam voltados para realização do valor da economia extrativista no mercado externo; não era para ambas, a defesa da iniciativa interna ante os capitais imperialistas. Para uma, era a cantilena de aumentar as exportações para contrabalançar a balança comercial com o exterior, na qual pesava importações de bens de produção para a industrialização que se processava sob o predomínio da iniciativa interna, numa conjuntura econômica e política difícil, e para outra, era o monopólio governamental da compra e venda de borracha natural, que persistirá após o fim da guerra, indo até 1966, com fortes disputas políticas encabeçadas pelas elites dominantes da Amazônia, que queriam esse monopólio, estabelecendo-se a livre concorrência e assim aquirir melhores lucros numa conjuntura internacional que acreditavam favorável, impossibilitadas pelo intermédio do Banco de Crédito da Borracha, entre elas e o mercado mundial, nas quais os acordos eram acordos de preços fixos ditados pela Rubber Reserve Company.

Retomando-se as questões, acredita-se não ser necessário se colocar as forças de sujeição e submissão, fundadas no trabalho compulsório e semi compulsório do sistema de aviação e suas formas extra-econômicas peculiares de implantação e uso da força para abafar as re

voltas isoladas, a perseguição e pura matança de fugitivos, impingir o medo e muitas vezes a tolerância e a resignação ao cativoiro.

Necessário se faz colocar, entretanto, que se de certa forma o Estado impõe esses mecanismos extra-econômicos, tendo em vista a fixação de mão-de-obra no cativoiro dos seringais, quando enganados pela propaganda exaltando o espírito de brasilidade, as riquezas da Amazônia e as alternativas ali vigentes de sobrevivência e prosperidade entre outras vantagens, os migrantes vão se deparar com as condições inóspitas de maus tratos e sub-humanas que vão desde a viagem, precisamente nos porões do SNAAP até os seringais.

De início, chegados aos seringais, muitos se recusam a trabalhar ou abandonam o serviço depois de alguns dias. Para os que ficavam aumentava a cada dia as dívidas nos barracões e o perigo de vida que corriam à medida que embrenhavam-se nas matas, ante a possibilidade de morrerem de febre amarela e de malária em plena indigência que já teria sido a sorte de muitos.

As fugas persistiam, segundo SOUZA⁽⁸⁾, quando os migrantes tomavam consciência de que jamais conseguiriam libertar-se de suas dívidas com os seringalistas e do próprio perigo de vida com toda a família e fugiam para os núcleos urbanos do interior amazonense. Nestas localidades, se submetiam às maiores privações a fim de acumular o di -

(8) SOUZA, Itamar, op.cit.p.56.

nheiro suficiente para pagar a passagem até Manaus ou Belém. Nesta fuga, morriam a maioria de seus companheiros vitimados pelas doenças tropicais. Pelo fato do governo não conceder passagem aos foragidos, muitos resolviam voltar ao Nordeste à pé sofrendo as maiores privações durante uma longa caminhada de Belém ao Ceará. Outros foragidos permaneciam na periferia de Manaus e Belém, constituindo favelas e tentando arranjar dinheiro para voltar. Outros, conseguiam, com a permissão (ou clandestinamente) dos comandantes dos navios, regresar para o Nordeste, prestando serviços domésticos nos vapores do Loyd Brasileiro.

Muitos, no entanto, vivos ou mortos, nunca mais voltaram. Com a queda da borracha, muitos-como uma espécie de defesa - apinharam com suas favelas as cidades da região principalmente naquelas que lhes permitiam angariar a vida em atividades urbanas; outros se tornaram barranqueiros , engrossando o campesinato marginal.

No capítulo seguinte, como continuidade da etapa anterior (que se preocupou em mostrar a questão das migrações sob bases de transição do capitalismo de Livre Concorrência para o Imperialismo e a importância que a Amazônia assume nesse processo), verificar-se-á as formas e condições de Reprodução Social dessa população específica, nas fronteiras agrícolas da Amazônia, na chamada fase de industrialização "pesada". Nesta fase, sob a égide do capi

tal monopolista, onde a mudança do padrão de acumulação do capital determinará novas bases de acumulação e reprodução do capital, em particular na Agricultura e os novos rumos que assumirão as migrações neste contexto.

CAPÍTULO IV

MIGRAÇÕES E COLONIZAÇÃO RECENTE NA AMAZÔNIA

4.1. Considerações Iniciais

No capítulo anterior estudou-se o processo migratório brasileiro enquanto processo social cuja essência pode ser encontrada nas múltiplas contradições do movimento do capital e no qual os fluxos migratórios são função da circularidade que lhe é inerente.

Sabe-se que população em si é uma abstração se se deixa de lado as classes sociais que a compõem. Estuda-se uma população migrante enquanto momentos de transformações econômicas e sociais mais profundas.

Neste contexto os movimentos migratórios mais im-
portantes no país nos últimos anos se dirigiram para a Amazônia como resultantes de profundas transformações na economia e sociedade brasileira, desencadeados no último ciclo de expansão econômica do Segundo Pós-Guerra. Esse ciclo de expansão vai determinar a internacionalização do capital produtivo e sua internacionalização em nossa economia. Desencadea-
se um processo de industrialização, e que também é indústrialização da agricultura sob novas bases tecnológicas que deram a dinâmica do processo de acumulação, reprodução e valorização do capital das economias industrializadas: petroquí-
micas, informática, eletrônica, energia nuclear, etc. Impõe-

se portanto uma divisão internacional do trabalho expressa a nível interno, por uma divisão regional do trabalho caracterizada pelo desenvolvimento intensivo do capital na agricultura das áreas rurais industrializadas e pelo seu desenvolvimento extensivo em região de fronteiras agrícolas ou regiões menos industrializadas. Essa divisão regional do trabalho está vinculada a redistribuição espacial da população que pode ser expressa pela migração, que tem a sua dinâmica determinada pelos novos padrões de acumulação do capital no país e da circularidade que lhe é inerente.

Interessa-se neste capítulo por uma população específica em movimento em determinados momentos desse processo de acumulação. Essa população em movimento chama-se na literatura sociológica de frente de expansão ou frente camponesa. Essa população é formada por trabalhadores sem terra, bóias frias, camponeses ou pequenos proprietários arruinados, famílias inteiras e pequenos capitais sob condições adversas de produção social em seus espaços geo-econômicos de origem, entre outros segmentos subalternos e marginalizados do campo.

Esses são vítimas da concentração da terra e do capital, de estruturas agrárias arcaicas, obsoletas e socialmente injustas, que continuam a se reproduzir em cada frente agrícola aberta. Esses segmentos marginalizados são a base e o sujeito do ato social da produção agrícola em seu conjunto. São os "testas-de-ferro" da chamada frente pioneira que em geral avança atrás de si nos chamados espaços vazios, (econômicas e demográficas) da Amazônia brasileira nos últimos anos.

Procedentes do Espírito Santo/Minas Gerais, Paraná/Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, do Nordeste ou São Paulo / Mato Grosso/Goiás, entre outras origens, esse exército de migrantes, muitas vezes com mais de uma etapa migratória, migram predominantemente no sentido rural-rural.

Esse movimento migratório surge em decorrência do movimento do capital na agricultura, aumentando as contradições entre capital e trabalho no campo e produzindo/reproduzindo uma estrutura agrária cada vez mais excludente e seletiva.

Anteriormente, nas áreas de expulsão/exclusão dessa mão-de-obra em movimento, o capital ainda não tinha submetido totalmente, ou só parcialmente, a esfera da produção, prevalecendo até um determinado momento, as condições para redução da mortalidade/aumento da fertilidade da força-de-trabalho potencial, para num segundo momento de expansão econômica ser reconstituída/redistribuída espacialmente segundo uma nova divisão social do trabalho que se impõe.

Isso pressupõe que o movimento desigual ou diferenciado do capital, reconstitui/redistribui espacialmente, sob novas bases econômicas e sociais, as atividades produtivas, ora introduzindo novas relações de produção, ora reconstituindo outras.

Em determinados espaços geo-econômicos expulsa camponeses, parceiros e agregados do campo e os incorpora no exército de reserva dos sem terra, tendo como objetivo maior o aumento da produtividade do trabalho agrícola potencializado pela inovação tecnológica e a conseqüente redução do emprego no campo/aumento da marginalização da mão-de-obra do mercado de trabalho.

Em outros espaços ocorre a outra face da moeda; grande parte dessa população expulsa da terra/excluída do mercado de trabalho, forma uma corrente emigratória em busca de terra onde possa viver e trabalhar. É a frente camponesa ou frente de expansão que avança e que nos últimos tempos tem ocupado a "fronteira de reserva" da Amazônia, iniciando aí um processo de acumulação primitiva baseado na unidade familiar de produção. Em geral arrastando a frente pioneira (capitalista produtiva e/ou capitalista especulativa), carregam atrás de si a tragédia de sua própria condenação. Aí se trava a luta pelo espaço. Grileiros e jagunços à serviço de grandes capitais nacionais, estrangeiros ou associados, amparados pelo Estado travam uma luta desigual contra os posseiros, colonos, índios e outras categorias oprimidas. Inicia-se novamente uma nova etapa migratória, a abertura de uma nova fronteira quando a mata foi "limpa", a terra se valorizou com o trabalho familiar incorporado e geralmente por uma certa infra estrutura básica construída pelo Estado.

De modo geral, as áreas de agriculturas mais tradicionais ou antigas do espaço agrário do País, e mesmo aquelas de fronteiras agrícolas emergentes dos anos 50 e o início dos anos 60, exerceram um papel importante para fazer crescer a oferta de mão-de-obra para um novo período de transformações das bases materiais e humanas de produção e no qual experimentou-se altas taxas de industrialização e urbanização que é também industrialização da agricultura.

Essas transformações iniciam-se quando a reprodução tradicional das unidades familiares de produção já começavam

a ser bloqueadas pelo alto incremento demográfico para um espaço agrário cada vez mais adverso à sua reprodução social; quando a cissiparidade natural dos grupos familiares e de suas unidades produtivas engendravam o aumento e a intensidade de exploração de uma mesma área cultivada com conseqüente exaustão do solo, quando a renda da terra e o bloqueio de incorporação de terras ao processo produtivo aumentava na razão direta de um excedente camponês cada vez mais mercantilizado; de uma demanda comercial urbana de gêneros alimentícios cada vez maior e insatisfeita, antecédida por uma profunda crise de abastecimento nos dos anos 50 e início dos anos 60.

Diante de tal quadro, inicia-se a ingerência seletiva do Estado (e dos grandes capitais) na agricultura via crédito rural, subsídios, incentivos fiscais, assistência técnica e outros instrumentos de intervenção tendenciando a formação de um fluxo contínuo de mão-de-obra em todas as direções, de um exército supérfluo no campo e disponível para abertura de novas áreas de fronteira agrícola. Isso são momentos de um mesmo processo de incorporação/exclusão de um exército de mão-de-obra da esfera da produção que vinha ocorrendo em momentos anteriores e já anteriormente enfocados.

Neste capítulo e capítulo posterior procurar-se-á , dentro desse mesmo enfoque, estudar a reprodução social dessa população específica nas fronteiras agrícolas da Amazônia e muito em particular, nas fronteiras agrícolas da BR-364 em Rondônia, a qual vem recebendo um intenso e permanente fluxo de imigrantes procedentes de todas as áreas do país e mais predominantemente do Sul, Centro-Sul e Nordeste do Brasil.

4.2. Expansão Econômica, Agricultura e Migrações para a Amazônia

No início da década de 60, a estrutura agrária brasileira tinha se tornado insustentável a nível de confrontos de classes sociais no campo na luta pelo espaço. Os conflitos sociais no campo instalaram-se mesmo em fronteiras agrícolas emergentes as quais, como se viu em capítulos anteriores, já se orientavam para a Amazônia, seja pelas vias da Belém-Brasília, Mato Grosso do Sul ou Maranhão.

Entretanto, a crise interna de alimentos, se por um lado era manifestação de uma estrutura agrária intocável a nível de uma reforma agrária, por outro lado tendenciava, pelas contradições da esfera do capital em geral, novas articulações entre a crise e a produção de gêneros agrícolas de primeira necessidade. A Amazônia é apontada como escoadouro dos excedentes populacionais de uma estrutura agrária concentrada e tensa, sobretudo no Nordeste.

A ocupação da Amazônia seria a solução para as áreas de tensões em dois níveis: receberia os fluxos populacionais das áreas de pressão demográfica e de conflitos sociais e se tornaria com base no potencial de trabalho desses fluxos, uma região emergente na produção de matérias-primas, sobretudo uma produtora complementar de gêneros alimentícios básicos e relativamente baratos. O Estado entraria constituindo a infraestrutura dos projetos de colonização, estradas, hidrelétricas e incentivaria grandes projetos pioneiros através de incentivos fiscais entre outros instrumentos de política.

O pano de fundo dessa política de integração da Amazônia ao mercado interno - que também é um mercado de mão-de-obra - apontava a necessidade de novas mudanças no padrão de acumulação interna e um novo momento da divisão regional do trabalho que vai ocorrer num período posterior.

Em 1964, instaura-se no País um regime de força. É instituído o Estado Autoritário sobre a égide do Capital internacional para manutenção da "ordem social e política" para um novo período de recuperação econômica. Depois de várias manobras repressivas para conter os movimentos sociais na cidade e no campo e de várias tentativas de recuperação econômica, inicia-se o período do "milagre brasileiro" em 67/68, sob a batuta do regime militar e dos grandes capitais internacionais.

O ciclo de expansão do Segundo Pós-Guerra nas economias industrializadas se internacionaliza e se internaliza em nossa economia em busca de lucros extras ou manutenção destes naquelas economias refletia-se os primeiros sinais de crise e buscava-se por todos os lados e por todos os meios a manutenção dos lucros não só na busca de mercados cativos nos chamados países subdesenvolvidos, bem como novos campos para investimentos produtivos que compensassem a tendência à queda da taxa de lucro naquelas economias.

A partir de 68, a economia do país entra em ascensão, ocorrendo um período de transformações econômicas e sociais, que se desencadeiam dos centros dinâmicos do capital industrial e financeiro do País, com profundas repercussões na agricultura.

Deve-se salientar, no entanto, que durante o chamado "mi-
lagre brasileiro" como resultante da internacionalização do ca-
pital produtivo, foi imposto no País, um jogo de poder que, a
nível interno, foi apoiado pela ideologia da Segurança Nacio-
nal e na modernização institucional do Estado: O Estado Técni-
co-burocrático Autoritário, centralizador de decisões subordi-
nadas aos interesses do grande capital nacional e internacio-
nal.

Essa internacionalização do capital dinamizou a própria
organização/reorganização do espaço nacional, regionalizando a
produção e o consumo, que também é produção e consumo de força
de trabalho, expressa numa divisão social do trabalho em que
a proletarização/marginalização em certas áreas é necessária
para formar um exército de mão-de-obra cada vez mais numeroso
e permanente, e potencialmente exportável para a frontei-
ra econômica do país que avança para a Amazônia.

A concentração do capital e de terras deve ser entendi-
da também como concentração dos benefícios da intervenção es-
tatal na agricultura, para que a sua expansão horizontal e ver-
tical pudesse responder às novas exigências do processo de
acumulação. A agricultura teve que se modernizar no Sul, Cen-
tro-Sul e áreas do Nordeste e se expandir extensivamente para
as fronteiras abertas pelo Estado Autoritário na Amazônia, de
forma a responder as exigências internas e externas de alimen-
tos e matérias-primas. Neste sentido aponta IANNI⁽¹⁾.

1) IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento
do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978, Rio de Janeiro, Ci-
vilização Brasileira, 1979, p. 15-16.

"Durante os anos 1964-78, o Estado brasileiro foi levado a realizar uma política econômica razoavelmente agressiva e sistemática de subordinação da agricultura ao capital. Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase talvez mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente. As medidas governamentais adotadas propiciaram a aceleração e generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. Nas atividades em que já se havia organizado uma agricultura capitalista, como na cana-de-açúcar, por exemplo, o poder estatal foi levado a apoiar ou induzir a concentração e a centralização do capital, juntamente com a maquinização e a quimificação do processo produtivo. Nas atividades em que eram escassas, dispersas ou inexistentes as organizações capitalistas de produção, como na pecuária rústica da Amazônia, por exemplo, o poder estatal foi levado a induzir, incentivar e apoiar tanto a constituição de empreendimentos capitalistas como a concentração e a centralização do capital. Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo. Nos dois casos, isto é, nos dois extremos, a atuação do poder estatal desempenhou-se e desempenha-se de modo particularmente agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos".

Ainda, segundo o mesmo autor⁽²⁾;

(2) Idem; p. 12.

"O quadro do "milagre brasileiro" na agricultura é a monopolização da propriedade ou exploração da terra pelo latifúndio e a empresa privada, nacionais e estrangeiras; a expropriação do índio e posseiro; a movimentação de contingentes do exército de trabalhadores de reserva pelas várias regiões do país, o imperialismo expandindo os seus negócios na terra; a brutalidade da acumulação primitiva, enquanto processo estrutural; o desenvolvimento das classes sociais no campo; as novas articulações e os novos antagonismos das classes sociais rurais e urbanas, no âmbito da formação social 'capitalista brasileira.'"(2)

Sem falar no Nordeste do país, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, o Estado do Paraná nos últimos tempo tem sido o maior "expulsor" de um exército de mão-de-obra para a Amazônia decorrente das últimas 'transformações ocorridas na agricultura. O caso do Paraná é relevante exatamente porque este Estado se tornou a maior e mais promissora fronteira agrícola do País nos anos 50/60 e na qual o processo de ocupação se deu a nível de pequenos e médias unidades de produção. A colonização do Norte do Paraná foi:

"um processo baseado na pequena propriedade estritamente vinculada ao mercado, livre de estruturas sociais pré-capitalistas, que se aproximaria da "via norte-americana" de ocupação de terras semelhantes ao momento de expansão da agricultura norte-americana do Meio-Oeste, sendo mesmo que a sua rapidez supera a da própria expansão norte americana. Assim o Paraná pode acolher, entre 1940 e 1945 cerca de

2.744.000 imigrantes. Apesar destes dados não se referirem so mente ao Norte, expressa bem a rapidez com que foi colonizado o Estado. (3)

Entretanto, as transformações ocorridas na agricultura daquele Estado, desencadearam a reprodução da mesma estrutura agrária predominante em outras áreas do País. A terra se concentrou em poucas mãos e a agricultura modernizou-se.

"Este processo de modernização é recente, tendo - se acelerado somente a partir dos anos 70, e sua rapidez pode ser indicada, por exemplo, pelo fato de que em 1971 e 1978 , foram vendidos no Estado, 63.024 tratores.

A agricultura mercantil de pequenos produtores apresenta tendência à concentração da propriedade. No Paraná, a partir do início dos anos 70, esse processo acelera-se, potenciado pelo crédito rural e pela modernização." (4)

Enquanto a agricultura do Paraná se modernizou, houve neste Estado o "milagre brasileiro" também na indústria. O Paraná sofreu também um processo de industrialização e urbanização que, nos moldes prevalecentes para o resto do País, absorveu de maneira pouco relevante a mão-de-obra expulsa do campo pela concentração da terra e do capital. Assim:

"Em primeiro lugar a modernização da agricultura dispensa meeiros e colonos, já que por essa época as condições ' do mercado de trabalho eram favoráveis ao assalariamento. A mecanização da lavoura vai por sua vez, dispensando crescen -

(3) IPARDES. Fundação Edson Vieira. O Paraná: economia e sociedade. Curitiba, IPARDES, 1981, pp. 8-9.

(4) Idem p. 10.

tes contingentes de trabalhadores agrícolas. Finalmente, o processo de concentração da propriedade vai eliminando pe quenos proprietários.

Pois bem, se a agricultura expulsou trabalhado - res, a indústria por seu turno, apesar das altas taxas de expansão de seu emprego, incorpora reduzido número deles.

Deste modo, se nas décadas de 50 e 60 o Paraná re cebia grandes massas de migrantes de outros estados, o processo inverte-se nos anos 70. Os trabalhadores emigram do campo, sem condições de permanência na região dirigem-se pa ra outros estados (,.,.) " (5)

Esse quadro de mudanças econômicas e sociais no Paraná, embora não ofereça maiores detalhes, pode esclare - cer porque neste Estado se formou nos últimos anos uma cor - rente migratória intensa em direção a Amazônia. Como se po - derá observar mais adiante, os paranaense ou migrantes pro venientes em geral do Norte e do Oeste do Paraná, com uma , duas ou mais etapas migratórias, ocupam a maior parte dos expropriados, dos pequenos produtores arruinados, dos boias - frias, enfim, dos sem-terra que compõem as frentes de ex - pansão na Amazônia, principalmente em Mato Grosso e Rondô - nia, e mais recentemente em Roraima.

De forma analítica se pode dizer que a concentra - ção da terra no Paraná não tem origens nas causas apontadas pela literatura clássica. Não é resultado dos resquícios da antiga fazenda colonial. É resultado da concentração e cen -

(5) Idem p. 18-19.

tralização do capital na terra. Em determinados momentos e em certos casos, o monopólio da terra funcionou e funciona como base de manutenção de status e poder de uma oligarquia agrária, ou como reserva de valor frente aos processos inflacionários. No entanto, no caso do Paraná funciona, sobretudo, como unidade produtiva voltada para a produção para o mercado, procurando incorporar tecnologia e maximizar lucros.

Isso parecer ser a tendência predominante no Brasil, na era do capital monopolista do Segundo Pós-Guerra. Quem monopoliza a terra no país, nos últimos tempos tem sido o grande capital, são as grandes empresas nacionais, estrangeiras ou associadas, seja como reserva de valor, seja para atrair incentivos fiscais ou outros benefícios da política estatal, seja para investimentos produtivos do chamado complexo agro-industrial. Neste sentido esclarece Mandel:

"La apropiación privada del conjunto de las tierras cultivables, que impide el libre establecimiento de nuevos campesinos, es, sin embargo, una condición absolutamente indispensable para el impulso del capitalismo industrial."
(6)

O processo "democrático" de ocupação da fronteira agrícola do Paraná nos anos 50/60, baseado na pequena propriedade, na verdade preparou as condições ideais para fornecer elementos necessários para a formação de um imenso "exército de reserva" reconstituído e distribuído espacialmente segundo as necessidades do movimento de expansão do capital.

(6) MANDEL, Ernest. Tratado de Economia Marxista, Tomo I. , México, Ediciones Era, 1969, p. 265.

Nesse movimento, impõe-se uma divisão regional do trabalho, na qual os excedentes populacionais que não encontrem condições mínimas de reprodução social nas áreas que predominam a produção agrícola intensiva de capital, são empurradas para as fronteiras econômicas emergentes, onde predominam a produção extensiva e aptas para receber volumes de mão-de-obra cada vez mais significativos.

Com relação a esse contexto, é com propriedade que TODARO⁽⁷⁾ analisa os fatores sócios-econômicos que levam à migração de mão-de-obra:

"Os fatores de expulsão que levam à migrações são de duas ordens: fatores de mudanças que ocorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do emprego ("encouseres" na Inglaterra, o desenvolvimento da criação de gado nos pampas da Argentina, a expropriação das terras comunais indígenas durante o "porfiriato" no México, etc), e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional so-

(7) TODARO, Michael P. A Migração da Mão-de-Obra e Desemprego Urbano nos países Subdesenvolvidos. Traduzido do Inglês, TODARO, Michael P. A Model of Labor Migration in less Developed Countries. The American Economic Review, 59(1): 138-48, mar. 1964, por Élio A. de Moura, técnico do BNB, ETENE, Nordeste, Brasil.

bre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física da terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte das mesmas pelos grandes proprietários (o agreste do Nordeste brasileiro, as comunidades indígenas nos Andes peruanos e colombianos)."

Em regiões como o Nordeste, como aponta o autor, a introdução de relações capitalistas de produção, ou seja, o movimento do capital na Agricultura vai tornar uma estrutura agrária já secularmente concentrada, cada vez mais excludente e proibitiva às populações rurais trabalhadoras.

Essa região, apesar do "milagre brasileiro", é uma área onde a própria pobreza e marginalização social, que em geral é fruto das estruturas de posse e uso da terra e da indústria da seca associadas às políticas modernizatórias na agricultura, continua a reproduzir as correntes migratórias de "paus-de-araras" incluindo não só camponeses expropriados e outras categorias sem terra, mais inclusive outros segmentos pauperizados da sociedade.

Num outro extremo, o caso do Paraná é bastante relevante, quando nas fronteiras agrícolas amazônicas - guardando-se similitudes e particularidades de dois processos de ocupação diferentes no tempo e no espaço e, provavelmente, em condições estruturais e conjunturais também diferenciadas - a tendência à concentração da terra e, muito particularmente nos projetos ou áreas oficiais de colonização com pequenos produtores rurais, parecem refletir de maneira precoce a reprodução da estrutura agrária brasileira predominante.

Essa reprodução concentrada da posse e uso da terra re^ufle^ute a reprodução das desigualdades sociais do campo, a re^upro^ução dos níveis de pobreza e marginalização social dos imi^ugrandes, as vezes em condições piores do que nas áreas de emi^ugração. Isto em seu conjunto representa em síntese a re^upro^ução da estrutura social da sociedade envolvente nas fronte^uiras agrícolas da Amazônia.

Em termos, nesse último período de expansão econômica, o período Pós-Guerra, a concentração e centralização do capi^utal a nível internacional e a nível do país, tem se manifesta^udo em nossa agricultura pela concentração da terra, entre ou^utros fatores. Isso coloca ou recoloca na ordem do dia, a refor^uma agrária ao invés da contra-reforma implantada pela ditadura na Amazônia em moldes bastantes específicos, deixando a estru^utura agrária de regiões como o Nordeste intocável e transfor^umando o espaço agrário da Amazônia num palco de lutas sociais' cada vez mais tensas entre grileiros, jagunços, empresas de grupos capitalistas estrangeiros e nacionais, e os índios, pos^useiros, caboclos e colonos.

4.3. MIGRAÇÕES, COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E REPRODUÇÃO SOCIAL NA FRONTEIRA

Antes de se retomar o processo migratório brasileiro, é importante se dicorrer um pouco sobre a estratégia de ocupa^ução da Amazônia nos anos 60 e 70, e de integrá-la às novas exi^ugências do Processo de acumulação.

As várias tentativas de recuperação econômica da região amazônica não surtiram efeitos desde os ciclos da borraça, até quando a partir de 1966/67 o Estado passou a conduzir uma política para sua ocupação e integração ao resto do país. Esta política, consubstanciada no binômio da segurança e integração nacional, significou, segundo VELHO⁽⁸⁾, a transformação da região numa "fronteira" de crescimento extensivo do capitalismo.

Para conduzir essa política foi montada toda uma estrutura administrativa e instrumentos de intervenção com reflexos significativos no contexto social e econômico da Amazônia, traduzindo-se de forma geral, em sua subordinação aos centros dinâmicos do capital industrial e financeiro do país. Neste sentido aponta PEREIRA que, "desde o momento em que o governo brasileiro resolveu adotar o modelo econômico que resultou dependente do capitalismo monopolista, a ideologia da eficiência e da racionalidade capitalista supervalorizou-se e alastrou-se por todos os rincões do País. Nem a Amazônia, ainda hoje, considerada por muitos brasileiros como um lugar exótico e lendário ficou imune a essa penetração. Pelo contrário, a política de acumulação capitalista acelerada que se implanta no Brasil, viu na Amazônia o lugar ideal para sua proliferação. Afinal, trata-se de quase 5 milhões de quilômetros quadrados e que, apesar de possuir extraordinário patrimônio de reservas naturais, é praticamente inabitada, contando apenas cerca de 7% da população brasileira.

(8) VELHO, Otavio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Camponato. Rio de Janeiro, Difel, 1979, p. 214 a 223.

Nada mais natural, portanto, que o governo passasse a incluir esse imenso patrimônio nos seus planos de desenvolvimento, privilegiando as relações de dependências dessa região com o polo avançado do país, mediante uma série de medidas globais que recomendava a participação subalterna da Amazônia ao processo de acumulação." (9)

Para acionar essas medidas, instituiu-se em 1966 a "Operação Amazônia" a qual seria conduzida por uma nova agência de desenvolvimento regional a imagem e semelhança da SUDENE no Nordeste. Em substituição à Superintendência do Plano de Urbanização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com jurisdição em toda a chamada Amazônia Legal, já que a SPVEA foi considerada fracassada, desorganizada e incapaz de cumprir com suas obrigações como órgão de desenvolvimento da região. (10)

De maneira análoga, extinguiu-se o Banco de Crédito da Amazônia e criou-se o Banco da Amazônia S.A.(BASA), o qual deveria funcionar como um autêntico Banco de Desenvolvimento regional à semelhança do Banco do Nordeste do Brasil.

(9) PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Centralismo Burocrático do Estado na Amazônia. Série Sociológica nº 23, Relatório Final de Pesquisa Financiado pelo CNPq, 1979.

(10) Ver CAVALCANTI, M. de B. Da SPVEA à SUDAM: 1964-1967 (Belém, SUDAM, 1967), p. 46.

O ponto culminante da "Operação Amazônia foi a legislação aprovada em começo de 1964, o qual proporcionou incentivos tributários especiais para que empresas privadas se estabelecessem nos Estados e Territórios da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima). Essa legislação representou de certa forma um esforço para se implementar os objetivos de implantação de pólos de desenvolvimento e de ocupação das zonas de fronteiras esparsamente povoadas, já que as políticas da SPVEA foram tidas favoráveis à Amazônia Oriental (tida como Belém e arredores) a qual tinha infraestrutura superior e um mercado maior que atraia uma parcela relevante dos fundos de investimentos criados pelos incentivos fiscais, em detrimento da parte ocidental.

Neste contexto, um dos itens mais importantes dessa legislação teria sido a criação da Zona Franca de Manaus , com intuito básico de se criar um centro comercial, industrial e agrícola para servir de pólo de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental, de forma a corrigir os percalços das políticas de desenvolvimento anteriores. A supervisão da Zona Franca de Manaus seria exercida pela SUFRAMA, logo criada e subordinada diretamente ao Ministério do Interior.

Com essa medida, o Governo Federal tentava resolver o descompasso entre a parte oriental (Pará, Amapá, áreas amazônicas do Maranhão e Goiás) e a parte ocidental da Amazônia para contrabalançar os desequilíbrios regionais e reforçar a sua inserção integrada no processo de desenvolvimento do País.

Em síntese, essa nova política de desenvolvimento regional para Amazônia seria estabelecer "pólos de desenvolvimento" e grupos de populações estáveis e auto-suficientes, estimular a imigração, proporcionar incentivos ao capital privado, desenvolver infra-estrutura e pesquisar o potencial dos recursos naturais.⁽¹¹⁾

De 1967 a 1970 sob a égide do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, levou-se a efeito os esforços de industrialização nos moldes do Nordeste e os mecanismos geopolíticos de ocupação. Durante esse período, a ação da SUDAM vai ser relevante, principalmente na criação de infra-estrutura básica, com ênfase na construção de estradas como a BR-174 ligando Manaus-Boa Vista e a BR-364 ligando Cuiabá a Porto Velho, com finalidade de ligar os pólos de desenvolvimento e promover a ocupação espacial naquelas áreas.

Em 1970, inaugura-se uma nova política de desenvolvimento regional para a Amazônia (período do I PND e planos consecutivos), com grande ênfase no slogan "ocupação e integração". A nova orientação considera a Amazônia uma "fronteira" de recursos e não mais uma região deprimida como o Nordeste, conforme considerava-se anteriormente. Aquela região nordestina além de deprimida era considerada escassa em termos de recursos naturais, com problemas de secas periódicas(a

(11) MAHAR, Dennis J. Política de Desenvolvimento para a Amazônia. Passado e Presente. Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN sid. p. 22.

de 1970) e uma elevada concentração da terra, tornando-se o principal foco de tensões sociais e principal centro de geração de fluxos emigratórios do país.

O Sul, apesar de ser uma outra região periférica, era considerados um potencial relevante em termos de recursos naturais, mas sofria de drásticos problemas estruturais. É que, por um lado, o processo de minifundiarização naquelas anteriores fronteiras era resultado da pressão demográfica sobre a terra tradicional da produção agrícola de base camponesa, aumentando, de certa forma, a fertilidade da mão-de-obra rural. Por outro lado ocorria a penetração intensiva do capi - tal na agricultura. Esse processo se constitui nas duas fa - ces de uma mesma moeda: o "fechamento" de fronteiras agríco - las emergentes nos anos 50 e 60 (principalmente Norte e Su - deste do Paraná) e a crescente expulsão de camponeses da terra com a incorporação significativa desses "exército de reservva" e/ou a sua incorporação insignificante na força de trabalho rural permanente e sazonal (boias-frias). Essa região se constitui num outro pólo de formação de fluxos emigratórios. Neste contexto, segundo a nova orientação política de ocupa - ção e integração nacional, a Amazônia se constituía numa re - gião apta e capaz de receber os excedentes estruturais de populações do Nordeste e do Sul, e atrair fatores econômicos de outras regiões⁽¹²⁾.

(12) Sobre a questão da Colonização da Amazônia com "exceden - tes" populacionais do Nordeste ver o Brasil, Instituto de pesquisa, Colonização dirigida no Brasil: suas possibilida - des na região Amazônica, por Vânia Porto Tavares, Claudio Monteiro Considera e M^a Tereza L.L. de Castro e Silva, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972, p. 202.

Diante de tal quadro, em 1971 é criado o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agro-Indústria do Norte e Nordeste do Brasil (PROTERRA). Levando em consideração os impactos sociais da seca de 1970 no Nordeste, os projetos mais ambiciosos do PIN/PROTERRA foi a Construção da Rodovia Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Às margens dessas estradas seriam implantados os projetos de colonização dirigida com o objetivo de ocupar a terra de maneira racional e produtiva, e por outro lado abrir projetos de licitação fundiária em outras áreas contíguas, para atrair empresas agropecuárias que queriam se instalar na Amazônia, quando o espaço agrário da área de abrangência da Belém-Brasília (oeste do Maranhão, Sudeste do Pará e Norte de Goiás) se tornara cada vez mais explosivo em termos de lutas sociais pela terra.

Segundo QUERALT⁽¹³⁾, esse projeto de ocupação da Amazônia tomou então dois rumos distintos a saber:

1. Uma ocupação com base em projetos de colonização¹ oficial, elaborados e implantados pelo INCRA e de projetos elaborados por este, mas implementados pelo setor privado.⁽¹⁴⁾

(13) QUERALT, Maria Amélia, coord. Análise e Avaliação das ações relacionadas com a pequena produção rural no Estado do Pará. Belém, CEPA-Pará, 1983, p. 72.

(14) Sobre os projetos de colonização a partir de iniciativa privada ver IANNI, Octávio. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979, especialmente p. 94 em diante.

2. Uma ocupação com base nas grandes empresas capitalistas sob a forma individual ou societária, cujos projetos, elaborados ou implementados pelos empresários.

Essas duas facetas de estratégias de ocupação espacial da Amazônia vai reforçar sobremaneira o processo anterior de reprodução da estrutura fundiária concentrada, fenômeno inerente à penetração do capital na agricultura, principalmente nas regiões de evasão de fluxos migratórios.

Com isso segundo a citada autora, os anos de 70 passaram a ser marcados por uma intensificação dos fluxos migratórios para a região sob os estímulos da política oficial de ocupação, cuja principal intensão era desenvolver mecanismos de atração de um elevado contingente de pequenos produtores rurais sem terras e oriundos principalmente do Nordeste. Paralelamente, o governo, através de incentivos fiscais, criou condições para tornar a região atrativa às grandes empresas capitalistas. Neste caso, a presença desses dois agentes sociais, de um lado, os pequenos produtores e, do outro lado, grandes empresários, acabou colocando o governo frente ao problema de como compatibilizar as contradições sociais entre capital e trabalho no espaço agrário em foco.

É no coração desse confronto entre frente camponesa e frente capitalista que vai se delineando nas áreas de fronteira a reprodução social da estrutura da sociedade envolvente, expressa numa estrutura agrária que vai se tornando cada vez mais excludente aos camponeses, posseiros, colonos, índios e caboclos.

Esse "fechamento da fronteira" pela frente capitalista ou pioneira ao mesmo tempo que expulsa a frente camponesa como "testa-de-ferro" de novas áreas de penetração, sob a égide da propaganda oficial, extra-oficial ou não, vai reproduzindo relações de produção, nas quais a dominação e a violência do capital sobre o trabalho é representada ora pela expulsão violenta do campesinato da terra, ora pela sua contenção nas terras que lhes foram expropriadas sob a forma de assalariados.

É importante se ressaltar a estratégia de reprodução espacial típica das áreas de ocupação mais antiga, e na qual os interesses da colonização dirigida (Estado) se confundem com os interesses da empresa capitalista na Amazônia, reproduzindo-se as desigualdades sociais na fronteira como expressão das contradições capital e trabalho que se instala em cada espaço que se abre e se fecha à reprodução do trabalho de base familiar.

De forma geral IANNI⁽¹⁵⁾ afirma que: "a ditadura instalada no Brasil adotou principalmente duas políticas na Amazônia. Uma de inspiração geopolítica, destinada a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do País, em especial o Centro-Sul, econômica, política, militar e culturalmente dominante. Outra, de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo sob vários aspectos, essas duas políticas adotadas conju-

(15) IANNI, Otávio. op. cit p. 132

garam-se, confundiram-se, complementaram-se. Tanto assim que as grandes rodovias na região, por exemplo, foram propostas e realizadas por motivos de "segurança nacional" e para favorecer o "desenvolvimento econômico". É óbvio para os governantes, que segurança e desenvolvimento são duas faces de uma mesma moeda, isto é, as razões da geopolítica e as razões do capital mesclam-se, confundem-se."

Ou seja, parafraseando QUERALT⁽¹⁶⁾ as razões da geopolítica são as mesmas que fundamentam as razões do capital nacional e estrangeiro na Amazônia, num perfeito pacto de interesses, no qual Estado e Capital se confundem.

Enquanto o Estado instala a propaganda nas áreas de expulsão para levar a efeito a sua ocupação planejada ou colonização dirigida, engrossa a frente camponesa que anteriormente e agora, paralelamente vinha realizando uma ocupação espontânea, ou como alguns autores chamam, uma reforma agrária espontânea. Não são só os nordestinos que demandam os programas oficiais de colonização e as áreas devolutas às margens das estradas de penetração; são também migrantes intra-regionais que já ocupam áreas na própria região, são também gaúchos, catarinenses, paranaenses, capixabas, mineiros, paulistas e imigrantes de outras origens. Na retaguarda e/ou paralela a frente dos sem terra avança a frente capitalista, atraída pelos incentivos fiscais do Estado, multiplicando na

(16) QUERALT, Maria Amélia, op. cit. p. 73

fronteira as pendências e conflitos na luta pelo espaço. São comerciantes de terras, latifundiários, grileiros, empresas' de transportes, madeireiras, mineradoras, etc.

Colocadas essas questões gerais do processo de ocupação recente da fronteira amazônica, seria importante se analisar cada experiência de colonização dirigida em particular, valendo-se de alguns estudos já realizados.

De forma geral, segundo MARTINE⁽¹⁷⁾ as tentativas' de colonização do Maranhão por camponeses do Nordeste para' aliviar as tensões sociais nessa região fracassaram. As áreas destinadas a tal fim, em torno de três milhões de hectares e capazes de incorporar cerca de 1 milhão de pessoas, já tinha sido ocupadas por cerca de 50.000 posseiros que praticavam ' uma agricultura itinerante. Mesmo ainda tendo assentado cerca de 1000 famílias em 17 projetos; em 1961 quando esse projeto de colonização foi abandonado, esses camponeses regredi - ram a uma situação de subsistência, Completando-se o pensa - mento do autor, nos anos 70 muitos demandaram as áreas de colonização em torno da BR-174 e BR -210 (Perimetral Norte) em Roraima, expulsos pelo "leilãoamento", a corrupção e grilagem de terra levada a efeito com apoio do Estado e sob a presção de grileiros; jagunços e representantes dos interesses do capital nacional e estrangeiro.

(17) MARTINE, George, op. cit. p. 14

Em resumo a situação sócio-econômica dos camponeses na área de colonização pretendidas, na chamada Pré-Amazônia Maranhense, segundo BITOUM⁽¹⁸⁾ era a seguinte na década de 1970:

" O fechamento progressivo da fronteira agrícola, esse fenômeno condena ao declínio, na segunda metade da década, os lugarejos de roceiros na primeira metade eram a forma de habitat mais dinâmica, ligada ao desmatamento. A concentração da mão-de-obra rural; a expulsão do pequeno posseiro, a selvagerização, a falta de equipamentos sociais no campo, explicam o crescimento das cidades. A modernização da rede de transportes favorece a concentração em Imperatriz de uma reserva de mão-de-obra, sobrevivendo, em condições precárias. Torna-se, então, comum um modo de vida em que a família fica espartilhada entre a roça e a cidade. A mobilidade geográfica da instabilidade sócio-econômica evidenciada na região através de numerosas e desesperadas corridas ao ouro."

As áreas de ocupação da Belém-Brasília, áreas essas que abrangem parte da Amazônia maranhense, e por isso convergem com as áreas de colonização da SUDENE, continuaram a de

(18) BITOUM, Jan. Imperatriz - João Lisboa-Montes Altos - uma tentativa de cartografia a repartição, em 1979 da população dos municípios da fronteira agrícola e estudar a dinâmica migratória interna destes Municípios - (1970-1980). Comunicação apresentada no Encontro do Grupo Amazônia do PIPSA em Boa Vista, Roraima, abril de 1981.

mandar imigrantes durante toda década de 60 e início da década de 70. Essas áreas se transformaram em áreas de estrutura agrária heterogênea, ou de latifúndio e a grande empresa passou a predominar sobre posseiros e colonos, lhes deixando estreitos espaços e condições de sobrevivência.

Segundo MARTINE⁽¹⁹⁾, todos os estudos realizados sobre a colonização da Belém-Brasília, observaram dois fenômenos muito interessantes. Por um lado, é indubitável que a construção da rodovia proporcionou um fluxo muito grande de migrantes para uma área semi-abandonada; a estrada também favoreceu em muito o comércio e a integração entre Belém e o Sul do País. Por outro lado, porém, todos concordaram que apenas uma minoria de colonos que aportaram a região se fixaram definitivamente num determinado pedaço de terra. A espontaneidade dos fluxos trazendo migrantes expulsos de outras áreas, assim como a aparente disponibilidade ilimitada de terras foram propícias à implantação de práticas agrícolas tradicionais fundamentadas no acesso à terra virgem. O resultado tem sido a re-migração sucessiva dos posseiros na medida em que a terra e os recursos do lote anterior se esgotam e a terra passa a ser colonizada por latifundiários.

Neste sentido HEBETTE e MARTIN⁽²⁰⁾ afirmam que enquanto as tentativas de colonização dirigida leva o minifúndio à

(19) MARTINE, George, op. cit. pp. 16 a 21.

(20) HEBETTE, Jean e NARIN, Rosa E. Acevedo. Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA; Belém, 1977, p. 8-9. Versão Preliminar. In: MARTINE, George. op. cit. pp. 15 a 16.

Belém-Brasília, a ocupação espontânea está dando lugar ao latifúndio, e em ambos os casos os resultados é o êxodo rural e não a fixação produtiva.

Esses autores, observam que nas décadas de 50 e 60 chegaram as áreas de abrangência da Belém-Brasília grandes contingentes de imigrantes que ocuparam áreas extensas de terras devolutas, principalmente nas áreas de florestas. Houve, então, um crescimento populacional vertiginoso na microregião de Imperatriz, Baixo Araguaia Goiano, Extremo Norte Goiano, e Médio Tocantins Araguaia.

Nessas áreas, inicialmente os colonos tiveram acesso fácil as terras e implantaram uma agricultura de subsistência; mas a falta de garantias, a ausência de qualquer apoio governamental e o próprio modelo de exploração da terra levou a expulsão violenta ou pacífica de posseiros e a concentração legal e ilegal das terras em grandes propriedades, que podem ser classificadas, na sua maioria, como improdutivas.

Para esses autores a concentração em latifúndios, obriga os colonos expulsos a escolherem uma entre três alternativas: migração para uma área nova, a qual gera uma forma de agricultor itinerante; trabalho assalariado nas fazendas, o qual é precário e sazonal e se realiza nas piores condições; e, a marginalização na periferia das cidades próximas ou distantes, tentando aproveitar as escassas oportunidades de emprego que surgem.

Pelo menos até 1974, a colonização dirigida foi uma das tônicas das políticas oficiais de ocupação da Amazônia (PIN/PROTERRA), quando os fracassos de colonização com pequenos

produtores nas faixas ao longo da Transamazônica levou o Estado a abandonar de certa forma essa orientação e a dar maior ênfase às empresas dos "pólos de desenvolvimento" capitalistas da região.

Os incentivos às grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver a Amazônia levados a partir daquele ano através do Programa Especial de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Com o objetivo de re-dirigir os investimentos públicos e privados para pólos selecionados, foram esvaziados os programas oficiais de colonização com pequenos produtores ao longo da Transamazônica. As justificativas para tal fato a nível do planejamento está formalizado no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (deslocamento a nível regional do II PND):

" O objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar o crescimento regional e não vincula, como deveria, a elevação do nível de vida à expansão do emprego produtivo. Enquanto a política de colonização encaminha para a região, mais ou menos ordenadamente, um fraco contingente de famílias, efeitos não esperados da mesma política estimularam indiretamente através de ondas de publicidade que se propagam muito além dos controles desejados pelo governo, a intensificação de fluxo migratórios espontâneas, várias vezes superior em tamanho, ao dos colonos dirigidos. Por outro lado, a região não tem a oferecer-lhes na proporção que seria necessária, os solos férteis com que sonham. De maneira que a mas-

sa de colonos espontâneas empreende a única e perigosa atividade que sabe realizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência no conhecido regime de lavouras itinerantes. Afora esse aspecto predatório de sua presença, os lavradores imigrantes tendem a estabelecer com os habitantes do meio rural da região um mórbido regime de trocas de doações...

A luz desse marco, parece que o objetivo de ocupação e colonização nos termos em que fora vertido, deve ser revisto, sob pena de se converter numa permanente fonte de ilusões, tanto para a massa de colonos espontâneos anualmente disposta a partir, como especialmente para a região Amazônica" (21)

Com o Estado justifica os claros interesses do capital nacional e estrangeiro centrados no Centro-Sul, que num momento de crise, a qual já se inicia no 2º semestre de 1973, na busca de novos campos de inversão na Amazônia. De modo específico, o Estado através do discurso explícito do II PND, tenta na verdade encobrir as condições de isolamento dada aos colonos, as condições inóspitas do meio, a falta de equipamentos sociais básicos e a falta de uma infra-estrutura de apoio à produção.

Assim, segundo MARTINE (22), se o fracasso de coloni-

(21) SUDAM. II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979); MINTER/SUDAM/Abril de 1975, p. 19-20. IN: MARTINE, George op. cit. p. 29.

(22) Idem, p. 19 em diante

zação da Belém-Brasília pode ser aplicado pelo caráter desordenado por falta de planejamento anterior, pela espontaneidade dos fluxos imigratórios, bem como pelas modalidades do próprio processo de ocupação durante duas décadas consecutivas, a colonização da Transamazônica e seus fracassos podem ser encarados pela absorção de migrantes nordestinos e fluxos espontâneos de outras áreas em números superiores à capacidade de absorção dos programas oficiais.

Ademais, a ausência da assistência governamental conduziram assentamentos precários em terras, até então, desocupadas entrando os colonos posteriormente em conflitos com as agências governamentais e com as empresas que se instalaram eventualmente na área, através dos incentivos fiscais. A grilagem de terras que se instalou nessas áreas, as condições inóspitas e insalubres, o isolamento dos colonos e a falta de condições de apoio social tais como saúde, educação, moradia, entre outros fatores favoráveis a reposição da mão-de-obra familiar; a falta de apoio creditício e assistência técnica e outros fatores de apoio à produção e a comercialização; levaram cerca de 7 mil colonos assentados até 1974 a abandonarem de forma "espontânea" os seus lotes, quando não foram expulsos pelas empresas que lá se instalaram atraídos pelos incentivos fiscais da SUDAM. Esses tiveram o mesmo destino daqueles da Belém-Brasília.

De forma geral a reprodução social da estrutura da sociedade envolvente nas fronteiras amazônicas expressa a reprodução social de uma população imigrante e re-migrante de pequenos produtores rurais que compõem a frente camponesa e

que pode ser resumida na seguinte situação:

" O desmatamento para as fazendas e projetos agropecuários que se instalam no Sul e leste do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre, é feita por equipes de "peões" recrutados e supervisionados (e nem sempre pagos) por intermediários conhecidos como "gatos". Alguns são recrutados localmente, especialmente na medida em que a migração às áreas de fronteiras avança. Por exemplo, em Singuara, um núcleo novo no Sul de Pará, a maioria dos migrantes não tem terra, e a principal forma de emprego é a derrubada para as novas fazendas de gado, sendo que 81,5% dos chefes de famílias empregaram-se no desmatamento. No Acre, o trabalhador rural que mora na periferia das cidades é conhecido como farofa - fria pela alimentação que levam consigo sem aquecer. Em lugares como Singuara, os trabalhadores podem ser migrantes inter-estaduais à procura de terra no Acre e no sul trata-se de trabalhadores rurais expulsos do campo. Uma vez instalada a fazenda ela requer pouquíssima mão-de-obra, dado que um vaqueiro pode criar 500 cabeças em tantos hectares. Por causa da especulação com a terra, em extensões que chegam a centenas de milhares de hectares, e da retração do mercado de carne, vastas áreas nem são tocadas, a não ser para expulsar os posseiros e garantir a propriedade. Assim a pecuária acaba sendo fator forte de desestabilização da produção (23).

(23) SAWYER, Donald R. - Mobilidade Espacial da População e Estrutura Produtiva na Amazônia Brasileira. Trabalho apresentado a VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Migrações da Comissão de População e Desenvolvimento do Conselho Latino americano de Ciências Sociais (CLACSO), Buenos Aires, agosto de 1980.

Finalmente, enquanto o capital expulsa o campesinato da terra como acontecera nas regiões de origem dos fluxos emigratórios, e joga-os na força de trabalho, enquanto um exército supérfluo e itinerante de peões, bóias-frias, farofas - frias, que se reproduz na fronteira, reproduz em condições não mais favoráveis um campesinato de posseiros, colonos, barraqueiros, etc ., que é tão itinerante ante a instabilidade econômica e social num pedaço de terra ocupado temporariamente, quanto os próprios assalariados eventuais ou sazonais.

A grande contradição desse processo de reprodução da mão-de-obra na fronteira, numa região em que esse fator é relativamente ou teoricamente escasso, é que as condições predatórias de trabalho, somadas a outros fatores já bem conhecidos, se constituem no envelhecimento prematuro ou mortalidade prematura dessa mão-de-obra no espaço agrário da Amazônia, ainda que a existência de fatores naturais tais como o extrativismo animal e vegetal, se constitua ainda numa arma de defesa e reprodução de uma categoria social possuída/despossuída de um dos principais meios de produção na região: a terra.

CAPÍTULO V

MIGRAÇÕES E REPRODUÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO: O CASO DE RONDÔNIA

5.1. À Guisa do Processo de Ocupação de Rondônia

De forma geral, o processo de ocupação de Rondônia esteve em função dos diversos ciclos econômicos pelos quais passaram a economia brasileira, e em particular, a economia agrícola.

O ciclo das drogas do sertão, como é conhecido na historiografia, marcou as primeiras expedições de reconhecimento e exploração da área, em busca de metais preciosos e especiarias nas florestas, tais como castanha, cacau, salsaparilha, cravo, canela e madeiras. Entretanto, essas atividades, pela sua própria natureza, não permitiam a fixação de núcleos de população branca estáveis na região.

Somente a partir dos fins do século XIX, inicia-se um processo de ocupação mais estável com migrantes nordestinos para extração da borracha. Essa matéria-prima se constituía numa das maiores demandas do mercado internacional, graças às transformações ocorridas nas economias industrializadas.

A demanda cada vez mais crescente dessa matéria-prima no mercado, a necessidade de barateamento dos custos de produção industrial, entre outros fatores, inclusive as condições inóspitas e insalubres de exploração do produto, requeria um

afluxo cada vez maior e permanente de mão-de-obra para as áreas de maior ocorrência da *Hevea Brasiliensis* na Amazônia. Os vales dos rios Madeira, Guaporé, Ji-Paraná e seus afluentes em Rondônia eram imensamente povoados por seringueiras nativas. Para explorar a borracha, acorreram para Rondônia cerca de 80.000 homens "tangidos pela seca" de 1877-80, e se espalharam nas florestas em torno dos rios e "igarapés" (1).

Neste período, a ocupação de Rondônia teve um caráter mais duradouro e os ocupantes se espalharam em aglomerados pequenos e perdidos na floresta, e em geral, às margens dos rios. Após a crise da Borracha, no final da segunda década do século, o povoamento de Rondônia se tornou bastante rarefeito. Entretanto, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, por ocasião de acordos feitos com a Bolívia, permitiu a formação de dois núcleos urbanos: Santo Antônio da Cachoeira (Porto Velho) e Guajará-mirim, situados nas duas extremidades da citada ferrovia. É tanto que, em 1940, a população do então Território era de 591 habitantes⁽²⁾ sobrevivendo do extrativismo vegetal, animal e mineral e da pequena agricultura itinerantes nas várzeas dos rios e igarapés, entre outras atividades pouco marcantes.

(1) Ver Brasil, Ministério da Agricultura, INCRA, Coordenação Especial do Território de Rondônia. A contribuição do INCRA dentro do processo de Ocupação do Território de Rondônia por Reinaldo Galvão Modesto. Porto Velho, INCRA/CETR, 1981, p. 03.

(2) Idem, p. 10.

Durante a 2ª Guerra, um novo ciclo da borracha em Rondônia é revivido. A Guerra tinha desarticulado a produção do Oriente. Esse fato histórico coincide com as tentativas do Governo Federal em recuperar a economia da Borracha na Região Amazônica.

Novamente, a mão-de-obra necessária para exploração da borracha vai ser requerida no Nordeste assolado por constantes secas e com problemas estruturais e sociais conflitantes.

Para manter a ocupação mais estável, o Governo criou o Território Federal do Guaporé, mais tarde Rondônia. Instalou-se uma certa infra-estrutura e criou-se colônias agrícolas nas quais os colonos plantaram uma agricultura de subsistência, cujos excedentes eram vendidos nos núcleos urbanos, em particular na sede do governo (Porto Velho).

Finda a Guerra, estabilizou-se as transações comerciais da borracha do Oriente com os países compradores e a produção brasileira entra em crise.

Em Rondônia, essa crise vai coincidir com o surto da cassiterita, chamado de ciclo da cassiterita manual. Vai ocupar, de certa forma, parte da mão-de-obra da borracha e atrair imigrantes de outras áreas, bem como de outras atividades.

Esse ciclo vai até 1971, quando, sob os interesses do capital privado nacional e estrangeiro, a garimpagem manual é proibida, dando lugar à lavra mecanizada sob o controle de grandes empresas mineradoras com incentivo do Estado através da SUDAM.

É importante frisar que essa exploração manual da cassiterita não proporcionou núcleos populacionais estáveis pelo próprio caráter itinerante das atividades garimpeiras, a qual instala povoados instáveis chamados de "currutelas" e isoladas dos principais núcleos urbanos.

Entretanto, os mesmos interesses do grande capital privado nacional e internacional que tornou a cassiterita proibitiva aos garimpeiros, foram os mesmos que tornaram a terra proibitiva aos camponeses no Sul, Centro-Sul, Leste e outras áreas do país, inclusive em partes da Amazônia, engendrando as condições para a formação de uma grande corrente emigratória que se adentrou pelo Mato Grosso e atingindo Rondônia pelo traçado da Cuiabá-Porto Velho (BR-364). Inicia-se então, uma nova etapa do processo de ocupação de Rondônia. Vide Mapa I, Apêndice I.

Essa estrada que só a partir de 1968, se tornou a via de ligação de Rondônia com o Centro-Sul do País, e pela qual entraram nesse novo Estado da União já entre 1961-70, cerca de 30.775 imigrantes⁽³⁾. Daí por diante o fluxo imigratório foi se tornando cada vez mais volumoso na razão direta do aumento de trabalhadores sem terra nas áreas de penetração intensiva do capital na agricultura, notadamente Centro-Sul e Sul do país. Vide Mapa II, Apêndice I.

(3) Ibid. p. 08.

5.2. Aspectos Gerais do Movimento Migratório de Rondônia

O fechamento das fronteiras agrícolas estudadas anteriormente, em consequência da penetração do capital de maneira intensiva em algumas regiões ou extensivas em outras, determinou um febril fluxo migratório para Rondônia, à medida que as terras do Mato Grosso do Sul foram se concentrando e as possibilidades de terras no Norte do Estado do Mato Grosso foram se tornando cada vez mais escassas e conflitantes ante a ferocidade de colonizadoras particulares⁽⁴⁾, empresas agropecuárias, madeireiras, e especulação e apropriação legal e ilegal das terras devolutas.

De maneira geral, o fluxo migratório para o Mato Grosso, que ao menos antecede espacialmente Rondônia, continuou entre 1970-80 com a mesma intensidade, representando 20% da população do Mato Grosso, sem contar com a imigração da década anterior marcada por volumosas correntes imigratórias. Cerca da metade da população do Centro-Oeste (Região Geo-econômica do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso)

(4) Para se ter uma idéia dessas colonizadoras particulares, que é uma espécie de subordinação de colonos e de posseiros ao capital privado na especulação de terras devolutas, ver IANNI, Octávio, Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Civilização Brasileira, 1979, Rio, p. 95 - 121.

em 1970 eram identificados pelas estatísticas migratórias do MINTER/SUDECO como imigrantes. Já o censo demográfico de 1970 aponta que cerca de 47% da população dessa região era imigrante.

O Quadro 01 mostra que em 1980, cerca de 40% da população do Mato Grosso era imigrante, superada apenas pelo Distrito Federal com 40,89%.

QUADRO 01

Saldo Migratório do Centro-Oeste - 1980

UNIDADES REGIONAIS	POPULAÇÃO RESIDENTE, TOTAL 1980	POPULAÇÃO MIGRANTE	% MIGRANTE POP. TOTAL
GO	3.864.629	1.065.463	27,57
MT	1.138.866	545.661	39,92
DF	1.175.915	480.002	40,89
MS	1.367.197	463.257	33,88
CO	7.546.607	2.554.383	32,65

FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico- 1980 , FIBGE, 1982 , Arud Junqueira, 1983.

O fluxo mais moderado de imigrantes do Mato Grosso com relação as outras unidades regionais, já que as estatísticas oficiais dão um quadro estagnado do movimento migratório, pode ser explicado pela absorção volumosa que Rondônia

começou a receber na década.

O tempo de permanência da população migrante para o Mato Grosso, incluindo os inter-regionais e intra-regionais, mostra de certa forma a instabilidade de parte da população, a qual representa um potencial para o avanço da fronteira levando-se em consideração que grande parte dos imigrantes de Rondônia contam com uma média de 3 a 5 etapas migratórias, sendo em geral a última, do Mato Grosso. Ver Quadro 02.

Embora o quadro demonstre a continuidade do fluxo imigratório e seu aumento a partir de 1975, demonstra ainda que cerca da metade da população migrante é intra-regional, o que pressupõe a instabilidade econômica e social da população no Centro-Oeste.

QUADRO 02

Tempo de Permanência dos Migrantes Intra e Inter-Regionais no Estado do Mato Grosso - 1980.

TEMPO (ANOS)	MIGRANTES IN - TER-REGIONAIS	MIGRANTES INTRA- REGIONAIS	T O T A L
1 ano	44.705	51.789	193.620
1 a 2	63.982	62.784	493.355
3 a 5	65.372	65.032	259.577
6 a 9	50.284	50.054	299.594
s/decla rar	50	209	558
T O T A L	224.393	229.869	454.661

FONTE: Tabulações Avançadas do Centro Demográfico, 1980 IBGE

Entretanto, para confirmar a hipótese de que a instabilidade econômica e social dos migrantes do Mato Grosso, tornou este Estado, numa última etapa migratória de parte dos imigrantes de Rondônia, o Quadro 03 demonstra que a taxa de estabilidade da população é de 0,60 e com índice de migrações intra-regional de 0,20%. Isto pressupõe que a fronteira está em movimento e marcada por lutas sociais pela terra, pois é a luta entre capital e trabalho, entre frente camponesa e frente capitalista que faz avançar a fronteira, deixando para trás as terras expropriadas e proibitivas aos trabalhadores sem terra.

QUADRO 03

Estabilidade Populacional e Índice de Migração Intra-Regional no Mato Grosso (Migração Líquida: 70-80)

POPULAÇÃO RESIDENTE (P) 1980	Nº TOTAL DE MIGRANTES (M)	ESTABILIDADE $E = \frac{P-M}{P}$	Nº DE MIGRANTES INTRA-REGIONAIS (IM)	ÍNDICE DE MIGRANTES INTRA-REGIONAIS
1.138.866	454.661	0,60	229.868	0,20

FONTE: IBID $ISM = \frac{IM}{P}$ Tabulações Avançadas do Centro Demográfico - 1980 - FIBGE

Estes dados tratam de migrações líquidas, ou seja, tratam do saldo ou balanço migratório que é calculado entre

as entradas e saídas. Embora não tratem das saídas de modo específico, tudo indica que estas foram bastante expressivas, o que pode ser comprovado na última etapa migratória das entradas de Rondônia.

Na verdade, os imigrantes do Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e outras unidades, com etapa migratória no Mato Grosso ou não, são produtos da penetração do capital na agricultura, marginalizando homens e pequenos capitais que já não encontram condições de reprodução social em suas áreas de origem.

Para se ter uma idéia do volume de migrantes que aportaram em Rondônia, às margens da BR - 364, apresenta-se no quadro seguinte as estatísticas disponíveis ano a ano. Os dados foram cadastrados somente a partir de 1977, quando se criou no Estado, um órgão de cadastramento, triagem e encaminhamento de imigrantes. Esse ano, na verdade, coincide com o aumento febril do fluxo imigratório. Entretanto, nos primeiros anos, os postos de triagem e cadastramento só funcionavam durante o dia, não se cadastrando as entradas durante a noite. De qualquer forma, o Quadro 04 dá uma dimensão dos fluxos durante sete anos.

O fato é que de 1970 a 1980, a população de Rondônia passou de 111.064 para 491.025 habitantes, em taxa média anual de 16%, sendo em muito superior às taxas para a Região Norte e para o Brasil, de 5.0 e 2,48 % respectivamente. (5)

(5) Ver Rondônia, Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral. I Plano de Desenvolvimento Integrado de Rondônia, 1985/89. vol. 1. Porto Velho, SEPLAN-RD, 1984, p. 16.

QUADRO 04

Evolução do Nº de Migrantes Cadastrados em Rondônia 1977-1983

ANOS	NÚMERO DE MIGRANTES		TOTAL
	COM DESTINO À RONDÔNIA	COM DESTINO A OUTROS ESTADOS	
1977*	3.140	1.168	4.308
1978	12.658	2.097	14.755
1979	36.791	7.487	44.278
1980	49.205	8.367	57.572
1981	60.218	10.033	70.251
1982	58.052	3.782	61.834
1983	92.723	8.111**	100.824
TOTAL GERAL	312.787	41.045	353.832

FONTE: NURE/SEPLAN - RO

* Somente a partir do 2º semestre de 1977

**Somente de janeiro a setembro de 1983

Conforme o quadro 04, de 1977 a 1983 Rondônia recebeu cerca de 312.787 novos imigrantes. Estima-se que já na década de 70 migraram para Rondônia cerca de 285.000, quando, considerando-se o período de 79 a 83, as taxas de crescimento de novos residentes para os anos 78/79, 79/80, 80/81 e 82/83 foram em média aritmética anual, 60,5%.⁽⁶⁾

(6) Idem p. 17.

Dado esse quadro aproximado do volume da frente imigratória de Rondônia, utilizar-se-á os dados cadastrados e fornecidos pels SEPLAN - RO para se ter uma caracterização geral desse movimento de população. Por dificuldades de tempo, utilizar-se-á os dados computados para o ano de 1982 por serem os mais recentes quando do levantamento de dados secundários. Embora os dados ofereçam apenas um flash anual de 1982, não representando, portanto, a dinâmica da composição e das características do movimento migratório, dá pelo menos uma idéia geral.

Com relação à procedência dos imigrantes por Estado da Federação, em 1982, o Estado do Paraná continua sendo o maior expulsor de população com 23,0 % dos 58.052 imigrantes, seguido do Mato Grosso com 15%, vindo logo em seguida Minas Gerais com 10,6%, São Paulo com 9,3%, seguido do Espírito Santo com 8,2% e Mato Grosso do Sul com 7,2% . Estes percentuais coloca o Centro Sul na dianteira das migrações com destino à Rondônia (Conforme Quadro 05).

Por outro lado, o mesmo quadro mostra que a maioria dos imigrantes se destinaram aos municípios do Espaço agrário da BR-364, onde estão localizados os projetos de colonização dirigida, sendo que 14% do total dos imigrantes se dirigiram para a capital.

Em termos de última localidade dos imigrantes, 30% apenas eram procedentes da roça, mas levando-se em consideração que nas vilas e pequenas cidades, a grande maioria dos residentes se ocupam das atividades agrícolas, inclusive os bóias-frias das periferias das cidades maiores, essa percentagem poderá ser bem maior. Vide Quadro 06.

ANO DE 1982

QUADRO 05

ESTADO DE PROCEDÊNCIA	MUNICÍPIO DE DESTINO														TOTAL
	CACCAL	P. VELHO	JI-PARÁ	PIMENTA	VILHENA	ARIQUE MES	COLORADO	CURU	JARU	PRES. MÉDICI		ESPIÇÃO		COSTA	
										MÁ	BUENO	D'ESTE	MARQUES		
PARANÁ	2.719	402	2.283	982	1.370	1.523	1.156	749	620	426	128	14	01	13.373	
MATO GROSSO	2.026	457	910	956	1.520	570	1.319	279	399	143	141	09	01	8.730	
MINAS GERAIS	838	292	1.014	1.852	300	293	437	599	286	151	71	16	-	6.149	
SÃO PAULO	1.023	483	966	752	591	400	388	271	240	208	56	38	-	5.416	
ESPIRITO SANTO	1.957	34	927	359	72	174	103	630	207	69	255	-	-	4.787	
MATO GROSSO DO SUL	1.009	152	905	443	467	249	231	246	217	226	14	10	-	4.179	
AMAZONAS	30	2.429	68	10	121	135	-	03	17	02	02	31	-	2.848	
GOIÁS	361	905	330	404	180	210	111	47	60	57	89	17	-	2.771	
BAYIA	116	142	150	47	69	1.047	161	242	270	08	02	01	-	2.255	
PARÁ	42	769	63	55	50	47	24	12	08	03	06	-	-	1.079	
CEARÁ	104	326	100	45	227	23	10	07	24	05	05	09	-	885	
MARANHÃO	61	447	63	87	50	21	19	30	15	01	05	16	-	815	
RIO DE JANEIRO	123	236	149	46	90	29	39	44	18	08	12	06	-	800	
ACRE	01	506	04	07	08	33	-	07	-	-	01	02	-	569	
EXTERIOR	218	89	64	24	29	29	16	06	06	43	10	05	-	539	
BRASÍLIA	37	241	40	37	23	120	07	02	09	01	01	09	01	528	
SANTA CATARINA	93	27	44	69	117	72	53	10	22	01	04	01	-	513	
RORAIMA	19	278	36	03	14	38	01	06	06	05	-	06	-	412	
PERNAMBUCO	58	57	81	25	25	05	39	25	11	24	02	01	-	353	
RIO GRANDE DO SUL	33	48	67	38	76	18	14	-	01	01	22	01	-	324	
PIAUI	34	72	27	42	11	42	06	04	01	03	-	01	-	243	
PARAÍBA	42	87	23	18	39	03	03	04	06	-	-	01	-	226	
PIC GRANDE DO NORTE	02	30	14	17	21	09	-	01	01	-	-	-	-	95	
SERGIPE	07	04	09	42	10	-	-	01	-	-	03	01	-	77	
ALAGOAS	-	24	14	11	06	01	01	02	03	-	-	-	-	62	
AMPARÁ	-	19	-	02	-	-	-	-	-	-	02	01	-	24	
TOTAL	11.955	8.566	8.351	6.373	5.486	5.091	4.135	3.227	2.447	1.365	831	196	03	58.052	

Fonte: SEPLAN-RO. Apud: SEPLAN-RO/NURE-RO, 1982.

12 Pa 819

QUADRO 06

ÚLTIMA LOCALIDADE DE DOMICILIO DO CHEFE DE FAMILIA
MIGRANTE, SEGUNDO O ESTADO DE PROCEDÊNCIA
ANO DE 1 982

ESTADO DE PROCEDÊNCIA	ÚLTIMA LOCALIDADE DE DOMICILIO				
	ROÇA	CIDADE	VILA	NÚMERO	PERCENTUAL
	2.507	2.904	75	5.486	18,3
IAS	54	1.977	79	2.110	7,0
GROSSO	1.854	2.461	71	4.386	14,6
SUL	716	1.069	30	1.815	6,0
PAULO	328	2.672	24	3.024	10,1
SANTO	1.121	665	24	1.810	6,0
GERAIS	716	3.002	39	3.757	12,5
	342	1.520	24	1.886	6,3
	145	390	8	543	1,8
HÃO	97	432	59	588	2,0
	44	109	3	156	0,5
JANEIRO	40	488	4	532	1,8
SUL	31	161	2	194	0,6
NORTE	9	48	2	59	0,2
	560	325	20	905	3,0
	65	601	131	797	2,7
MA	55	196	59	310	1,0
	1	15	5	21	0,1
MBUCO	58	125	5	188	0,6
BA	30	119	6	155	0,5
CATARINA	92	177	3	272	0,9
PE	20	29	1	40	0,1
SAS	9	17	2	38	0,1
	19	355	4	378	1,3
LIA	11	446	4	461	1,5
RIOR	113	43	5	161	0,5
T A L	9.037	20.346	689	30.072	100,0
ENTUAL	30,0	67,7	2,3	100,0	

- QUADRO 07

Nº DE MIGRANTES, CHEFES DE FAMÍLIA, SEGUNDO O ESTADO DE
PROCEDÊNCIA E A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
ANO DE 1 982

ESTADO DE PROCEDÊNCIA	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO							PERCEN TUAL
	EMPRE- GADOR	EMPRE GADO	AUTO NOMO.	MEEIRO	TFSR	OUTROS	TOTAL	
PARÁ	10	2.057	573	1.799	239	808	5.486	18,3
PARANÁ	17	1.514	151	22	10	396	2.110	7,0
PARANÁ GROSSO	8	2.022	331	1.253	185	587	4.386	14,6
PARANÁ G. DO SUL	8	799	172	531	59	246	1.815	6,0
PARANÁ PAULO	14	2.072	256	280	26	376	3.024	10,1
PARANÁ RITO SANTO	-	510	143	818	91	248	1.810	6,0
PARANÁ S GERAIS	7	2.722	193	516	64	255	3.757	12,5
PARANÁ S	2	1.343	127	221	32	161	1.886	6,3
PARANÁ S	3	309	53	90	18	70	543	1,8
PARANÁ NHÃO	-	372	88	60	4	64	588	2,0
PARANÁ S	-	99	13	23	8	13	156	0,5
PARANÁ DE JANEIRO	2	386	49	24	4	67	532	1,8
PARANÁ G. DO SUL	-	101	34	23	1	35	194	0,6
PARANÁ G. DO NORTE	-	39	5	6	2	7	59	0,2
PARANÁ S	-	350	51	356	52	96	905	3,0
PARANÁ S	5	486	194	36	7	69	797	2,7
PARANÁ S	2	168	87	30	4	19	310	1,0
PARANÁ S	-	16	4	-	-	1	21	0,1
PARANÁ S	1	94	19	40	5	29	188	0,6
PARANÁ S	1	89	24	26	3	12	155	0,5
PARANÁ S CATARINA	1	144	35	53	17	22	272	0,9
PARANÁ S	1	14	5	12	3	5	40	0,1
PARANÁ S	-	21	3	6	2	6	38	0,1
PARANÁ S	1	276	18	11	-	72	378	1,3
PARANÁ S	1	381	30	7	1	41	461	1,5
PARANÁ S	-	33	18	78	13	19	161	0,5
T A L	84	16417	2.676	6.321	850	3.724	30.072	100,0
PERCENTUAL	0,3	54,6	8,9	21,0	2,8	12,4	100,0	

SEPLAN/NURE/SETRAPS

Apud: SEFLAN/RO/NURE/RO, 1982

LOCAL DE NASCIMENTO

FAIXA ETÁRIA	LOCAL DE NASCIMENTO																				TOTAL							
	PARANÁ	AMAZONAS	MATO GROSSO	M.G.DO SUL	SÃO PAULO	ESP. SANTO	MINAS GERAIS	GOIÁS	CEARÁ	MARANHÃO	PIAUI	R. JANEIRO	R.G.DO SUL	R.G.DO NORTE	BAHIA	PARÁ	HORAIMA	AMAPÁ	PERNAMBUCO	PARAÍBA		SIA. CATARINA	SERGIPE	ALAGOAS	ACRE	BRAZILIA	EXTERIOR	TOTAL
15	24	25	19	9	7	8	8	6	3	2	2	2	2	-	2	2	2	-	2	1	1	1	1	-	5	1	1	135
20	681	355	300	156	246	250	590	232	104	108	29	39	54	16	156	51	15	3	38	35	57	8	17	94	44	5	3.683	
25	1.112	459	395	250	630	452	1.478	509	281	314	120	86	183	58	351	149	33	6	112	91	117	25	27	125	26	23	7.414	
30	734	275	286	183	586	423	1.211	346	254	237	98	101	156	53	287	104	26	4	106	107	117	22	45	77	6	19	5.864	
35	346	166	136	92	409	232	774	170	160	145	61	61	113	42	272	65	10	1	95	60	94	25	50	47	3	6	3.635	
40	182	113	101	50	345	168	581	123	134	78	39	39	91	29	231	35	6	2	78	47	66	20	45	25	3	15	2.646	
45	159	75	98	44	228	148	481	88	110	44	42	28	71	23	167	21	6	-	66	41	61	19	27	9	4	10	2.070	
50	114	42	59	37	187	117	353	60	85	14	16	29	73	18	156	4	-	2	69	43	52	8	22	6	2	10	1.578	
50	202	65	75	57	368	261	813	65	151	30	23	51	141	26	269	19	7	-	120	58	93	28	62	12	1	30	3.047	
TOTAL:	3.554	1.575	1.469	878	3.006	2.059	6.289	1.599	1.282	972	430	436	884	265	1.911	450	105	19	686	483	658	156	296	400	92	119	30.072	
PERCENTUAL	11,8	5,2	4,9	2,9	10,2	6,6	20,9	5,3	4,3	3,2	1,4	1,4	2,9	0,9	6,4	1,5	0,3	0,1	2,3	1,6	2,2	0,5	1,0	1,3	0,3	0,4	100,0	

SEPLAN/NUFE/SETRAPS.

Apud: Boletim Migração. SEPLAN-RO/NUFE-RO, 1982.

QUADRO 09
MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS PELOS MIGRANTES
SEGUNDO O ESTADO DE PROCEDÊNCIA
ANO DE 1 982

ESTADO DE PROCEDÊNCIA	MEIO DE TRANSPORTE				TOTAL	
	CAMINHÃO	ÔNIBUS	AUTOMÓVEL	OUTROS	NÚMERO	%
PARANÁ	746	4.559	165	16	5.486	18,3
PARANÁ	33	2.060	07	10	2.110	7,0
PARANÁ GROSSO	617	3.668	86	15	4.386	14,6
PARANÁ GROSSO SUL	202	1.530	73	10	1.815	6,0
PARANÁ PAULO	237	2.648	98	41	3.024	10,1
PARANÁ SANTO	425	1.354	25	06	1.810	6,0
PARANÁ S GERAIS	214	3.475	51	17	3.757	12,5
PARANÁ S	108	1.732	39	07	1.886	6,3
PARANÁ	34	491	10	08	543	1,8
PARANÁ NHÃO	08	576	05	01	588	2,0
PARANÁ UÍ	01	153	01	01	156	0,5
PARANÁ DE JANEIRO	29	460	20	23	532	1,8
PARANÁ DO SUL	19	163	06	06	194	0,6
PARANÁ DO NORTE	03	52	03	01	59	0,2
PARANÁ	199	690	15	01	905	3,0
PARANÁ	19	762	08	08	797	2,7
PARANÁ IMA	02	308	-	-	310	1,0
PARANÁ	-	19	-	02	21	0,1
PARANÁ AMBUCO	15	163	07	03	188	0,6
PARANÁ ÍBA	25	126	03	01	155	0,5
PARANÁ CATARINA	42	217	10	03	272	0,9
PARANÁ IPE	08	32	-	-	40	0,1
PARANÁ COAS	02	36	-	-	38	0,1
PARANÁ	12	353	06	07	375	1,3
PARANÁ SÍLIA	12	441	03	05	461	1,5
PARANÁ RIOR	08	147	06	-	161	0,5
T A L	3.020	26.215	645	192	30.072	100,0
PERCENTUAL	10,0	87,3	2,1	0,6	100,0	

Fonte: SEPLAN/NURE.

QUADRO 10 -
FORMA DE MIGRAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA
ANO DE 1982

FAIXA ETÁRIA	FORMA DE MIGRAÇÃO			TOTAL
	CONTRATADO P/TERCEIRO	INICIATIVA PRÓPRIA	OUTRAS	
15	10	125	-	135
20	605	3.078	-	3.683
25	1.498	5.916	-	7.414
30	1.025	4.839	-	5.864
35	582	3.053	-	3.635
40	375	2.271	-	2.646
45	254	1.816	-	2.070
50	129	1.449	-	1.578
+	141	2.906	-	3.047
TOTAL	4.619	25.453	-	30.072
PERCENTUAL	15,4	84,6		100,0

FONTE: SEPLAN/MURE

No tocante à posição na ocupação, 54,6% se disseram empregados, 21,0% meeiros, 8,9% autônomos, 2,8% trabalho familiar sem remuneração e 12,4% não identificados, sendo que apenas 0,3% se disseram empregadores. Esses dados demonstram que a maior percentagem do fluxo imigratório é representado pelas classes subalternas (Quadro 07).

Quanto ao local de nascimento, 20,9% nasceram em Minas Gerais e 11,8% no Paraná vindo em seguida São Paulo (10,2%), Espírito Santo (6,8%), Bahia (6,4%), Goiás (5,3%) Amazonas (5,2%), Mato Grosso (4,9%) e Ceará (4,3%) conforme o Quadro 08. Comparando-se esses dados com os do quadro de procedência por unidade da União, chega-se à conclusão que esses imigrantes já passaram por várias etapas migratórias.

Quanto a meio de transporte utilizado na migração, 87,3% viajou de ônibus e 10% de caminhão. Isto representa a influência dos comerciantes de transportes dos migrantes nas regiões de origem, os quais se encarregam de fazer a propaganda extra-oficial sobre a disponibilidade de terras em Rondônia e as oportunidades de "subir na vida" (Quadro - 09). Com relação aos motivos no Quadro 10, nota-se que 84,6 dos migrantes se destinaram a Rondônia por iniciativa própria, sendo 15,4 foram contratados por terceiros.

Com relação aos motivos migratórios, segundo as estatísticas do Posto de Seleção e Encaminhamento de Imigrantes de Vilhena, entre 846 migrantes entrevistados em julho de 1976, 706 se deslocaram a procura de terras, perfazendo um percentual de 83,5%; 110 se deslocaram porque possuíam terras na região, representado uma percentagem de 13%, en

quanto 05 vai deslocar-se para atividades comerciais, 06% pa
ra serviços gerais e 19 não identificados, representando em
termos percentuais 0,6%, 0,7% e 2,2% respectivamente. Vide o
Quadro 11.

Num outro levantamento do INCRA, no Projeto Integra-
do de Colonização de Ouro Preto, o motivo principal que levou
os colonos a migrarem para o referido projeto foi a procura de
terra conforme o Quadro 12.

QUADRO 11

Razões que Determinaram o Deslocamento de Migrantes Chefes de
Família para Rondônia - (Julho/1976)

RAZÕES	NÚMERO DE MIGRANTES	%
Procura de terra	706	83,5
Possui terra na Região	110	13,0
Comércio	05	0,6
Serviços Gerais	06	0,7
Outros	19	2,2
T O T A L	846	110,0

FONTE: INCRA. Posto de Seleção e Encaminhamento de Vilhena-RO

QUADRO 12

Razões que Determinaram o Deslocamento de Imigrantes para o
PIC Ouro Preto - Rondônia - 1977

MOTIVO DA MIGRAÇÃO	%
Falta de trabalho	1,9
Qualidade do Solo	1,7
Boa oportunidade para os filhos	1,7
Conseguir terra	81,0
Outros	5,8
Em branco	8,5

FONTE: Levantamento Sócio-Econômico (INCRA/77) em HERIQUES
(1979)

Com relação a ocupação principal dos chefes de família imigrantes, entrevistados pelo Centro de Encaminhamento e Triagem de Migrantes (em Vilhena/RO), 686 se disseram lavradores representando um percentual de 85,64%, 33 se disseram tratoristas, representando 4,11% do total de entrevistados; enquanto 23 se disseram comerciantes e 59 não tiveram profissão principal identificada, representando em termos percentuais 2,90% e 7,35% respectivamente, como pode-se observar no Quadro 13.

QUADRO 13

Ocupação Profissional dos Chefes de Família

ATIVIDADE FUNCIONAL	FREQUÊNCIA	%
Lavradores	686	85,64
Tratoristas	33	4,11
Comerciantes	23	2,90
Outros	59	7,35
T O T A L	801	100,0

FONTE: COGET/CETREMI. 1976

Embora não se tenha informações estatísticas sobre a fixação da população nas zonas rurais, já que o movimento migratório para Rondônia é caracterizado em sua grande maioria por migrantes em busca de um pedaço de terra, pode-se acrescentar, no entanto, que na década de 1970 foram assentados 37.000 famílias sendo que 90% da população do Estado está localizada no trecho VILHENA - Porto Velho, onde se localizam as áreas de colonização dirigida nos mais novos municípios que surgiram em função da imigração acelerada, Cerejeiras, Rolim de Moura, Alvorada D'Oeste e Santa Luzia, cerca de 47% da população é urbana.⁽⁶⁾

6 SEPLAN - RONDÔNIA - POLONORDESTE, op. ct. p. 06 a 07.

216

5.3. A Reprodução Social da População na Fronteira de Rondônia.

Como já se viu anteriormente, em razão da penetração do capital na agricultura do Centro-Sul e outras áreas do país, intensificou-se uma corrente migratória (vide Mapa I, Apêndice I) em direção ao Centro-Oeste, penetrando em Rondônia.

Camponeses e trabalhadores sem terra em geral formaram uma frente de ocupação às margens da BR-364 realizando uma espécie de reforma agrária espontânea.

Enfrentando as vicissitudes do meio, posseiros e colonos não tardaram a ter que fazer frente aos grileiros, especuladores de terras públicas e companhias de colonização, na luta pelo espaço, no qual pudessem se reproduzir socialmente de maneira menos desumana que em suas áreas de origem. Rondônia passou, então, a ser o mais novo palco de lutas sociais pela terra na Amazônia; a luta entre a frente camponesa (posseiros, colonos, etc) e a frente capitalista pioneira (grileiros, comerciantes de terras, fazendeiros, empresas madeiras, mineradoras, etc). Essa luta tem lugar exatamente aonde o INCRA propagava fazer a maior reforma agrária do país.

Com relação à composição social dominante na fronteira afirma Modesto ⁷.

⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura, INCRA - Coordenadoria Especial do Território de Rondônia. op.cit.p.16

217

"A população migrante era composta, principalmente de agricultores, mas também se estabeleceram ao longo da estrada companhias de terras pertencentes a paulistas e paraenses. Numerosas derrubadas para formação de pastos foram observadas em 1968 nas proximidades de Vilhena, Pimenta Bueno e Vila Rondônia.

Implícito a essa afirmação está, na verdade, a ocupação do espaço por agentes sociais antagônicos na luta pela terra. Isso significa que as contradições entre capital e trabalho no campo se implantaram e se acirraram desde cedo em Rondônia. Como produto dessa contradição, se reproduz um espaço agrário característico de outras fronteiras, entre os diversos grupos sociais estabelecem confrontos e alianças mediadas pelo Estado, sempre em detrimento dos colonos e posseiros, como se verá mais adiante. Em seguida, afirma o mesmo autor:

"A ocorrência de novas frentes de migrações geram uma ocupação espontânea e desorganizada de terras da União, geram conflitos entre novos e antigos donos, apresentando no final da década de 60, uma situação fundiária caótica.⁽⁸⁾

Para evitar essa situação "caótica", o Estado vai intervir a partir de 1970, ora através de projetos de colonização para ordenar o "caos e a desordem", ora na mediação na luta e violência que se trava na fronteira através da lei.

(8) MODESTO, op. cit. p. 17.

Segundo depoimentos de colonos, "o Capitão Silvío⁽⁹⁾ perseguia os posseiros ao longo da BR-364. A polícia vinha expulsar o pessoal e prender. Obrigava a sair; muitos saíram, muitos saíam e voltaram, outros aguentavam firme". Num ônibus que os levavam pela BR-364, um "invasor" desconhecido contou a um visitante curioso, a altura da Cajazeira* como outros "invasores" resistiram a todas as tentativas de disciplinar às suas custas a ocupação daquela região - Um deles, posseiro no Km 210, contou o nosso companheiro de viagem, foi preso até nove vezes pela polícia, levado quatro vezes a Porto Velho de mãos e pés amarrados, para confessar que não queria mais voltar à irregularidade, mas ele inarepetindo "podem me desamarrar que eu volto lá". Até hoje está aí..... (10)

Entretanto, esse tipo de intervenção do Estado, aumentava a violência na fronteira; INCRA, jagunços e polícia se confundem na expulsão de posseiros. Luta e violência na fronteira torna cada vez mais o espaço da BR-364 conflitivo e tenso na razão direta do volume de trabalhadores sem ter-

(9) Coordenador do INCRA em Rondônia na época.

(*) GLEBA Cajazeira, na beira da BR-364, a duas léguas ao Sul da cidade de Ariquemes (Esta situada a 19 Km de Porto Velho). HEBETTE, Jean e Acevedo, Rosa E. op. cit. p. 32.

(10) HEBETTE, Jean e Acevedo, Rosa E. op. cit. p. 11.

ra que compõe, a frente camponesa nos anos 70 e anos posteriores, deixando cada vez mais desordenadora a "ação ordenadora" do Estado.

Os conflitos se seguem anos após ano. As áreas de colonização oficial são estendidas mata à dentro pelos "invasores", seguindo o traçado das vicinais, a partir do ponto que o INCRA terminou o seu trabalho "ordenador do caos", enquanto outros "invasores" continuam ocupando faixas expúrias destinadas ou apropriadas por empresas fantasmas, fazendas, etc. Essa experiência da fronteira de Rondônia é:

"... expressão de uma violenta luta pela terra, sendo essa luta mediada pela operação, ou melhor, pela inoperância da lei e da burocracia. A confusão legal cria o conflito político e a ruptura social. Não se pratica justiça porque, certamente, esta não é para ser praticada. Diante desse redemoinho a burocracia recolhe-se de praticar ações radicais e bate em retirada para a inércia. Em suas tentativas para articular soluções administrativas para problemas que são políticos, a burocracia torna-se sobrecarregada devido ao funcionamento de seu próprio aparelho. Como é característica dos Estados autoritários a burocracia fica presa naquela 'estranha combinação de Reichstaat e poder arbitrário, de procedimentos legalísticos lentos e estilo de comando militar (Linz, 1964), que mortifica o impacto de sua política na fronteira. São, porém, precisamente a demora legal e a inércia burocrática que mediam a luta pela terra. O fracasso da lei em estabelecer o direito legal e o fracasso da burocracia -

cia em implantar a política formulada impedem efetivamente sua resolução legal, permitindo que a luta continue enquanto estiver favorecendo o ciclo de acumulação."(11)

Apesar do INCRA, responsável pela política agrária em Rondônia, ter se reestruturado e se reorganizado administrativamente para fazer frente à demanda da acelerada ocupação espacial que se processava, a inércia e a inoperância se tornou o problema medular de ação ordenadora/desordenadora do "caos", ficando cada vez mais a reboque da luta pela terra, da ocupação espontânea de novas áreas por trabalhadores sem terra, muitos dos quais organizados em mutirão, depois de longas esperas em filas numerosas nas portas dos escritórios do INCRA, localizados nos núcleos urbanos.

Apesar disso, o órgão tinha realizado um gigantesco trabalho de "ordenamento do caos", dividindo Rondônia em projetos fundiários, e estes em áreas de colonização oficial e áreas de licitação para empreendimentos de maiores vultos tais como fazendas, empresas agropecuárias, mineradoras, enquanto resguardava os direitos de posse dos grileiros com seus exércitos de jagunços auxiliados pela polícia e a justiça local.

Apesar dos percalços da política do INCRA, tendo como motor a luta pela terra entre grupos sociais antagônicos, que é... " uma luta de classes travada pela apropriação dos excedentes e pela apropriação da terra"(12), este órgão a re

(11) FOWERAKER, Joe. op. cit. p. 167 e 168

(12) Ver FOWERAKER, Joe, op. cit. p. 16.

boque da luta social pela terra e da própria ocupação acelerá da continua ordenando/desordenando o "caos"; realizando a "maior reforma agrária do mundo". Para efeito de demonstração, passar-se-á mostrar a política fundiária do INCRA e suas operações ordenadoras do espaço.

De início é bom ressaltar que a ação do INCRA a nível de ocupação é representada por três esquemas fundamentais : áreas de projetos de colonização oficial com pequenos produtores (Projetos Integrados de Colonização um dos mais assistidos segundo a política do órgão, Projetos de Assentamentos Dirigidos nos quais o órgão deveria ser responsável praticamente pelos trabalhos de regularização fundiária, e os Projetos de Assentamento Rápido, devido a demanda acentuada por lotes); áreas de licitação de médias propriedades, definida , na verdade, como grandes glebas (como a Corumbiara no Sul de Rondônia, englobando cerca da metade do município de Pimenta Bueno e cerca de um terço do Município de Vilhena) divididas em lotes que variam de 500 a 2.000 hectares; áreas de regularização fundiária, que em geral invadidas e em processo de regularização junto ao INCRA, localizadas, em geral, nas periferias dos projetos de colonização em que podem ser áreas de posseiros, áreas de posseiros requeridas por grileiros e áreas de grileiros.

Rondônia foi dividida em 4 projetos fundiários: o Alto Madeira, o Corumbiara, o Guajará Mirim e Jarú/Duro Preto , e estes divididos em áreas de colonização oficial, áreas de licitação para particulares, Parques Indígenas, áreas de reservas florestais do IBDF, áreas ecológicas da SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente). Esses projetos fundiários fo

ram criados em 1975, como desmembramentos de um único projeto, chamado Projeto Fundiário Rondônia, para facilitar a ação "ordenadora" do espaço em ocupação acelerada. Vide Mapa IV Apêndice I (localização espacial) e quadro 14 (áreas em hectares' de cada projeto e 15 (áreas discriminadas e áreas a discriminar em hectares).

A destinação das terras nesses projetos fundiários estão demonstradas em hectares no Quadro 16. É importante verificar que as áreas destinadas à colonização é menos um terço das áreas de regularização fundiária, ou seja, terras de posseiros, mais sobretudo de mineradoras, madeireiras, empresas agropecuárias e fazendas de gado.

Por outro lado, as terras indígenas tornam-se cada vez mais restritas, é muito mais ainda restritas do que os números oficiais apresentados no quadro, já que são constantemente invadidas por posseiros e grileiros, o mesmo ocorrendo com as áreas do IBDF.

Além disso, as chamadas áreas de concorrência pública (de licitação) e as áreas a destinar, em geral, quando ocupadas por posseiros, estes descobrem que já têm "donos", quando se veem cercados por jagunços a serviços de políticos e empresários do "sul".

QUADRO 14

Áreas dos Projetos Fundiários de Rondônia em Hectares

PROJETOS	ÁREA TOTAL
Alto Madeira	5.570.000
Corumbiara	5.990.500
Guajará Mirim	7.045.000
Jaru Ouro Preto	5.698.900
T O T A L	24.304.400

FONTE: INCRA/CETR-GDA. 1981

QUADRO 15

PROJETOS FUNDIÁRIOS: ÁREAS DISCRIMINADAS E ÁREAS A DISCRIMINAR EM RONDÔNIA - 1981

PROJETOS	ÁREAS DISCRIMINADAS(Ha)	ÁREAS A DISCRIMINAR (Ha)
Alto Madeira	3.090.209,9655	2.479.790,0345
Corumbiara	5.859.000,0000	131.500,0000
Guajará Mirim	5.835.464,0000	1.209.536,0000
Jaru Ouro Preto	3.730.441,7620	1.968.458,2380
TOTAL	18.515.115,7275	5.789.284,2725

FONTE: INCRA/CETR -GDA

QUADRO 16

Demonstração da Situação Fundiária de Rondônia

Opção (Projeto)	Guajará Mi nim-Área(ha)	Corumbiara Área(Ha)	Alto Madei ra-Área(ha)	Jaru/Ouro Preto Área(ha)	T O T A L (Em Ha)
	1.177.000	1.015.160	126.600	185.000	2.503.760
	1.655.100	258.500	25.000	268.150	2.206.750
OPÇÃO	200.000	1.408.139	134.590	2.295.907	4.128.636
OPÇÃO FÚ	-	1.674.693	84.587	222.609	1.981.889
R. FUNDIÁRIA	1.917.914	1.371.351	2.789.600	1.543.766	7.622.631
URBANAS E	-	-	-	-	-
PÚBLICAS	51.217	41.657	39.723	24.360	156.957
A DESTINAR	2.043.769	131.000	2.369.900	1.159.108	5.703.000
T O T A L	7.045.000	5.990.500	5.570.000	5.698.900	24.304.400

INCRA/CETR /GDA/1981

O projeto Fundiário Alto Madeira é integrado pelas unidades Abuna e Rio Preto, tem sede administrativa em Porto Velho. Dentro destas áreas estão localizados os Parques Indígenas Karitianas e Kaxarari e parte do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra. Por sua vez o projeto Fundiário Corumbiara abrange os Municípios de Pimenta Bueno, Vilhena, Cacoal e Guajará Mirim. Sua sede administrativa é Pimenta Bueno e está dividido em duas Unidades Fundiárias, a de Vilhena e a de Roosevelt. Nessas áreas estão localizados os Projetos Integrados de Colonização Paulo de Assis Ribeiro e o Gy-Paraná, parte da Reserva Florestal de Pedras Negras, e os Parques Indígenas Sete de Setembro, Roosevelt e Aripuanã.

O Projeto Fundiário Guajará-Mirim, com sede na cidade do mesmo nome, inclui os parques indígenas Guaporé, Lage, Ribeirão, Rio Negro, Ocaia, além da Reserva Florestal de Pedras Negras e o Pic Sidnei Girão. Esse Projeto de Colonização está desativado. Fatores como pobreza dos solos, condições de isolamento, falta de infra-estrutura de apoio social à produção e à comercialização, levaram os colonos a abandonarem os lotes.

Já o Projeto Fundiário Jaru/Ouro Preto abrange os municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Guajará Mirim, Porto Velho e Arquimedes com sede administrativa em Ji-Paraná.

Dentro de Jaru/Ouro Preto estão localizados os Projetos de Assentamento Dirigido Marechal Dutra e o Burareiro e os Projetos Integrados de colonização Ouro Preto e Padre Adolpho Rohl, além dos Parques Indígenas Lourdes, a Reserva

226

Biológica do Jarú, um loteamento rural de propriedade da colonizadora particular CALAMA S/A, grandes áreas de ocorrência de cassiterita apropriadas pelas mineradoras, áreas de licitação ocupadas por fazendas, além do Projeto Burareirão no qual estão localizadas médias e grandes fazendas destinadas ao cultivo do cacau. (Vide Mapa IV e V no Apêndice I)

Embora essa ação distributivista da terra pelo INCRA não esteja ileso de grandes questões sociais pela terra, a própria ação em si é discriminatória socialmente, conforme tão bem esclarece HEBETTE e ACEVEDO (13) na região de Ariquemás :

"... um impressionante espaço de mais de um milhão' de hectares (dez mil quilômetros quadrados - 30% do Municí - pio) está todo perfeitamente quadriculado. E não é só papel, pois um gigantesco trabalho de agrimensura, delimitação e de colocação de marcos tem traduzido, concretizado no chão as li - nhas demarcatórias dos mapas. O mapa e sua transposição no terreno são obras do INCRA- Instituto Nacional de Coloniza - ção e Reforma Agrária, um dos braços do demiurgo(14).

(13) HEBETTE, Jean e Acevedo, Rosa E. O Estado e a Reprodução Social. Série Seminários e Debates, nº 9 Núcleo de Al - tos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, Belém, 1982, p.11

(14) Expressão utilizada pelos autores para designar o Estado p. 11.

Dez mil quilômetros quadrados, igualmente distribuídos, representariam lotes de cem hectares para dez mil famílias, quer dizer, para mais de cinquenta mil pessoas, o equivalente a toda população do município. Mas o espaço quadriculado não é tão homogêneo quanto parece à primeira descoberta; não é retalhado em lotes idênticos. Na verdade estão justapostas três áreas com dimensões e com distribuição bem diferentes: mais a leste, a chamada Gleba Burareiro, vulgarmente designada por "Licitação" com 222.609 ha; no meio, o Projeto de Assentamento Dirigido - PAD-Burareiro, em forma de L invertido, com 304.925 ha; e a Oeste, o PAD Marechal Dutra, vulgo "Marechal" inserido no traçado do PAD Burareiro e com 494.661 ha.

Comentários ouvidos em Rondônia asseguram que esta disposição geométrica foi fruto da cautela do Capitão Silvío Gonçalves Farias, idealizador desse arranjo, que queria criar um cordão isolante ou protetor entre licitação e o marechal, já que os dois iam ter características não somente diferentes mas também conflitivas. O Marechal foi fracionado em parcelas de 100 ha (4.668 ao todo), destinadas à famílias pobres azeitadas ao regime de subsistência, enquanto Licitação foi distribuída em lotes de 500 a 1.000 ha (319 no total), vendidos a empresários, PAD-Burareiro sendo dividido em lotes, a princípio de 250 ha, reservados a cacaicultores um pouco capitalizados. A cada categoria seu lugar no planeta, no maior respeito da estratificação na qual inseriram cada um a sorte e seu próprio esforço..." (15)

(15) O Coordenador do INCRA em Rondônia na época e endossado pela ideologia dominante como um dos heróis da fronteira tanto quanto o Major Curio no Sul do Pará, quanto Bernardo no Belém-Brasília.

Embora que o que está no papel seja produto de forças sociais antagônicas na luta pelo espaço não correspondendo à hierarquia distributivista da terra à realidade tal como ela é em Rondônia, expressa, entretanto, a intervenção do Estado cuja estratégia tenciona reproduzir na região a estrutura da sociedade envolvente, expressa a partir do planejamento do espaço, deixando implícito a segregação social, a diferenciação social, as desigualdades sociais no campo. Enquanto a Licitação e o PAD - Burareiro foram planejados para exploração de um produto, intencionou-se criar médios e grandes produtores de cacau, com assistência técnica e outros mecanismos de política assegurados pela CEPLAC e diferenciados conforme as duas categorias envolvidas. As famílias pobres do PAD Marechal seriam no mais tardar mão-de-obra sazonal do cacau, depois seriam apropriadas, pela expansão dessa cultura, em sua terra, depois a mesma sorte teriam os pequenos e médios cacauicultores. Essa é a lógica, que não é do Capitão do INCRA, mas a lógica do movimento do Capital.

Evidentemente que este tipo de ordenamento espacial do INCRA é característica de todas as áreas de colonização em Rondônia. A licitação está nas áreas contíguas de todos os projetos de colonização dirigida, quer sejam fazendas de gado ou terra destinadas à implantação de usinas de álcool, ou simplesmente terras griladas para exploração madeireira.

Mas não é só o planejamento do espaço pelo INCRA que traduz a ideologia dominante de segregação social para

favorecer o processo de acumulação na fronteira. Essa ação tem outras facetas.

Os critérios utilizados pelo INCRA para assentamentos de colonos é diferenciado nos PIC's e nos PAD's, ficando fora dos critérios discriminatórios apenas os posseiros "invasores, os quais podem resistir, serem expulsos e ocuparem um lote noutra área ou mesmo efetuar outra posse, sendo sempre testa-de-ferro da incorporação de novas áreas ao processo de expansão agrícola.

Nos projetos de assentamentos dirigidos, as parcelas são de 50 hectares. Nestes projetos são assentadas aquelas famílias com "menos ou nenhuma capacitação econômica, conhecimentos técnicos ou vocação" agrícolas para culturas comerciais. Para estes, o INCRA apenas deveria fazer a regularização fundiária.

Já nos projetos integrados de colonização a política seria diferenciada: os colonos assentados em módulos de 100 hectares "receberiam" assistência alimentar, ajuda para construção de moradias, assistência técnica e se beneficiava de uma certa infra-estrutura de apoio à produção e comercialização. Para conseguir um lote nos PIC's, os colonos deveriam ter "uma certa capacitação econômica e administrativa, inclusive a disponibilidade de mão-de-obra segundo a composição social do grupo familiar".

Já no PAD Burareiro, os colonos seriam assentados em lotes de 250 hectares destinados a "produtores mais capacitados e com certa eficiência técnica e administrativa para a cultura do cacau".

Quanto à disposição física dos lotes, o sistema escolhido de espinha de peixe com os lotes em geral (os de 100 hectares possuem 500 metros de frente e 2.000 metros de fundo geralmente dispostos em um eixo de estradas principal - espinha dorsal - cortando as estradas no sentido transversal, não foi implantado só para facilitar os trabalhos topográficos e otimizar os recursos materiais e humanos, mas também para dificultar a organização comunitária e diferenciar socialmente os produtores à medida que os lotes tem a mesma forma e tamanho independente de qualidade do solo, da topografia, da disponibilidade de água, do acesso às principais vias de comunicação e distâncias dos centros urbanos. Esse sistema de organização espacial rígido reproduz, a princípio, a diferenciação social dos produtores.

Esses fatores - principalmente o fator solo e água - levou milhares de colonos a abandonarem os lotes e vendê-los ou simplesmente repassar para outros colonos e partir em busca de uma posse já que existiam terras férteis disponíveis nas áreas contíguas às glebas demarcadas pelo INCRA. Esses, se juntando aos trabalhadores sem terra, que colocam a ação do INCRA a reboque, se adentram na floresta demarcando seus próprios lotes, seguindo o traçado das últimas parcelas demarcadas por aquele órgão.

Já em 1977, o INCRA passou praticamente a exercer as funções de regularização e as suas outras ações conforme podem ser verificadas no Quadro 17, foram praticamente abandonadas ou passaram a ser exercidas por órgão da esfera do governo de Rondônia, tais como ASTER (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural) CODARON (Companhia de

QUADRO 17

MINISTERIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

ESTRUTURA DA PROGRAMAÇÃO DAS OPERAÇÕES EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE AGRICULTORES

UNIDADES DE TRABALHO	OBJETIVOS DE TRABALHO	PROGRAMAS	NATUREZA	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS
NOME	NOME	NOME	NOME	NOME
ORGANIZAÇÃO	Regularização jurídica das terras para posterior alienação.	DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS	EDUCAÇÃO	1.1. CBTENÇÃO DE REG. IMOBILIAR.
	TOPOGRAFIA e locações de Dr. Terrir.	ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL.	EDUCAÇÃO	1.2. VALIAC. E EST. DE RESULT.
ORGANIZAÇÃO	Mobilização e Organização dos recursos humanos.	3. ADMINISTRAÇÃO DO HABITADO	EDUCAÇÃO	1.3. FIDUC. PROV. e DEFENSIVA
	Organização Social	4. ASSENTAMENTO	EDUCAÇÃO	2.1. LOCAÇÃO INS. ELEL. FFS. PROD.
			EDUCAÇÃO	2.2. DIVULC. INS. PARCELS
			EDUCAÇÃO	5.1. Instalações
AGRIARIA.		7. EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO	EDUCAÇÃO	5.2. Aparelhamento Administrativo
			EDUCAÇÃO	5.3. Sistema de func. administr
			EDUCAÇÃO	5.4. Inter. Institucional
			EDUCAÇÃO	5.5. Ins. Técnico ou Serviço Especial
			EDUCAÇÃO	5.6. Localização
			EDUCAÇÃO	5.7. Planejamento
			EDUCAÇÃO	5.8. Levantamentos preliminares
			EDUCAÇÃO	5.9. Componentes
			EDUCAÇÃO	5.10. Lev. de Bur. Jurídico.
			EDUCAÇÃO	5.11. Lev. de Bur. Jurídico.
FRUTICULTURA		8. SAÚDE E PREV. SOCIAL	EDUCAÇÃO	5.12. Levantamentos preliminares
			EDUCAÇÃO	5.13. Levantamento do Plano de Ass.
			EDUCAÇÃO	5.14. Levant. das necessidades
			EDUCAÇÃO	5.15. Levant. de terras
			EDUCAÇÃO	5.16. Lev. e Est. de Atividades
			EDUCAÇÃO	5.17. Recursos técnicos
			EDUCAÇÃO	5.18. Trabalhos preliminares
			EDUCAÇÃO	5.19. Implantação da infraestrutura
			EDUCAÇÃO	5.20. Levant. das necessidades
			EDUCAÇÃO	5.21. Constituição do Plano
AGRIARIA		9. HABITAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO	5.22. Implantação da infra-estrutura
			EDUCAÇÃO	5.23. Levant. das necessidades
			EDUCAÇÃO	5.24. Levant. das necessidades
AGRIARIA		5. UNIDADES AGRARIAS	EDUCAÇÃO	5.25. Levant. das necessidades
		6. INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO	5.26. Levant. das necessidades
AGRIARIA		10. EMPRESA COOPERATIVA	EDUCAÇÃO	5.27. Levant. das necessidades
		11. CUIDADO	EDUCAÇÃO	5.28. Levant. das necessidades
		12. CURSOS DE ATUALIZAÇÃO	EDUCAÇÃO	5.29. Levant. das necessidades

Desenvolvimento Agrícola de Rondônia), CEPLAC (Secretaria de Agricultura, Unidade de Pesquisa da EMBRAPA-VEPAT), Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, etc.

Entretanto, os trabalhadores sem terra, os colonos que foram assentados em terras inférteis, os colonos que deixaram os lotes " comidos" pela malária ou fugiram das condições de isolamento e da falta de qualquer assistência do poder público, engrossam cada vez mais a frente de ocupação espontânea, ante a lentidão da ação do INCRA e a ineficácia em geral de intervenção do Estado. Leva os chefes políticos locais, a burocracia e os representantes do capital privado, a atribuir aos colonos e posseiros, mistos de falta de vocação agrícola, que "bóia-fria quer especular terra ou estão especulando terra," etc., e daí a necessidade do INCRA impor uma certa ordem, não concedendo lotes em projetos de colonização dirigida à colonos que já possuíam ou possuíram lotes em Rondônia ou outra qualquer parte da Amazônia, expediente este baseado nos cadastros existentes nos Escritórios do Órgão.

Entretanto, empresários comerciários e outras categorias afortunadas da Fronteira, quando não grilam terras, utilizam falsos colonos que com uma série de artifícios e corrupções conseguem lotes contíguos aparentemente e inicialmente individuais, que logo se transformaram numa fazenda.

Entretanto, essa avalanche pela terra, caótica, conflitiva, incontrolável, conforme expressão da burocracia estatal, favorece o próprio processo de acumulação na fronteira, conforme coloca FOWERAKER⁽¹⁶⁾.

(16) FOWERAKER, Joe, op. cit. p. 156.

"A posse pode ser negócio lucrativo numa espécie de especulação de pobre. O posseiro muda-se para terra, apresenta seu requerimento, talvez limpe um pouco a terra, e depois vende seu requerimento para outro camponês que venha logo após. Muda-se então para repetir o processo (ou alternativamente, se de fato deseja trabalhar na terra, pode reivindicar uma área maior e chamar os parentes e amigos para se juntarem à fronteira).

O que vende não é tanto o produto de seu trabalho, sem embargo a limpeza da terra pode entrar em seus cálculos, mas seu "direito de posse". Posseiros que vivem de se aventurar na terra desse modo são os primeiros a chegar na fronteira e os primeiros a dela sair."

Em Rondônia ante às condições de falta de assistência técnica, crédito e das mínimas condições básicas de apoio à produção, é comum os colonos venderem suas posses, principalmente em áreas em que a terra está mais valorizada, e com isso se capitalizarem um pouco para ocupar um lote mais adiante ou em outras áreas de colonização oficial da Amazônia. O que eles fazem não é visando o lucro, mais a sobrevivência e a reprodução social do grupo familiar com mínima condição para tocar a lavoura com recursos próprios ante a ausência de política de apoio do Estado na fronteira.

Essa luta pela reprodução social é tensa, conflitiva, "é uma luta de classes, travada pela apropriação do excedente e pela apropriação da terra, entrando ambas as formas no ciclo de acumulação da fronteira. A demora legal e a inércia"

burocrática catalizam essa acumulação, mediando a luta de tal forma a impedir uma resolução legal a curto prazo e assim , promover um padrão particular de solução, isto é, da propriedade privada a longo termo".(17)

Entretanto, a disponibilidade de terras nesse Estado vai tornando cada vez mais escassa, ou seja, a demanda de terras públicas não só pelos sem terra, bem como por empresários, fazendeiros e outras categorias detentoras do capital, vão tornando a oferta cada vez menor, tendenciando o fechamento da fronteira e, portanto, um novo padrão de acumulação. Acelera-se o mercado de terras e, portanto, a especulação de toda sorte. Neste sentido, Graziano afirma:

" O fechamento não tem sentido de utilização produtiva do solo mas sim o de que não há mais "terras livres", "terras sem dono" que possam ser apropriadas por pequenos produtores de subsistência. Há, sim, zonas não efetivamente ocupadas mas onde a terra já representa uma mercadoria que tem preço e está sujeita, portanto, aos mecanismos de compra e venda ; aí a terra já não é "livre" e está submetida a uma apropriação privada que reclama uma definição precisa de sua propriedade jurídica.

O "fechamento" não se dá por uma ocupação no sentido clássico de expansão das áreas cultivadas a partir das regiões mais antigas, onde a produção capitalista substitui a produção de subsistência dos antigos pequenos posseiros, como se deu no Sudeste do Paraná e na região oriental do Maranhão.

(17) Idem, p. 168

É, pelo contrário, um "fechamento de fora para dentro", onde a terra perde seu papel produtivo e assume apenas o de "reserva de valor" e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associados. Não é a ocupação efetiva do solo no sentido de fazê-lo produzir, mas sim uma "ocupação pela pecuária" com a finalidade precípua de garantir a propriedade privada daquela terra".

Assim, o número de famílias assentadas nos projetos e a previsão de assentamentos até 1986 é de 83.876 mil famílias. Se se comparar os números projetados de assentamentos com as estatísticas da imigração para Rondônia, pode-se deduzir que somente uma pequena parcela de famílias imigrantes tiveram e terão acesso a lotes.

A previsão de assentamentos, por exemplo, para o ano de 1982 foi de 2.570 colonos, e somente no primeiro semestre desse ano migraram para Rondônia, 12.697 famílias, e os dados disponíveis sobre migração indicam que o fluxo continuou intenso nos últimos anos. Isso sem contar com a migração acumulada nos anos anteriores em busca de terras. Por exemplo, o INCRA contemplava a possibilidade de assentar 23.000 famílias até 1980, quando já existiam em 1977, 30.000 famílias a espera de lotes.⁽¹⁸⁾ No Quadro 18 e 19 pode-se visualizar o número de fa

GRAZIANO da Silva José. A Modernização Dolorosa; Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, p.117.

(18) Ver SEPLAN-RO. Programa POLONORDESTE/Segmento Ciência e Tecnologia, Sub-projeto Ecologia Humana. Primeiro Documento Síntese. Formulação dos Problemas Básicos de Ecologia Humana da Região do POLONORDESTE - Parte Rondônia. Porto Velho, SEPLAN-RO, Agosto de 1983, pp. 8-9, (mimeografado)

PROJETOS	Famílias assentadas				TOTAL
	até 1978	em 79/80/81	Sub-Total	Previsão	
Ouro Preto	3.927	1.171	5.098	160	5.258
Gy Paraná	3.922	807	4.729	-	4.729
P. A. Ribeiro	2.693	383	3.076	-	3.076
Pe Adolpho Roll	2.247	1.215	3.462	200	3.662
Sidney Girão	476	207	683	-	683
Marechal Dutra	2.220	2.547	4.767	-	4.767
Burareiro	731	809	1.540	-	1.540
Assent. Rápido	-	13.613	13.613	1.500	15.113
Reg. Fundiária	6.267	6.879	13.146	8.272	21.418
Urupá	-	-	-	1.118	1.130
TOTAL	22.483	27.631	50.117	11.262	61.376

Fonte: INCRA / CEER

P R Ő J E T O	A N O					TOTAL
	1982/83	1983	1984	1985	1986	
Urupá I	1.130	-	-	-	-	1.130
Urupa II	440	478	-	-	-	918
Machadinho I	1.000	717	-	-	-	1.717
Machadinho II e III	-	1.000	2.000	2.000	-	5.000
Marmelo	-	500	1.000	1.000	-	2.500
Capitão Silvio	-	750	1.000	1.000	1.000	3.750
Rom Principio	-	-	500	500	1.125	2.125
Terra Fime I	-	-	-	500	1.375	1.875
Terra Fime II	-	-	-	500	1.375	1.785
Conceição	-	-	-	500	1.110	1.610
TOTAL	2.570	3.445	4.500	6.000	5.985	22.500

Fonte: INCRA / GDA.

mílias assentadas e a previsão de novos assentamentos de 1978 até 1986. Observa-se que até esses anos a capacidade total dos projetos é de 83.876 mil famílias.

Com relação a isso, a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Rondônia) em seu Relatório da I Assembléia Regional de 1983 denuncia que 40 por cento dos trabalhadores rurais não tinha terra, além da existência de posseiros que não conseguiram ser incluídos nos projetos de colonização; dificuldades de obter a documentação do INCRA; existência de várias famílias num mesmo lote; existência de especulação por parte de funcionários do governo, de "sulistas"; por comerciantes e profissionais liberais locais; distribuição de terras ruins para os pequenos produtores. Enquanto isso, os grandes latifúndios tem terras boas, existência de grilagem envolvendo posseiros contra grileiros, colonizadores contra índios, distribuição de um lote a mais de uma pessoa, criando conflitos entre agricultores

Diante de tal quadro, a alternativa dos sem terra em Rondônia é se empregarem como trabalhadores assalariados permanentes ou temporários (safristas, diaristas, etc), optarem pela parceria (meeiros, porcentageiros, formadores de café), remigrarem para suas regiões de origem para outra fronteira (projetos de colonização no Amazonas, Roraima, etc.); invadirem terras, partir para os núcleos urbanos da região em busca de poucas condições de trabalho, ou até servirem de "escravos brancos" (espécie de trabalho semi-compulsório sem direitos de mobilização especial e portanto caracterizados por mecanismos extra-econômicos de fixação e expropriação da força de trabalho existentes em algumas fazendas ou empresas).

Para fechar o quadro analítico da reprodução social na fronteira da BR-364 o Estado interveio com vários instrumentos de política explícitas para favorecer a fixação produtiva de pequenos produtores rurais das áreas de colonização através do POLONORDESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil), já que o POLAMAZÔNIA, pelas suas próprias características de incentivo às mineradoras, empresas agro-pecuárias e outros empreendimentos pioneiros de seus "polos de desenvolvimento, sendo um dos tais em Rondônia a área de ocorrência da cassiterita e da pecuária na abrangência de Porto Velho, não atendia às necessidades de dirimir as precárias condições de produção e sobrevivência nos assentamentos humanos das áreas de colonização, além da necessidade de atenuar a violência e os conflitos pela posse da terra com certos instrumentos de intervenção.

Em Agosto de 1979 foi implantado o POLONORDESTE. Dentre os vários projetos desse programa tais como o asfaltamento da BR-364 para servir de corredor de exportação, preservação de áreas ecológicas e reservas florestais proteção e preservação dos parques indígenas, destaca-se entretanto o PDRI - Rondônia (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia), voltado para apoiar os pequenos produtores às margens e áreas contíguas do traçado da BR, de Ariquemes à Vilhena, na fronteira com o Mato Grosso.

Tal como ocorreu com o INCRA, o programa "inchou" todos os órgãos do Estado envolvidos. Esse Programa, com ênfase bastante produtivista, ao contrário do que se propalava, caiu na ineficiência e na ineficácia, com ingerência

dos grupos políticos locais e outros grupos de interesses antagonicos aos dos camponeses, chamados de "público-meta".

Os dólares do Banco Mundial investidos nas áreas de colonização através do Programa, serviu, entretanto, para aumentar a corrida pela terra, a especulação de toda sorte e à corrupção desenfreada no aparelho do Estado ao invés de contribuir para tornar os colonos numa espécie de "farmers" norte-americanos ou uma espécie de classe média rural como se propalava, transformando o processo de acumulação na fronteira menos lento e conflitivo. Entretanto, se essa classe média está surgindo em Rondônia, ela é produto das forças sociais na fronteira e não como produto do planejamento estatal.

Com relação aos instrumentos de política do PDRI, a C.P.T. no mesmo documento citado anteriormente, denuncia a falta de estradas, os preços mínimos que não compensam o trabalho dispendido pela mão-de-obra familiar no processo de produção, dificuldades de comercialização, com grandes prejuízos nas safras; falta de armazéns, falta de recursos em todos os sentidos, alto custo de vida (inflação). Na venda do produto ganha-se pouco. Na compra de componentes da cesta básica alimentar dos produtos, não produzidos no lote, paga-se muito; há grande endividamento por causa dos financiamentos, por causa dos lucros sobre juros; as viagens por ocasião do financiamento e armazenamento ajuda ainda mais a pauperizar os camponeses caras e muita burocracia. Além disso, assistência técnica deficiente e prejudicial; falta de postos de saúde e falta de medicamentos nos postos existen-

tes, deficiência e falta de hospitais, grandes números de doenças (malária, anemia, verminose, gripe, etc.), falta de escolas, professores mal preparados, métodos deficientes de ensino, material escolar caro e desvio da merenda escolar, além dos gastos de tempo e dinheiro por parte dos colonos na manutenção da escola.

Com relação a esse mesmo contexto, HEBETTE e ACEVEDO⁽¹⁹⁾ concluem que: "Através da alocação estratificada de terras, do traçado das estradas vicinais em determinadas direções da distribuição diferenciada do crédito, da prestação da assistência técnica a reboque do crédito, foram postos alicerces de uma nova ordem em Ariquemes e, por extensão em Rondônia. Delineou-se uma nova configuração social.

Os povos indígenas foram relegados para suas reservas cada vez mais limitadas. Os imensos seringais de matas devolutas cederam lugar a empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras; os seringalistas e os grandes empresários e os seringueiros e parceiros, posseiros e peões. Os seringalistas que permaneceram em Rondônia deixaram de mudar soberanamente em virtude de seu poder econômico e político para se tornarem sócios de empresas dirigidas de fora. Surge uma camada de profissionais liberais e de funcionários improvisados proprietários de porte médio para o alto, que se sobrepõe a uma camada de pequenos agricultores, produtores diretos. E está se agregando uma classe de trabalhadores despojados dos meios de produção que vendem sua força de trabalho

(19) HEBETTE, Jean et ACEVEDO, Rosa, op.cit.p.42.

nas fazendas.

Segundo FOWERAKER⁽²⁰⁾, a acumulação na fronteira afi-
nal, requer um padrão altamente concentrado de ocupação da
terra, o que, na prática significa a reprodução da dualidade
dominante do minifúndio e do latifúndio.

A situação apresentada na fronteira reproduz as rela-
ções de produção existente nas áreas de origem, levando à pro-
liferação e aceleração do processo de minifundiarização, dis-
putas pela posse da terra e a eventual expulsão de pequenos
produtores⁽²¹⁾. Em referência a isto, LOPES⁽²²⁾ estabelece que
".... a diferenciação econômica que atualmente se observa en-
tre os parceleiros instalados nos projetos de colonização ofi-
cial na Amazônia tem suas raízes no conjunto das relações de
produção que ali se estabelecem, além de outros fatores como
fertilidade diferenciada dos lotes, maior ou menor proximida-
de as estradas, disponibilidade de recursos financeiros, quan-
do de chegada à área, magnitude de força de trabalho familiar,
etc.

A reprodução das relações de produção na fronteira en-
gendram similitudes e particularidades de reprodução social
da população com relação às áreas de origem. O processo de
ocupação das fronteiras, o qual foi analisado anteriormente
reproduziu/reproduz as relações sociais de produção da socie-

(20) FOWERAKER, Joe op. cit. p. 168.

(21) MARTINE, George, Apud. SEPLAN-RO, Programa POLONORDESTE/
Segmento Ciência e Tecnologia- Sub Projeto Ecologia Huma-
na, op. cit. p. 09.

(22) Citado por Martine, George, p. 09.

dade envolvente favorecendo o processo de acumulação dentro de uma combinação contínua de trabalho e de terra na expansão da fronteira. "Entre outros fatores, a falta de capital, a falta de informações quanto aos preços favorecem de fato o processo de acumulação, da qual são parte integrante. As desvantagens contribuem para um grau de exploração do meio ambiente na economia extrativa (...) Essa exploração destrói a atividade camponesa e a base de sobrevivência camponesa, isto é, a terra". (23)

As vicissitudes e insalubridades do meio, a deficiência e ausência dos serviços de saúde e outros que normalmente, direta ou indiretamente repõe as energias dos colonos no processo produtivo que realizam; os intermediários (comerciais e comerciantes de cereais ou donos de máquinas e donos de mercaderias que fazem fornecimento em espécie) intermediários financeiros tais como bancos e fornecedores particulares em geral e cerealistas, favorecem a depredação da mão-de-obra a medida que forçam os colonos a praticarem longas jornadas de trabalho, que variam de 10 a 15 horas em média, para ressarcirem as dívidas contraídas. E por outro lado a apropriação de parcelas dos excludentes dos colonos vão sendo apropriadas em quantidades cada vez maiores, reduzindo dessa forma, o "fundo de acumulação camponesa" que está diretamente ligado ao incremento da fertilidade/redução da mortalidade da força de trabalho no campo, limitando dessa forma os níveis de reprodução social da força de trabalho familiar, ou a do oferta de trabalho rural no campo. Em síntese, malária e outras doenças tro-

(23) FOWERAKER, Joe op.cit. p. 228.

picais, endemias rurais em geral associadas a expropriação do capital comercial e financeiro, conduzem ao envelhecimento prematuro da mão-de-obra familiar.

A reprodução do grupo familiar através do que se chamou em anteriormente de "fundo de acumulação" do camponês, com base nas lavouras de subsistência ou, como são chamadas em Rondônia de lavouras brancas, é reduzido à medida que cresce a demanda de alimentos básicos de origem agrícola nos centros urbanos da fronteira muitas vezes os colonos são obrigados a vender partes cada vez mais significativas desse fundo de subsistência, para junto com os produtos da lavoura comercial (cacau, café, inclusive arroz) ajudar a resarcir os empréstimos bancários ou feitos a particulares (ce realistas).

Os recursos extrativistas dos floretas tais como caça, pesca, castanha, borracha, madeira, o que normalmente contribue no fundo de subsistência do grupo familiar, sendo alguns de alto valor comercial, vão ficando cada vez mais escassos com o desmatamento e a utilização predatória em geral dos recursos naturais, inclusive os solos e as fontes de água que, juntos com outros fatores já analisados, vai tornando a reprodução social de mão-de-obra do grupo familiar camponês a uma espécie de animalização ou brutalização dos colonos e suas famílias que é denominada por Marx de animalidade social.

Essa utilização de mão-de-obra é predatória, caracterizada por um consumo de energias vitais do trabalhador e de suas famílias que não só é parcialmente repostas, como não

contribuindo para o incremento da fertilidade/redução da mortalidade do potencial de força-de-trabalho de uma população que ainda não é mercadoria força de trabalho.

A saída para reposição desse grupo familiar da mercadoria de maneira menos predatória se dá principalmente pela invasão da fronteira pelo capital desarticulando as unidades familiares de produção e outras formas pré-capitalistas do processo de acumulação, de maneira no mais das vezes violenta, à medida que o mercado de terras se torna cada vez mais drástico, a manutenção das famílias camponesas em seus lotes de solos cada vez mais depredados, além de fatores extra-econômicos de expulsão, provocando o êxodo rural, antecipando a entrada precoce na força de trabalho e todas as outras formas conhecidas.

Apenas essa reposição/ampliação é demográfica, isto é, via natalidade fertilidade do próprio grupo familiar.

É claro que este contexto analisado é bem geral. Se se levar em conta o processo de diferenciação camponesa, verificar-se-á várias categorias com acesso à terra tais como posseiros, parceleiros e os chamados agregados (parceiros, formadores de café e outras categorias que formam uma espécie de semi campesinato e que eventualmente ou temporariamente se assalariam.

Os parceleiros são os colonos do INCRA, os quais como já se viu são diferenciados conforme as condições do solo, a disponibilidade da mão-de-obra familiar. Esta categoria varia de um camponês bem sucedido a um outro que pauperizado por vários motivos, obrigam este a ser assalariado temporariamente

em derrubadas (empleiteiros) na limpa de lavouras (diaristas) e nas colheitas (safristas) e até trabalhar noutra lote com parceiro de café, com direito à meia, terça ou menos percentagem do crédito contraído pelo dono do lote nas agências bancárias e de recursos próprios fornecidos em dinheiro ou espécie (insumos, sementes, instrumentos de trabalho, alimentos como feijão, farinha, arroz, milho, etc.) . Nestas circunstâncias o seu lote fica reduzido a pequenos cultivos realizados em fins de semana.

Existe, entretanto, categorias que, possuindo um lote e não tem condições de explorá-lo em virtude da falta de acesso e das mínimas condições de explorá-lo tais como capital necessário para comprar ferramentas e sementes. Estes podem trabalhar como assalariados permanentes ou temporários - (safristas, empleiteiros, diaristas), trabalhar como formadores de café com direito a lavoura branca ou de subsistência, plantada entre as fileiras de café, ou trabalhar como parceiro de café, de cacau ou mesmo de lavoura branca, na esperança de condições mínimas para tomarem seus lotes.

Essas categorias pertencentes aos patamares mais baixos da diferenciação camponesa são as mais vulneráveis à proletarianização, à medida que seus lotes podem ser invadidos por outros, demandantes de terras à medida que o dono do lote (outro camponês) torna-se um agente ora de apropriação do produto ou parte do produto de seu trabalho, ora da mais-valia expropriada, enquanto força de trabalho temporária ou permanente. Isso forma em geral uma espécie de "status" permanente de pauperização e marginalização e um contínuo proces-

so de espoliação do trabalho e da força de trabalho na fronteira com os mais baixos níveis de reposição das energias vitais dos trabalhadores diretos. Essa forma de reposição do trabalho/força de trabalho fornece uma das várias formas necessárias de reprodução do capital na fronteira.

Outros mesmo não tendo as condições necessárias para "tocarem" seus lotes recém adquiridos, depois de um período de trabalho como parceiro, safrista e outras formas se aventuram explorar seus lotes, geralmente em áreas de expansão da colonização oficial, com a mínima infra-estrutura necessária como, estradas, escolas, etc., enfrentando as condições inóspitas e insalubres do meio.

Nessas áreas, o estado da população (pelo menos nos primeiros anos de exploração dos lotes) é de morbidade permanente, o que caracterizarão a depredação da mão-de-obra nessas áreas. Muitos que não dispõem de lotes e estão cansados de esperar por um, nas listas ou filas do INCRA, por três ou até mais anos, sobrevivendo com suas famílias em barcões insalubres nas periferias das cidades se ocupando nas escasas oportunidades de empregos e subempregos urbanos ou servindo como força de trabalho em fazendas ou em lotes, ou se reproduzindo como agregados em suas variadas formas (meeiro, terceiro, formadores de café, etc.), morando ou não no lote, se cansam da espoliação e perdem a esperança de conseguir um lote nos projetos de colonização. Se aventuram nas mesmas condições daquelas que se analisou anteriormente, quando não, são expulsos como tantos outros, dependendo do grau de resistência na luta pelas suas posses.

Outros - e são muitos - se conformam às vezes até em vender o lote, por não terem condições mínimas de explorá-lo ou, simplesmente, esquece a existência deles. As vezes coloca um membro da família (filho, primo, pai, sobrinha, etc.) para "tocá-lo" e se "conforma" em continuar morando em um lote como parceiro, ou continuar morando na cidade em condições menos isoladas, mas não menos inóspitas e vivendo de "biscoites", trabalho assalariado urbano (pedreiro, ajudante de pedreiro , serralheiro, administrativo do setor público, setor de serviços, pequenos comerciantes ambulantes, mecânicos, etc.) ou trabalho assalariado rural (safristas, empreiteiros, diaristas , permanentes, seja em lotes ou em fazendas). Isso, quando não se tornam garimpeiros ou assalariados das represas ou madeireiras.

Num outro extremo da diferenciação camponesa na fronteira, conforme o contexto anterior, nem sempre quem é dono de um lote ou de uma posse ("os invasores da fronteira" , como são chamados), que mantém, agregados em seus lotes, são tão afortunados como se pensa.

Já se viu anteriormente que a diferenciação em geral dos colonos e posseiros dependem da disponibilidade de fonte d'água, fertilidade de solos, disponibilidade de um certo capital ao lote⁽²⁴⁾, distância dos centros urbanos, etc. 'Muitos

(24) É comum muitos chefes de família chegarem a Rondônia sozinho, trabalham como parceiros, safristas, empreiteiros , etc., ou conseguem um lugar nas mínimas oportunidades do mercado de trabalho urbano para terem algum dinheiro, até conseguir um lote (que como já se viu nem sempre é explorado de imediato) e vão buscar suas famílias na área de origem. Esses, em geral, nada possuem, às vezes nem mesmo

tos chegam ao lote sem nenhum capital ou com pouco capital necessário a comprar alguns insumos, instrumentos de trabalho e às vezes até alugar uma moto-serra para derrubadas da mata, ou para pagar empleiteiros, muitas vezes não dispendo de mão-de-obra familiar para as tarefas mais pesadas e não tendo um certo capital para pagar ajudentes (empreiteiros, diaristas), se valem de agregados (parceiros em geral) que podem ser os próprios parentes e outro qualquer que não dispõe de um lote.

Aí começa um ciclo vicioso de espoliação de ambos, (dono do lote e parceiro(s)). O sobretabalho de ambos é apropriado pelo capital comercial (marreteiros e cerealistas), não permitindo uma certa capitalização nem sequer do parceleiro, necessária a aumentar ou conduzir melhor as áreas cultivadas, além de problemas de perdas de safras, por falta de estradas, doenças contraídas, entre outros fatores que contribuem para pauperização ou manutenção desta.

trazem ferramentas, sementes, galinhas, porcos, ou produtos da última safra que obteram, como é comum acontecer. Outros mais afortunados trazem algum capital com a venda de uma gleba de um comércio, com a venda de animais (de tração, gado, porcos, cavalo) quando não os trazem, e as vezes até com a venda de ferramentas e máquinas (trilhadeiras, carroça de burro ou de boi, casa de farinha, moto-bomba) quando não as trazem. Vendem o que não podem ou não conseguem trazer.

Parte do fundo de subsistência da família (lavou - ras brancas e algumas crias tais como porcos, galinhas etc.), são em boa parte apropriadas por atravessadores de toda sorte (marreteiros).

Outros parceleiros que dispõem, ora de um certo capital e de mão-de-obra familiar (filhos ou parentes aptos para todas as tarefas no lote) ou as duas coisas combinadas, conseguem explorar áreas bem maiores, pagam diaristas e empreiteiros, formam áreas de pasto e mantem algumas cabeças de gado, e, nestas condições, podem contrair dívidas bancárias, na obtenção do crédito rural, e assim, de certa forma, se reproduzir com suas famílias em condições menos adversa que os analisados anteriormente.

O gado, e às vezes outros pertences tais como animal de tração ou de transporte servem de segurança ou de penhor (calção) para os bancos repassarem as parcelas do crédito, e da segurança ao parceleiro para contraí-lo, sem necessidade em condições desfavoráveis tais como clima, pragas e doenças, perdas de safras, preços baixos, etc., ter que vender o lote de certa forma valorizado e partir para os patamares mais baixos da diferenciação social no campo.

Para essa categoria de parceleiro, a manutenção de parceiros em geral é uma espécie de socialização de custos e perdas na produção. Parte da parcela do crédito de custeio, por exemplo, é investido em sua lavoura e uma certa parte é repassada para custear a lavoura dos parceiros.

Essa forma de intermediação entre os bancos e os parceiros acontece geralmente com a assistência técnica da

CEPLAC (cacau) e ASTER (outras culturas). Só o parceleiro recebe a assistência técnica já que esta está vinculada ao crédito. O conhecimento, a informação e uso de insumos (herbicidas, sementes, variedades mais produtivas, espaçamento, consórcio, etc.), é repassado pelos técnicos a parceleiros e este repassa para os parceiros. O crédito repassado para os parceiros é pago no fim das colheitas, em espécie e em geral em dinheiro, com os mesmos juros que o banco exige ao parceleiro. Para esse, o pagamento em dinheiro é bem melhor ou lucrativo, já que o recebimento do repasse do crédito em espécie, significa a inclusão de perdas e dos custos dos transportes aos mercados, entre outros fatores.

Muitas vezes essa categoria ou estrato mantém formadores de café. Estes mantêm, a cultura do café desde a sua fundação (derruba, caçivara, deslocamento, preparo do solo, plantio, limpa e outros tratos culturais) até a primeira safra, com direitos a cultivar a lavoura branca entre as fileiras do café. O dono do lote fornece a moto-serra e as vezes outros instrumentos de trabalho, quando esse tipo de agregado não os dispõe (sementes ou mudas, adubos e defensivos entre outros insumos indispensáveis à lavoura). Fornece, eventualmente, medicamentos quando o agregado ou um membro de sua família contrai doenças e geralmente alimentos necessários à reposição mínima das energias dispendidas no trabalho até a colheita de sua subsistência.

Parte dessa colheita às vezes é exigida pelo dono do lote, em geral 20% ou 25% em média. Formando o café, o formador pode ter vários destinos: continuar no lote como

como parceiro de lavoura branca em áreas de um novo desmatamento, que futuramente o parceiro quer formar um novo cafezal ou formar pasto, continuar como formador numa nova área, se tornar assalariado no lote ou em lotes vizinhos; ou partir para outro lote e recomeçar o ciclo.

Esses formadores de café sobrevivem geralmente numa combinação trabalho assalariado temporário em geral e formadores de café. Esses formadores podem ocorrer também em todos os estratos ou categoria de parceiros analisados.

Mas também existem que, mantendo as mesmas categorias de agregados e as formas de exploração destes, analisados anteriormente, são mais capitalizados ou afortunados.

Estes chegam em Rondônia e conseguem um lote pela via normal (pelo INCRA) ou compram o lote de outro parceiro arruinado; podem possuir transporte para comercializar seus produtos, trilhadeiras, máquinas para beneficiar arroz, pastos formados e gado trazido de suas regiões de origem ou comprados na fronteira.

Em geral, além de se apropriar, ora de mais-valia de diaristas, empreiteiros e outras formas assalariadas, ora se apropriando da renda de parceiros em espécie e em dinheiro, podem, possuindo um caminhão, capturar parte do excedente de seus agregados e de parceiros vizinhos e agregados no transporte da produção destes. Possuindo uma máquina de beneficiar arroz pode exigir uma fenda em espécie pelo trabalho da máquina, podendo a mesma coisa acontecer quando possuir uma trilhadeira.

Existe os parceleiros ou filhos de parceleiros que , com o caminhão que dispõe ganha não só através do transporte de cereais da vizinhança, mas também na compra direta de produtos nos lotes se tornando dessa forma, produtor-transportador- intermediários combinados. Ou parceleiros ou membros' de seu grupo familiar que são donos de mercearia, se tornando fornecedores de parceleiros e agregados, em geral de componentes da cesta básica familiar e não produzidos no lote , necessários à reprodução do grupo familiar. Esse fornecimento pode ser pago em espécie ou em dinheiro por tempo combinado, se constituindo também numa das formas de apropriação do excedente de produtores diretos.

Estes formam as categorias mais estáveis social e economicamente na fronteira; muitos pertencem ao poder e controle político local. São os mais afortunados, os mais capitalizados, os considerados mais "aptos" pela burocracia regional.

Com os posseiros, embora sejam categoria menos instável, pode ocorrer as mesmas relações de apropriação dos excedentes na mesma escala vertical analisada anteriormente. Em geral não podendo contrair o crédito, por falta de titulação ou licença de ocupação da terra, ou de uma certa garantia(gado, animal de tração, imóveis) a manutenção de agregados à semelhança dos estratos analisados anteriormente, de certa forma pode lhe proporcionar certa estabilidade em termos de uma certa capitalização. Isso não quer dizer que não exista' categorias de posseiros equiparadoras sócio-economicamente às mesmas categorias de parceleiros ou donos de lote analisados anteriormente, e por isso considerados pelo INCRA aptos para

a agricultura e com facilidades de receber legalização de seu lote por esse órgão.

Categorias sociais se reproduzindo socialmente em condições mais adversas e espoliativas são as de trabalhadores assalariados: existem os safristas, os empreiteiros e os diaristas dos lotes. Estes em geral, trabalham para repor o consumo físico no processo de trabalho que realizam bem como a reprodução de sua própria família e a reprodução natural de sua própria categoria social, pois o ato sexual é consumo de energias vitais. Quando trabalham nos lotes, geralmente os parceiros fornecem as refeições - em geral o almoço - sendo assim as condições de extração da mais-valia menos espoliativa nos lotes que nas fazendas, as quais em geral não fornecem a refeição.

Essas categorias assalariadas na fronteira, na verdade, não são "puras"; ora são assalariados, ora são formadores de café, ora são parceiros, ou as duas coisas combinadas. Isso não quer dizer que não existam assalariados rurais ou urbanos "puros" na fronteira, permanentes ou temporários.

As condições de espoliação, condições inóspitas e insalubres do meio para estes não são menos predatórias do que para os segmentos sociais do campo, analisados anteriormente. Essas duas coisas combinadas caracterizam os níveis de animalização da força de trabalho na fronteira de Rondônia limitando a reprodução da própria categoria social.

Mas existem na fronteira relações de produção semi-compulsórias que limitam não só a mobilidade social, mas também a mobilidade espacial da mão-de-obra, quando uma certa

disponibilidade de terras devolutas e nos próprios lotes já ocupados, dão acesso a trabalhadores sem terra, seja como posseiros, colonos do INCRA ou agregados em geral dos lotes. Esse acesso de certa forma possibilitou as condições objetivas e subjetivas de reprodução dos imigrantes enquanto unidade familiar de produção e portanto em condições menos adversas do que o assalariamento "puro" temporário ou permanente ou outras formas mais espoliativas e predatórias, e mais ainda quando a corrida do ouro nos últimos tempos na fronteira ofereceu as condições de reprodução dos imigrantes como garimpeiros, entre outras atividades subsidiárias do processo de acumulação na fronteira que ocupam parte da mão-de-obra imigrante.

Em razão disto surge os "escravos brancos" das fazendas de cacau e de gado, esses desde o início são trazidos da Bahia ou outras áreas, por empreiteiros que os conduzem em seu caminhão particular (O gato). Esses comerciantes de mão-de-obra enganam em geral, esses imigrantes forçados ou induzidos com promessas e vantagens de toda sorte.

Chegando na fazenda estes peões são mantidos permanentemente sob policiamento por uma espécie de feitor, a qual também fiscaliza as tarefas na lavoura. Esses não tendo mobilidade espacial só podem sair da fazenda em fuga.

A reprodução dessa espécie de plantel humano é limitada por uma espécie de assalariamento que o peão nunca recebe, pois as dívidas contraídas na fazenda incluem desde os gastos da viagem migratória até a parca alimentação oferecida nas fazendas e o consumo de "cachaça" que os ajudam subje

tivamente a suportar a brutalização ou animalização a que estão submetidos.

De forma geral na fronteira, a reprodução social de um campesinato que se acostumou chamar de pequenos produtores mais para se negar a sua imensa contribuição à economia e à sociedade, a sua negação como categoria social como classe social é realizada de maneira predatória, e espoliativa do que nas áreas de expulsão. Essa reprodução como se viu realizou de maneira mais predatória e espoliativa que nas áreas de expulsão. Entretanto essa reprodução é necessária para a reprodução do capital no processo de acumulação na fronteira em condições específicas de uma formação social particular sem deixar de manter as características de predominantes da sociedade envolvente.

A animalidade social a que está submetido esse campesinato semi-campesinato e outras categorias exploradas no campo, que reproduz estas classes sociais representa o limite da reprodução social dessas próprias categorias dada a redução do "fundo de acumulação" das culturas de subsistência e pelos baixos níveis salariais pagos no campo. Essa animalidade é explicada pela natureza brutal de seu trabalho.

Nessas condições, a oferta de mão-de-obra foi e está sendo alimentada na fronteira por um processo contínuo de imigrações, já que a produção da força de trabalho é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. O trabalhador ao produzir, também se gasta, se consome no ato da produção. Produzir é também consumir alimentos necessários à reprodução de energias vitais dessas categorias es-

poliadas da fronteira, no ato da produção. Os níveis desse consumo determinam os níveis de oferta de mão-de-obra, os níveis da relação fertilidade/mortalidade da força de trabalho, a reprodução natural da própria categoria social, pois a reprodução natural também é consumo de forças vitais.

De maneira mais ampla, pode-se dizer que o processo de ocupação em Rondônia estabeleceu uma nova ordem já consagrada; é a extensão, nos confins do Brasil, de relações de produção tipicamente capitalistas já enraizadas em outras partes, em convivência com formas de produção camponesas .
(25)

Com relação a animalidade social a qual estão sujeitos os camponeses ou outras categorias subalternas do campo nos últimos anos iniciou-se um processo de conquista da personalidade social através de várias formas de resistência à espoliação do trabalho e expulsão legal ou ilegal de posseiros; à permanência dos camponeses na terra através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associações de Ajuda Mútua (vendas em comum, compra em comum, máquinas de beneficiar em comum, etc.); Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra, etc. Os níveis de luta e resistência são na verdade a defesa organizada de reprodução do próprio campesinato.

(25) HEBETTE, Jean et ACEVEDO, Rosa E., op.cit.p.42.

TENDÊNCIAS A NÍVEL DE CONCLUSÃO

As condições de reprodução social do campesinato tendem à proletarização. No entanto, essa proletarização encontra duas principais formas de resistências da organização social desses em sindicato, associações de ajuda mútua (produção e consumo) como já se viu anteriormente e re-migração para outras fronteiras abertas reiniciando o mesmo processo.

Grande parte dos imigrantes das áreas de colonização oficial de Roraima, por exemplo, às margens da BR-210 (Perimetral Norte) e BR-474 (Manaus/Boa Vista) são provenientes de Rondônia.

Muitos venderam seus lotes para se capitalizar um pouco e "tocar" um lote em Roraima, outros por causa das condições adversas a sua sobrevivência, tanto físicas como sociais; outros porque foram posseiros expulsos, e alguns outros porque cansaram de esperar um lote do INCRA.

Por outro lado, dado os "excedentes" de imigrantes a espera de lotes, o Estado (Governo de Rondônia, INCRA, Governo Federal/MINTER, Governo do Amazonas/Instituto de Terras e Reforma Agrária do Amazonas), está reconduzindo os imigrantes de Rondônia, sem terras, para projetos de colonização.

Como sempre ocorre, esse papel do Estado sempre induz um fluxo ^{MIGRATÓRIO} ~~espontâneo~~ para as novas áreas abertas à colonização. Um parente que foi se deu bem, vai chamando outros; um amigo vai levando seus conhecidos e assim por diante. Da mesma forma que o INCRA iniciou a indução "espontânea" de engrossamento

do fluxo migratório em Rondônia que já vinha ocorrendo a partir do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, implantado numa área onde já existiam mais de 400 famílias de posseiros que tiveram que se subordinar a sua regularização. Esse fluxo tende a engrossar cada vez mais com a propaganda oficial (Estado) e extra-oficial (parentes, comerciantes de transportes, etc).

A tendência em Rondônia é o fechamento da fronteira e a estabilização de uma nova ordem ali implantada e já consagrada em outras áreas do país, tendenciando o afluxo de um processo migratório para as áreas de colonização abertas no Amazonas (Projeto de Assentamento Dirigido Novo Aripunã, Projeto Integrado de Colonização Tabatinga, Projeto Integrado de Colonização Bela Vista, Projeto de Assentamento Dirigido Rio Tuma) para os quais ocorrem sulistas que alcançaram Rondônia.

Outros fluxos de sulistas que foram colonos ou não em Rondônia nos últimos anos vem ocupando as áreas de colonização dirigida do Território de Roraima,

Este fluxo tem sido contínuo, podendo engrossar devido aos problemas já analisados sobre Rondônia. Entretanto dependendo do volume de imigrantes em futuro próximo para Roraima será necessário abrir novas áreas de colonização dirigida nesse território, já que as áreas disponíveis atualmente e com uma certa infra-estrutura de apoio social e a produção se encontram praticamente ocupadas.

Enfim, o contexto amazônico atual já recoloca na ordem do dia a necessidade de uma Reforma Agrária, ao invés

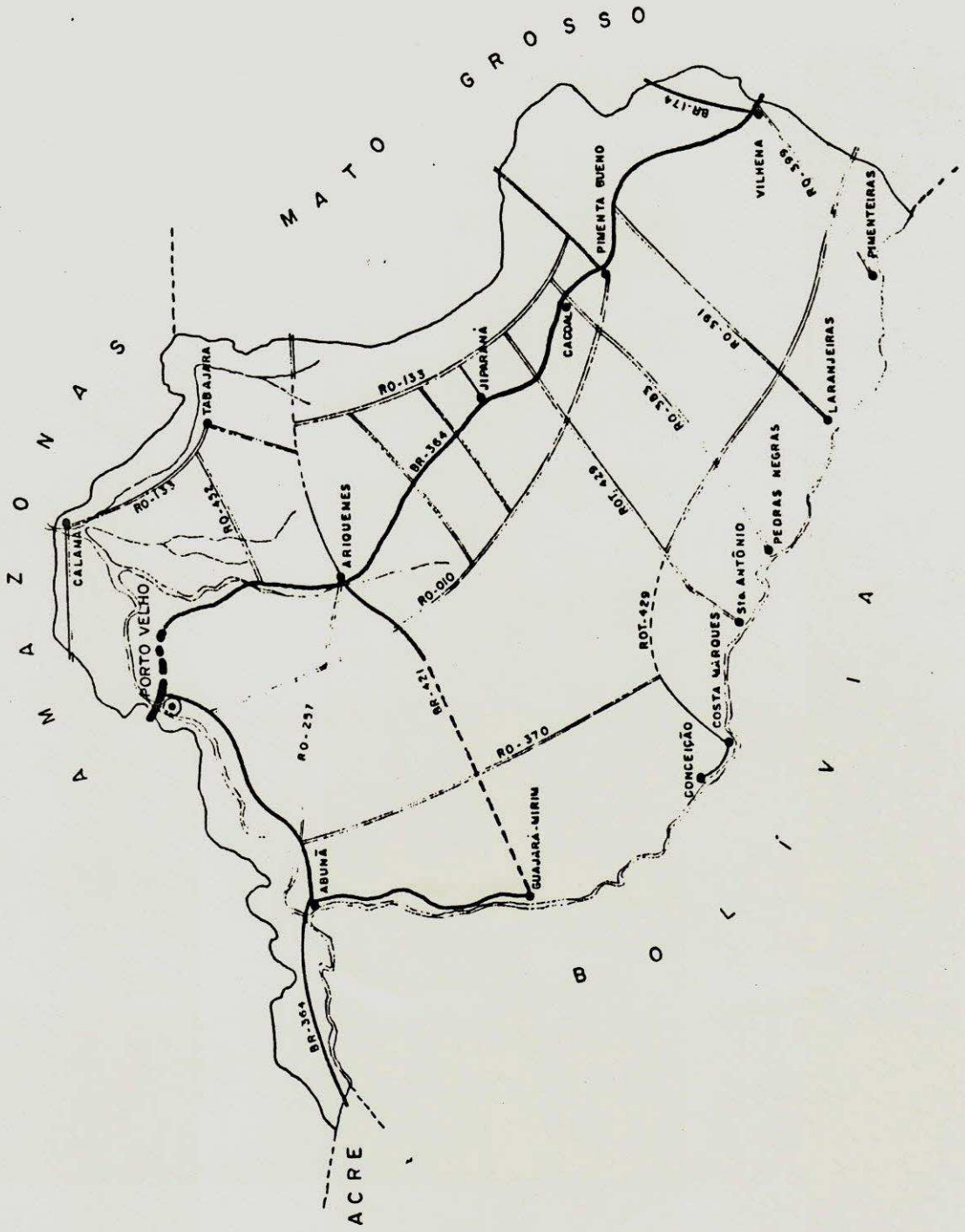
da Contra-Reforma instalada pela Ditadura de 64, baseadas nas velhas experiências de assentamentos, patrocinados no mais das vezes tecnicamente e financeiramente pelas agências internacionais de desenvolvimento (BIRD, BID etc).

Essa Reforma Agrária deve ser pensada já a partir da Amazônia, região que atualmente centraliza mais e mais questões e conflitos sociais pela terra hoje no país.

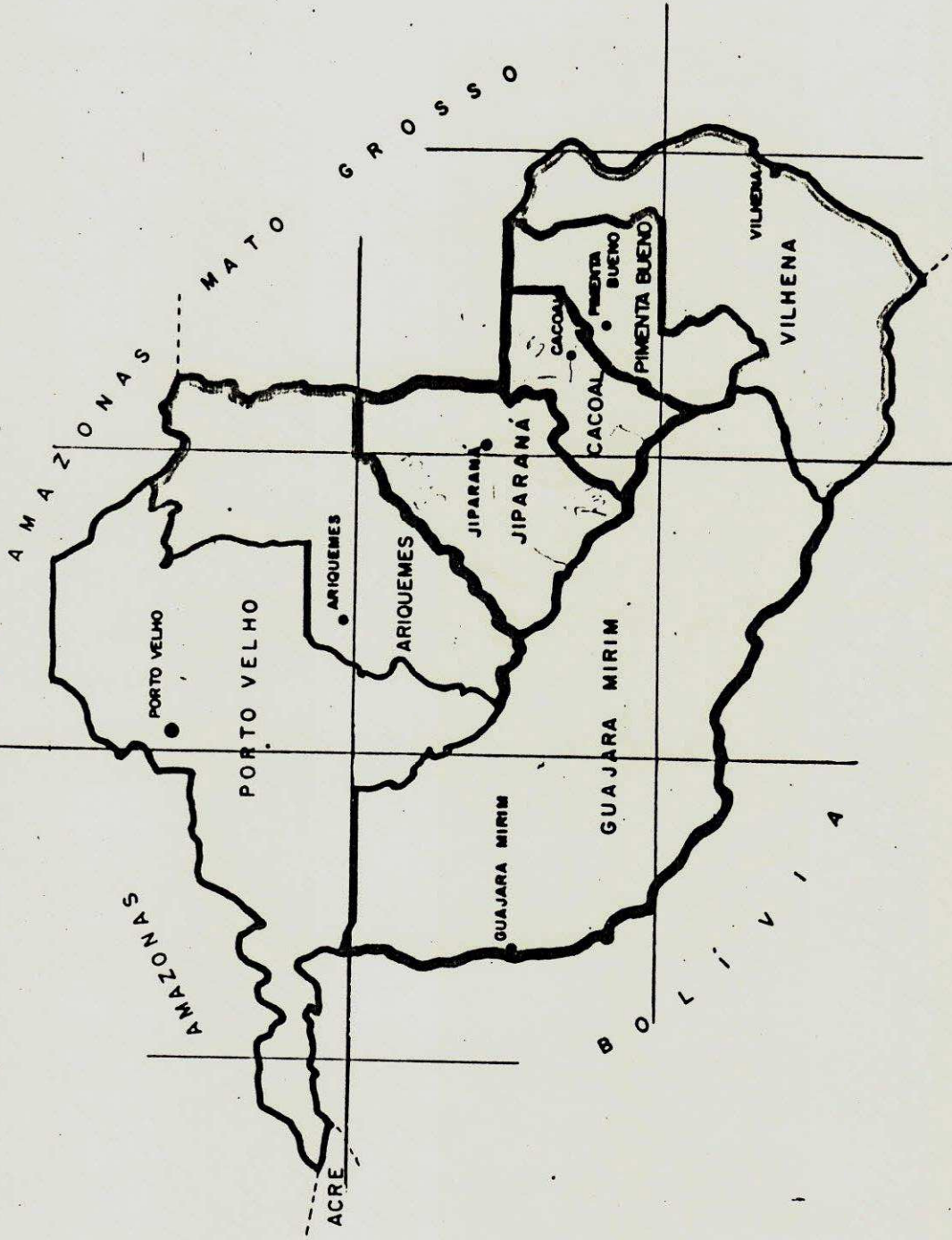
NÚCLEOS URBANOS. 1977

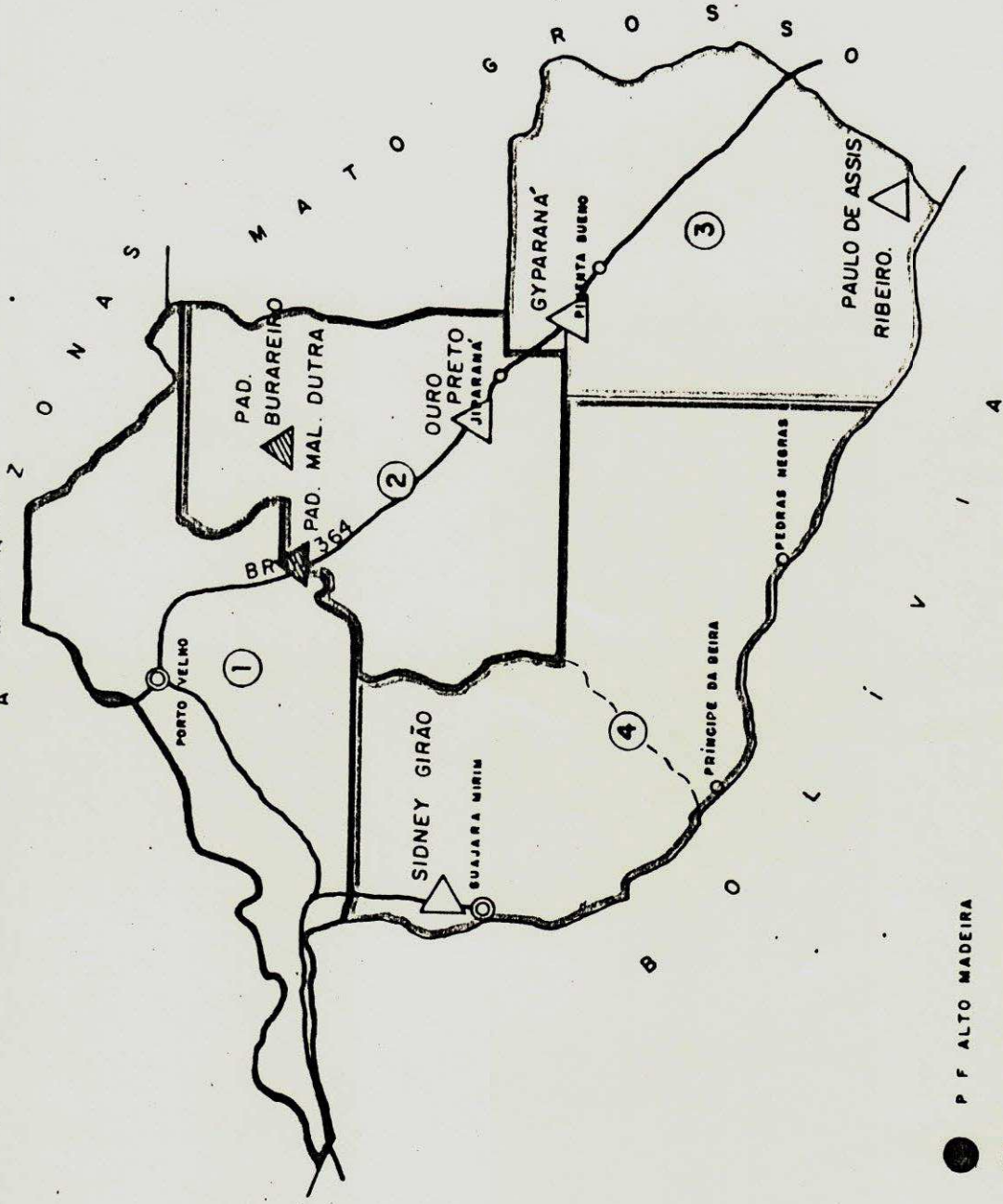
LEGENDA

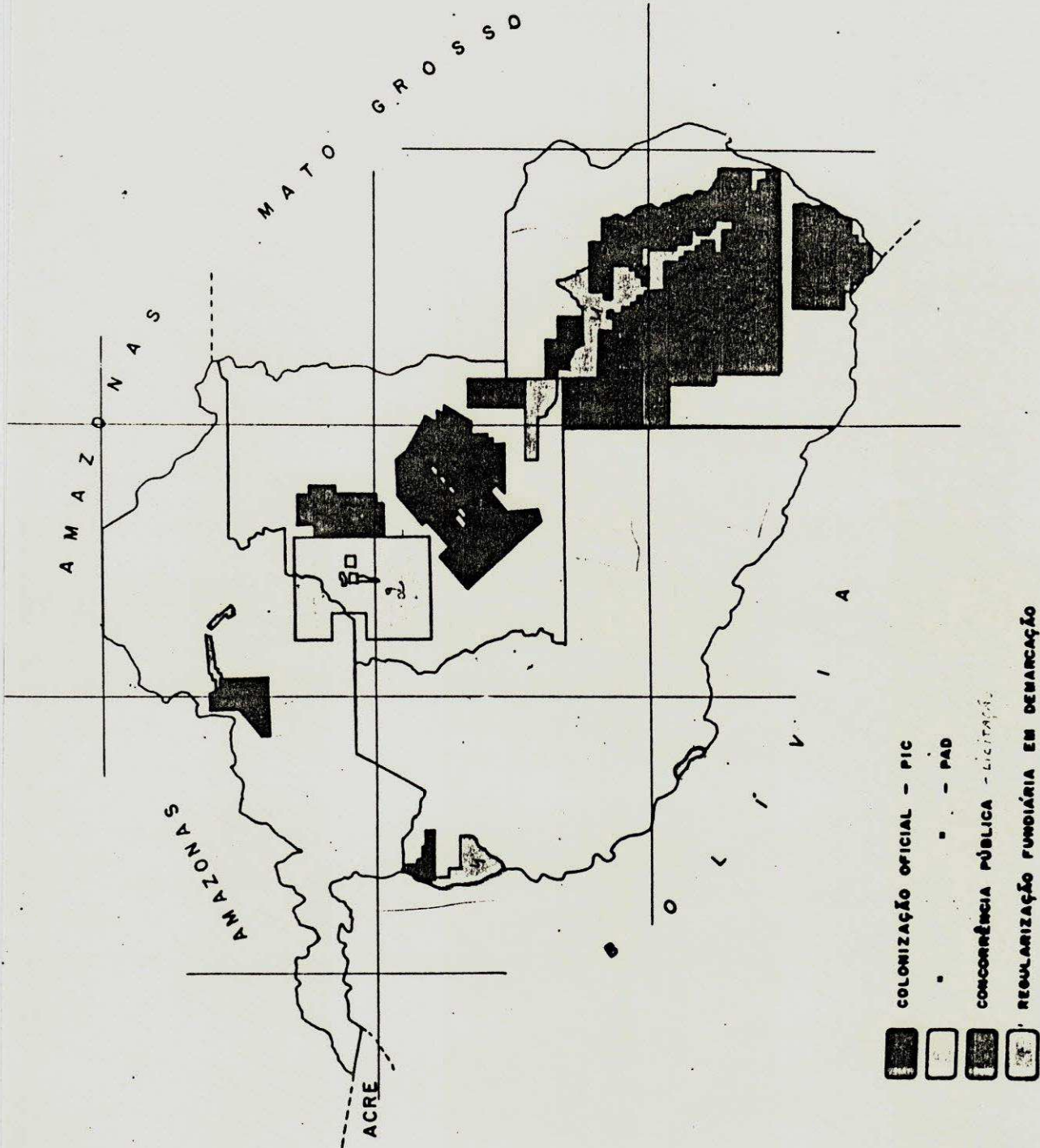
- ⊙ Capital
- Núcleos Urbanos
- BR-364 (Federais).
- == Estradas coletoras



III : ESTADO DE MATO GROSSO







BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Pedro Albino. Migrações em Rondônia, Porto Velho, 1979 mimeógrafo. 26 p.
- ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. Capital Comercial, Indústria Textil e Produção Agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920 - 1950 : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983, 268 p.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de e outros. "Propostas de Pesquisa". In : A luta pela terra na Amazônia, Rio de Janeiro. PIPSA, EGU/EIAP/CPDA, 1981. 35 p.
- ALMEIDA, Fernando Lopes de (org.). A Questão Urbana na América Latina. Rio de Janeiro, Forence - Universitária, 1978.
- AMIN S. e VERGPOULOS K. A Questão Agrária e o Capitalismo . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 179 p. (Pensamento Crítico vol. 15).
- ANDRADE, A. de. Contribuição à História Administrativa do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora , 1950, vol. II.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. São Paulo. Ed. Duas cidades, 1980.
- Estado, Capital e Industrialização do Nordeste, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

- ARAGON, Luiz E. "El Proceso de Migracion a Goiás Amazônico: Adaptacion e Sobrevivência. Pesquisa. Relatório, NAEA , UFPA, 1977, mimeog.
- AUGUSTO COSTA, Manoel. Urbanização e Migrações Urbanas no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 226 p.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, São Paulo , Alfa Omega, Volume 3 e 4, 4ª edição, 1976.
- BENAKOUCHE, R. Acumulação Mundial e Dependência. Petrópolis, Vozes, 1980, 300 p.
- BITOEN, Jan. Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, uma tentativa de cartografar a repartição, em 1979, da população.
- BLAY, Eva Alterma (org.). A Luta pelo Espaço: textos de sociologia urbana, Petrópolis, Vozes, 1978.
- BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) Brasília, 1974, 149, p.
- CAND, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970) PNPE, São Paulo, Global Editora, 1985.
- CASTRO, A. de B. 7 ensaios sobre economia brasileira. 2ª edição Rio/São Paulo, Forence, 1972. 193 p. (vol.1)
- CASTRO, A. C. et alii. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira: síntese das transformações. Brasília, Binagri, 1979, 270 p.

- CALVENTE, Átila Torres. Formação Não-Capitalistas no Movimento de Ocupação da Amazônia: Colonização Agrícola em Rondônia 1970-80. Tese de Mestrado, 1980. Mimeografado, 184 pp.
- CARLOS DE ANDRADE, Luiz. Desenvolvimento Regional: problemas e perspectivas. In: Revista do BNDE, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1969.
- CARVALHO, D. Expansão Cafeeira e Origem da Industrialização no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- CAVALCANTI, M. de B. Da SPVEA à SUDAM: 1964 - 1967. Belém SUDAM, 1967.
- CEPA-RO. A Ocupação de Rondônia: Conceitos e Questões Principais nos Estudos Básicos para o Desenvolvimento Agrícola de Rondônia. Porto Velho, CEPA-RO, 1983, mimeog.
- CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. As lutas camponesas no Brasil, 1980. Rio de Janeiro, marco zero, 1981. 112 p.
- CORADINI, L. O. e Frederico, A. Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- COSTA, J.M.M. Amazônia: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1979. 256 p. (IPEA/INPES, monografia , 29).
- COSTA, Manoel Augusto. Migrações Internas no Brasil. Editado por Manuel Augusto Costa, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971, 190 p.
- Urbanização e Migração Urbana no Brasil. Rio de Janeiro . IPEA/INPES, 1975.

- COUTINHO, Luciano G. Política Econômica: 1974-1980. In: Revista de Economia Política. 6ª edição vol. 1, nº 1, Janeiro - março de 1981. Editora Brasiliense, 1981.
- CPT. Relatório da 1ª Assembléia do CPT Regional de Rondônia, Porto Velho, CPT. 6 p.
- DAL-ROSSO, Sadi. Composição e Mudança do Trabalho na Agricultura Brasileira. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. II, Fortaleza, 1980.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL-UNESP. As Relações de Produção na Agropecuária Brasileira e a Mobilidade do Trabalhador Rural. Relatório Parcial. Botucatu, 1978. Mimeog.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E BIOLÓGICAS DE BOTUCATU. 1ª Reunião sobre a Mão-de-Obra Volante na Agricultura Brasileira. Botucatu, 23 a 24 de setembro de 1975 (diversos trabalhos xerografados).
- DIAS, G.L. da S. Colonização Dirigida no Brasil: Considerações e críticas sobre o sistema de implantação dos projetos. São Paulo. FIPE 122 p. (sem o ano).
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo, Brasiliense, 6ª edição, 1979.
- FERRERA, Leo Rocha. Parceria e risco da Agricultura do Nordeste. Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1974, 23 p.
- FIDGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980.

- Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, FIBGE , 1982, Arud Junqueira, 1983.
- Anuário Estatístico. Rio de Janeiro, 1972, 1977, 1978, 1980.
- Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, 1970, 1975.
- FOVERAKER, Joe. A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira do Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- FRANK, Cunder. Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1969.
- SALINA, Laudemir. A. Frentes Modernizantes na Agricultura Brasileira e os ciclos de Expansão Econômica. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, UFPB, Mestrado em Economia, 1981.
- GOODMAN, David Edwin e Albuquerque, R. C. Incentivos à industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro, IDEA/INPEB, 1974.
- GOVERNO DE RONDÔNIA - SEPLAN-RO/NURE/MIGR-RO. Boletim Migração, ano 1, nº 2, Porto Velho, SEPLAN-RO, 1981, 22 p.
- Boletim Migração, ano II, nº 04, Porto Velho, SEPLAN-RO . 1982, 23 p.
- GRAHAM, R. Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1950-1914. São Paulo, Brasiliense, 1980.

GRAZIANO, da Silva José. O que é Questão Agrária - 6ª edição.

São Paulo. Editora Brasiliense, 1980, 160 p.

Estrutura Agrária e Produção de Subsistência Agricultura Brasileira. São Paulo, HUCITEC, 2ª edição, 1980.

Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 1980 a. Mimeo grafado.

GRAZIANO DA SILVA, José F. e KACEYAMA, A. Produtividade e Progresso Técnico na Agricultura, Campinas, UNICAMP, 1982, 133 p. Mimeografado.

A Modernização Dolorosa, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

GUEDES PINTO, Luiz Carlos. Notas sobre a Política Agrícola Brasileira. In: Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Ed. Civil. Brasileira, nº 7, janeiro de 1979.

HADDAD, Paulo Roberto e outros. Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial. Rio de Janeiro IPEA/IFLAN/INPES, série monográfica, nº 16, 1975.

HEBETTE J. e ACEVEDO R. Colonização Para Quê? Belém, UFPA/NACAA, 1979. 173 p.

Estado e Reprodução Social: O Caso de Ariquemes, Rondônia, Relatório de Pesquis. Belém, NACAA/UFPA, 1982.

HOBBSBAIN, Eric. As origens da Revolução Industrial. São Paulo Global Editora, 1979.

GRAZIANO, da Silva José. O que é Questão Agrária - 6ª edição.

São Paulo. Editora Brasiliense, 1980, 180 p.

Estrutura Agrária e Produção de Subsistência Agrícola Brasileira. São Paulo, HUCITEC, 2ª edição, 1980.

Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Familiar. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 1980 a. mimeografado.

BRUNO DE SILVA, José F. e KASUYAMA, A. Produtividade e Progresso Técnico na Agricultura, Campinas, UNICAMP, 1982 ,

133 p. Mimeografado.

A Modernização Dolorosa, Rio de Janeiro, Zahar Editores , 1981.

GUEDES PINTO, Luiz Carlos. Notas sobre a Política Agrícola Brasileira. In: Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Ed. Civil. Brasileira, nº 7, janeiro de 1979.

HADDAD, Paulo Roberto e outros. Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial. Rio de Janeiro IPEA/IFLAN/INDES , série monográfica, nº 16, 1975.

HEBETTE J. e ACEVEDO R. Colonização Para Quê? Belém, UFPA/INPA 1979. 173 p.

Estado e Reprodução Social: O Caso de Ariquemes, Rondônia, Relatório de Pesquis. Belém, NAEA/UFPA, 1982.

HOBBSBAUM, Eric. As origens da Revolução Industrial. São Paulo Global Editora, 1979.

HOLLANDA, Sérgio Buarque (organizador). Imigração e História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, DIFEL, Tomo II Vol. 3, 1968.

HOLLOWAY, Thomas H. "Imigrantes para o café". Café e Sociedade em São Paulo: 1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1964

IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964 - 1978. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A. 1979.

O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, 4ª edição, Civilização Brasileira, 1978.

Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

A Luta pela Terra: História Social da Terra e da Luta pela Terra numa Área da Amazônia. Petrópolis, Ed. Vozes, 3ª edição, 1981.

Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia-Petrópolis, Vozes, 1979.

INCRA. Coordenadoria Especial do Território de Rondônia. A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território Federal de Rondônia, por Reinaldo Galvão Modesto, Porto Velho, INCRA, 1981. 60 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - O Trabalhador Volante no Estado do Paraná. Curitiba, SEPLAN, PR, 1978. 3ª Volume.

IPARDES. Fundação Edson Vieira. Migrações e Transformações da Estrutura Produtiva e Fundiária no Paraná. Curitiba, 1983, 81 p.

O Paraná: Economia e Sociedade. Curitiba, 1981, 72 p.

JOSÉ DIAS, Rogério. Rondônia. Urbanização e Expansão da Fronteira Agrícola. Brasília. UNB, 1980, mimeografado.

JOBIM CASTOR, Belmiro Valverde. Tecnologia Apropriada: o conceito e sua importância na formulação de Políticas de Desenvolvimento. Curitiba, UFPR, 40 p. mimeog. 1983.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LEMOS DOS SANTOS e outros. Movimentos Populacionais no Estado do Mato Grosso na década de 70. Uma leitura do Censo de 80. Programa Nacional de Migrações. MINTER, SUDECO, 1983, mimeog.

LINA, Philippe. Expansão da Fronteira Agrícola de Rondônia: Ocupação do Espaço e Dinâmica Agrária. In Anais do Seminário "Expansão da Fronteira Agropecuária e Meio Ambiente na América Latina. Brasília, UNB, vol. 2, 34 p., 1981.

LIMA, Severino José de. Modernização Tardia e Desigual. O processo histórico de inovações tecnológicas na Agricultura Brasileira. Tese de Mestrado, Mestrado em Sociologia, Campina Grande, UFPb, 1983 a. Xerografado.

Estudo Sócio Econômico de Populações Assentados nos Projetos de Colonização do Estado de Rondônia. Projeto de Pesquisa. Porto Velho, SEPLAN - RO /NEP. Mimeografado.

LINHARES, Maria Yoda e TEIXEIRA DA SILVA, F.C. História da Agricultura Brasileira. Debates e Controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981.

História Política do Abastecimento: 1918-1974, por Maria Yoda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Brasília, BINABRI, 1979, 242 p.

LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930. 2ª edição, São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

MATA, Hilton e outros. Migrações Internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro. IPEA/IOLAN, 1973.

MAGNO DE CARVALHO, José Alberto e outros. Migrações Internas na Região Norte: estudo de campo da região de Marabá. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977, 35 p.

Evolução Demográfica Recente no Brasil. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro. Vol. 10, agosto. 1980.

MANDEL, Ernest. El Capitalismo Tardío. México, Ed.Era, 1979.

Tratado de Economía Marxista, Tomo 1. México, Ediciones Era, 1969.

MAHAR, Dennis J. Política de Desenvolvimento para a Amazônia. Passado e Presente. Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, sid.

MAIMON, Dália e outros. Impacto Regional das Políticas Econômicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 39-(3): 53. jul.set., 1977

MALAN, Pedro Sampaio. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52) 2ª edição, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 568 p.

MARTINE, George. "Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola". In: Revista de Economia Política, vol. 2 e 3 , julho/setembro, 1982, 25 p.

Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva: Experiências Recentes de Colonização no Brasil, Relatório Técnico nº 37. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos , Brasília, ONU, 1970, 61 p. mimeog.

MARTINS, J. de S. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, 161 p.

Expropriação e Violência: a questão política no campo. São Paulo, Ed. Hucitec, 2ª edição, 1982.

A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Petrópolis , Ed. Vozes, 1985.

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Porto, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 207 p.

MA-SUFLAN, Estrutura Fundiária da Região Norte. Brasília , SUFLAN, 1979, 125 p. Mimeo.

MELC, Fernando Homem de. O Problema Alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 266 p.

MELLO, Maria Conceição D'Incao e. O "Boia Fria": Acumulação e Miséria. Petrópolis. Ed. Vozes, 6ª edição, 1978

- MEYER, Regina Maria Prosperi. Segregação Espacial. In: A luta pelo espaço: textos de Sociologia Urbana, organizado por Eva Alterman Blay. Petrópolis, Vozes, 1978.
- MINTER, A Estrada, o Garimpo e a Aventura Explodiram as Artérias de Rondônia. In: Revista Interior, ano III nº 19. set/out/77, 45 p.
- Política de Migrações Internas. Brasília, Minter, fevereiro, 1976.
- Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, Brasília, MINTER, 1980, 42 p.
- MINTER/SUDECO/SAB/DRH/DIDEA. Programa de Migrações Internas. Relatório de IX Reunião Nacional do Programa de Migrações Internas, MINTER, Brasília, 1983, mimeog.
- MINTER-SUDECO. Estimativa do Saldo Migratório para a região geo-econômica do Distrito Federal, 1970-1980. Brasília, SUDECO 1983, 28 p.
- MIRANDA NETO, Manoel José de. O Dilema da Amazônia. Petrópolis. Ed. Vozes LTDA, 1979.
- A Crise do Planejamento. Rio de Janeiro, Editorial Nórdica LTDA, 1981.
- Os Lucros da fome: O mito da escassez de alimentos. Rio de Janeiro. Achiamé, 1982.
- MONTEIRO, Silvio Tavares. Anotações para uma história rural do médio Amazonas. Manaus, EMATER, Amazonas, seção de Produção Gráfica, 1981, 98 p.

MOREIRA, Morvan de Mello. Migrações Internas na Região Norte por Morvan de M. Moreira e José A. M. de Carvalho. Belém, SUDAM, 1974.

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MUELER, C. A expansão da Fronteira Agrícola como Fonte de Crescimento da Agricultura no Brasil. Brasília, Departamento de Economia, Universidade de Brasília (trabalho apresentado na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economia Rural, Fortaleza, 8 e 11 de agosto de 1978).

Fronteira, Frentes e a Evolução da Força de Trabalho Rural no Centro-Oeste, Brasília, ANPEC, 1982, 16 p. mimeog.

OLIVEIRA, Francisco de. "Anos 70: as hostes errantes". In : Novos Estudos CEBRAP. vol. 1, nº 1, dezembro de 1981, São Paulo, Edições CEBRAP, 1981, 71 p.

"A Produção de Homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital". Estudos CEBRAP, 16, São Paulo, Edições CEBRAP, 1976.

Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 132 p.

A Economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, (Seleções CEBRAP) São Paulo, Brasiliense, 1985, 134 p.

PADIS, Velho Calil. "A Fronteira Agrícola". In: Revista de Economia Política, 3ª edição, vol. 1, janeiro-março, 1981. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- PALÁCIO, Guilherme. Notas sobre Escravismo, Camposinato e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira. Versão Preliminar, Rio de Janeiro, CPDA/EIAP/FGU, 1981, 47 p.
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. A Crise Agrária, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed. 1982.
- Quatro Séculos de Latifúndio, Rio de Janeiro, 4ª edição, Paz e Terra, 1977.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Centralismo Burocrático do Estado na Amazônia. Série Sociológica, nº 23. Relatório Final de Pesquisa, financiado pelo CNPq., 1979.
- PRADO JR. Caio. História do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- A Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- QUERALT, Maria Amélia (Coord) Análise e Avaliação das Ações Realizadas com a Pequena Produção Rural no Estado do Pará. Belém, CEPA - Pará, 1983, p. 27.
- RONDÔNIA, Secretaria de Planejamento. Levantamento do Fluxo Migratório de Rondônia, 1970, Porto Velho, SEPLAN-RO, 1978, 180 p.
- Levantamento do Fluxo Migratório de Rondônia, 1º Trimestre de 1979. Porto Velho, SEPLAN-RO, 1979, 166 p.
- SALAMA, Pierre. "O Processo de Sub-desenvolvimento: ensaio sobre os limites da acumulação Nacional de Capital nas Economias Semi-Industrializadas, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 19.

- SAMPAIO, Yony. Política Agrícola no Nordeste: intenções e resultados, por Yony Sampaio, Gustavo Maria Gomes e José Ferreira Irmão. Brasília, Binagri, 1979, 360 p.
- SANTOS, Milton. Espaço e Urbanização no Território de Rondônia: realidades atuais, perspectivas e possibilidades de intervenção. Porto Velho, SEPLAN, 1982.
- SARMENTO, Walney Moraes. Nordeste: a Urbanização do Sub-desenvolvimento, 2ª edição, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- SEPLAN-RO. Dois anos de Migrações em Rondônia, 1979-1980. Porto Velho, SEPLAN-RO, 1980, 61 p.
- I Plano de Desenvolvimento Integrado de Rondônia, 1985/89 vol. I, Porto Velho, 1984.
- Anuário Estatístico de Rondônia, 1981. Divisão Estatísticas e Informações. Porto Velho. DEI/SEPLAN, v. 3, nº 3, 1981, 36 p.
- I Plano de Desenvolvimento de Rondônia. Versão Preliminar. Diagnóstico, V.1, Porto Velho, SEPLAN-RO, 1979.
- Imigração para Rondônia: causas e conseqüências, Porto Velho, SEPLAN-RO, 1977, 16 p.
- MURE. MIBR. RO. Fluxo Migratório de Rondônia. Porto Velho, SEPLAN-RO, 1977.
- Aspectos de Fluxo Migratório em Rondônia, Porto Velho, SEPLAN-RO, 1977.

- Levantamento do Fluxo Migratório para Rondônia, 1978 ,
SEPLAN-RO, Porto Velho, 1978.
- SEPLAN-RO/POLO NORDESTE. Primeiro documento síntese dos Problemas Básicos de Ecologia Humana da Região do POLO NORDESTE. Porto Velho, SEPLAN-RO, 1983, 66 p.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, Paul et alii. Capital no Campo. São Paulo, Hucitec, 1977. 146 p.
- Economia Política da Urbanização, 9ª edição, São Paulo ,
Ed. Brasileira, 1983, 151 p.
- Dinâmica Populacional e Desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. 3ª edição, São Paulo, Hucitec, 1980, 250 p.
- Economia Política do Trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do Emprego e da Força de Trabalho no Desenvolvimento Capitalista, São Paulo, Ed. Hucitec, 2ª edição, 1979.
- A Crise do Milagre: interpretação crítica da economia brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª edição, 1977.
- Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Editora Nacional, 2ª edição, 1977.

SOARES, Luiz Eduardo. Camponato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

SORE, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1980, 152 p.

SOUZA, Itamar. Migrações Internas no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980

SAWYER, Donald R. Mobilidade da População e Estrutura Produtiva no Amazônia Brasileira: Nota de Pesquisa. Versão Preliminar. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980, 22 p. Mimeog.

Fronteira Inacabada: Industrialização na Agricultura Brasileira e a Debilidade da Fronteira Amazônica. Trabalho Apresentado no III Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vitória, out. de 1982, 57 p.

SOUZA, Itamar e Medeiros Filho, João. Os Degregados Filhos da Seca: uma análise econômica das secas do Nordeste. Petrópolis, ed. Vozes, 2ª edição, 1983.

SEMRECSÁNYI, Tamás. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975) São Paulo. Hucitec, 1979.

a Queda O. (organizadores). Vida Rural e Mudança Social, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. 293 p. (Biblioteca Universitária, série 2ª, Ciências Sociais, Vol. 46).

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia Brasileira. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979.

TAVARES, Vania Porto e Outros. Colonização Dirigida no Brasil: suas possibilidades na região Amazônica, Rio de Janeiro, IPEA/INDES, 1972.

TODARO, Michael P. A Migração da Mão-de-Obra e o Desemprego Urbano nos países Sub-desenvolvidos. Tradução do Inglês por Élio A. de Moura, Técnico do BNB, ETENE, Nordeste, Brasil, TODARO, Michael P. The American Economic Review, março de 1964.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, DIFEL, 1975, 261 p.

Frontes e Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica, Zahar editores, 1972.